



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA**

PAULO CEZAR PARDIM DE SOUSA

**O ENSINO DA MÚSICA NA PERSPECTIVA DA LEI 11.769/2008: A EXPERIÊNCIA
DA ESCOLA MUNICIPAL COMENDADOR HIRAYUKI ENOMOTO, DE PEREIRA
BARRETO/SP**

PARANAÍBA – MS

2018

PAULO CEZAR PARDIM DE SOUSA

**O ENSINO DA MÚSICA NA PERSPECTIVA DA LEI 11.769/2008: A EXPERIÊNCIA
DA ESCOLA MUNICIPAL COMENDADOR HIRAYUKI ENOMOTO, DE PEREIRA
BARRETO/SP**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração em Educação, Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba/MS, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: História, Sociedade e Educação
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Renata Lourenço.

PARANAÍBA - MS

2018

S698e Sousa, Paulo Cezar Pardim de

O ENSINO DE MÚSICA NA PERSPECTIVA DA LEI 11.769/2008: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA MUNICIPAL COMENDADOR HIRAYUKI ENOMOTO, DE PEREIRA BARRETO SP/ Paulo Cezar Pardim de Sousa - Paranaíba, MS: UEMS, 2018.

154f.; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dra. Renata Lourenço

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba, 2018.

1.Educação musical. 2.Escola de tempo integral. 3.Lei 11.769/2008. I.Título.

CDD 23.ed. 781

PAULO CEZAR PARDIM DE SOUSA

**O ENSINO DE MÚSICA NA PERSPECTIVA DA LEI 11.769/2008: a experiência da
Escola Municipal Comendador Hirayuki Enomoto, de Pereira Barreto/SP.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título
de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação, Linguagem e Sociedade.

Aprovado em 19 de outubro de 2018.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Renata Lourenço
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)



Profa. Dra. Regina Keiko Kato Miura
Universidade Estadual Paulista (UNESP)



Prof. Dr. Carlos Eduardo França
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Às quatro mulheres de minha vida: Herotildes, Minervina (in memoriam), Sebastiana (in memoriam) e Odete (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por oportunizar um momento único em minha vida. Aos meus pais, Ilanício e Herotildes, a meu irmão Cláudio Pardim, pessoas que me ensinaram muitas coisas, dentre elas: respeitar, ser justo, e principalmente levar a vida com honestidade.

Aos meus amigos de trabalho, todos aqueles que durante esses dois anos estiveram comigo no ‘Projeto De Bem Com A Vida I’, onde presenciaram minha alegria que foi compartilhada com todos eles, por este importante feito.

Agradeço imensamente aos amigos Thiago Pereira e André Carolli, que em simples conversas informais, me deram todo o incentivo para prestar o processo seletivo da referida e conceituada Universidade. Algo que em meu pensamento era tão distante se tornou real a partir do momento que os dois companheiros me mostraram que era possível ingressar na academia.

À UEMS e a todo o corpo docente, por proporcionarem em todas as disciplinas que cursei, momentos de muita aprendizagem que contribuíram para meu desenvolvimento pessoal e profissional. A instituição esta de Parabéns, considerada de alto nível, proporcionando ensinamentos significativos para todos que ali adentram.

À minha orientadora, Prof^{ra}. Dr^a. Renata Lourenço, pela compreensão quanto à proposta inicial constante no projeto de pesquisa, que foi mantida, e pela orientação durante todo o percurso, pelo seu empenho, paciência, e disposição em contribuir de forma ímpar no desenvolvimento do trabalho. Seu conhecimento em relação à história da Educação foi primordial para o resultado positivo alcançado.

Ao Prof. Dr. Carlos Eduardo França (UEMS), e a Prof^a. Dr^a. Regina Keiko Kato Miura (UNESP), por aceitarem participar das bancas de qualificação e de defesa, colaborando com valiosas sugestões para o trabalho. À Secretaria Municipal de Educação de Pereira Barreto/SP, a toda equipe gestora da Unidade, pela abertura da escola, e por todo o apoio durante a pesquisa de campo, a toda diretoria da AERFAC – FACMOL e seus professores de música, que contribuíram de forma significativa para o bom desenvolvimento deste trabalho.

Aos amigos que estiveram comigo durante esta importante etapa em minha vida, que tenho respeito, admiração e muito carinho, lembro-me de momentos de estudos, aprendizado, alegria e descontração, ao lado de todos eles: André Prevital, Júlio César, Dyemison Phabulo, Carlos França, Edi, Carla, José Antônio, Laura Ribeiro, Andréia Militão, Doracina, Elson Araújo, Taien, Patrícia Paes, Rosa, Willi, Val, Ariane, Lais, e a toda famosa turma 2016.

RESUMO

O presente estudo objetivou identificar e analisar as experiências de Educação Musical, a partir da Lei nº. 11.769/2008, na escola Municipal de Educação Básica (EMEB). Comendador Hirayuki Enomoto, de período Integral, na cidade de Pereira Barreto/SP. A metodologia utilizada embasou-se na pesquisa bibliográfica e documental, de forma que a coleta de dados envolveu práticas de entrevista com questionário semiestruturado. Os participantes configuram-se como educadores musicais, professores pedagogos, membros da equipe gestora, secretária municipal de educação, pais de alunos/as e os próprios alunos/as, selecionados aleatoriamente, sendo esses, participantes do ensino de música na referida escola. O recorte temporal da pesquisa foi determinado entre os anos de 2008 a 2015, período que oferece condições para analisar os resultados obtidos pela unidade escolar nas Avaliações Externas. A análise documental ocorreu por meio da Matriz Curricular para o Ensino Fundamental - Período Integral - Ciclo I (1º ao 5º ano) do Município, da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e da Prova Brasil. O trabalho foi estruturado de modo a abranger a revisão de literatura, uma breve contextualização histórica da educação de música no Brasil e as bases teórico-metodológicas, a fim de abordar as práticas desenvolvidas na escola pesquisada, que perpassa pelo entendimento da educação em período Integral, bem como pela importância da inserção do ensino de música no processo de escolarização de crianças do Ensino Fundamental. Assim, constatou-se que após a implantação do ensino da música, a referida unidade escolar alcançou grandes avanços em seu IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), conforme atestam os dados apresentados no decorrer dessa pesquisa. Tal fato superou os ínfimos índices anteriores, uma vez que situavam a escola em última posição quando comparada às demais instituições da rede municipal local. Portanto, evidencia-se nesse trabalho (por amostragem), as narrativas e reflexões levantadas pela comunidade escolar em questão, a partir das situações de ensino e aprendizagem vivenciadas no espaço escolar. Por fim, ressalta-se a obrigatoriedade legal, que se torna importante, haja vista a intenção de garantir o desenvolvimento da formação emocional e intelectual da criança, estimulando a inteligência musical e proporcionando a socialização em um ambiente propício para expressar esses conhecimentos.

Palavras-chave: Educação musical. Escola de Tempo Integral. Lei nº 11.769/2008.

ABSTRACT

The present study objected to identify and analyze the experiences of Music Education, based on Law n°. 11,769/2008, in the Municipal School of Basic Education (EMEB). Comendador Hirayuki Enomoto, of Integral period, in the city of Pereira Barreto / SP. The methodology used based on bibliographical and documentary research, so that data collection involved practices of interview with semi-structured questionnaire. The participants configure themselves as musical educators, educators teachers, members of the management team, municipal secretary of education, parents of students and the students themselves, previously selected, being these participants in the teaching of music in offered at school. The temporal clipping of the research was determined between the years of 2008 to 2015, period that offers conditions to analyze the results obtained by the school unit in the External Evaluations. The documentary analysis occurred through the Curricular Matrix for Elementary School - Integral Period - Cycle I (1st to 5th year) of the Municipality, the National Literacy Assessment (ANA) and the Brazil Test. The work was structured to cover the literature review, a brief historical context of music education in Brazil and the theoretical and methodological bases, in order to approach the practices developed in the researched school, which permeates the understanding of education in the Integral period, as well as the importance of the insertion of music teaching in the schooling process of elementary school children. Thus, it was found that after the implementation of music teaching, this school unit reached great advances in its IDEB (Basic Education Development Index), as the data presented in the course of this research attest. This fact surpassed the previous indexes, since they placed the school in last position when compared the rest institutions of the local municipal network. Therefore, it is evident in this study (by sampling), the narratives and reflections raised by the school community in question, from this on the teaching and learning situations experienced in the school space. Finally, it is important to emphasize the legal obligation, which becomes important, given the intention to guarantee the development of the emotional and intellectual formation of the child, stimulating musical intelligence and providing socialization in an environment conducive to expressing such knowledge.

Keywords: Music education. School of Integral Time. Law 11,769/2008.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Escola Municipal de educação Básica (EMEB) Comendador Hirayuki Enomoto	72
Imagem 2 – Participação dos alunos do 4º ano na aula prática de trompete	85
Imagem 3 – Participação dos alunos do 4º ano na aula prática de trompete	85
Imagem 4 - Alunos do 3º ano nas aulas teóricas com instrumento de madeira (flauta).....	86
Imagem 5 - Alunos do 3º ano nas aulas teóricas com instrumento de madeira (flauta).....	86
Imagem 6 - Atividade de musicalização (canto e movimento físico/coreografia) a partir da escuta, realizada no anfiteatro da escola.....	87
Imagem 7 - Ensaio do grupo de canto e coral com alunos dos 2º, 3º, 4º e 5º anos	87
Imagem 8 - Aula de canto e coral	88
Imagem 9 - Aula prática de conhecimento de instrumento de cordas (violino) e sua sonoridade.....	88
Imagem 10 - Aula prática de conhecimento de instrumento de cordas (violino) e sua sonoridade.....	89
Imagem 11 - Confirmação da aprendizagem: apresentação do grupo de canto e coral dos alunos dos 2º, 3º, 4º e 5º anos no Sarau realizado na escola.....	89
Imagem 12 - Orquestra formada pelos alunos da Unidade Escolar.....	90
Imagem 13 - Orquestra formada pelos alunos da Unidade Escolar.....	90
Imagem 14 - Aula de aprendizagem do ritmo de instrumentos de percussão a partir de partitura.....	91
Imagem 15 - Indicadores contextuais. Nível econômico/Formação Docente/Participação na Avaliação - 2013	97
Imagem 16 - Indicadores contextuais. Nível econômico/Formação Docente/Participação na Avaliação – 2013	98
Imagem 17 - Resultado individual da escola por nível de proficiência em Leitura – 2013	98
Imagem 18 - Resultado individual da escola por nível de proficiência em Escrita – 2013.....	99
Imagem 19 - Resultado individual da escola por nível de proficiência em Matemática – 2013....	99
Imagem 20 - Indicadores contextuais. Nível econômico/Formação Docente/Participação na Avaliação – 2014	100
Imagem 21 - Resultado individual da escola por nível de proficiência em Leitura: Nota-se que comparando com o ano anterior, em leitura a escola obteve avanço nos quatro níveis avaliados – 2014	101
Imagem 22 - Resultado individual da escola por nível de proficiência em Escrita – 2014.....	101
Imagem 23 - Resultado individual da escola por nível de proficiência em Matemática – 2014...	102
Imagem 24 - Resultado individual da escola por nível de proficiência em Matemática – 2014...	102
Imagem 25 - Resultado do município que obteve um avanço considerável de 2007 para 2015...	103
Imagem 26 - “Meta Projetada” para o ano de 2021.....	104
Imagem 27 - Resultado individual da escola observada no percurso de 2009 a 2015	104
Imagem 28 - Resultado individual da escola observada no percurso de 2009 a 2015	105
Imagem 29 - Resultado individual da escola observada no percurso de 2009 a 2015	105
Imagem 30 - Impacto da música no aprendizado das crianças na unidade escolar.....	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Relação de alunos que gostam ou não das aulas de música.....	124
Gráfico 2- Relação das notas dadas por cada pai, mãe ou responsável para o ensino de música	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Identificação dos participantes	108
Tabela 2 - Respostas à pergunta 1 (questionário do aluno) - aplicado a crianças de 8 a 10 anos de idade, matriculadas do 3º ao 5º ano	125
Tabela 3 - Respostas à pergunta 5 (questionário do aluno) - aplicado a crianças de 8 a 10 anos de idade, matriculadas do 3º ao 5º ano	126
Tabela 4 - Respostas à pergunta 6 (questionário do aluno) - aplicado a crianças de 7 a 10 anos de idade, matriculadas do 2º ao 5º ano	126
Tabela 5 - (questionário do aluno) - aplicado a crianças de 8 a 10 anos de idade, matriculadas do 3º ao 5º ano	128
Tabela 6 - Respostas à pergunta 10 (questionário do aluno) - aplicado a crianças de 7 a 10 anos de idade	129
Tabela 7 - Respostas à pergunta 11 (questionário do aluno) - aplicado a crianças de 7 a 10 anos de idade, matriculadas do 3º ao 5º ano	129
Tabela 8 – (questionário do aluno) – aplicado a crianças de 8 a 10 anos de idade, matriculadas do 3º ao 5º ano	130
Tabela 9 – Opinião dos pais acerca da educação musical.....	132
Tabela 10 - Respostas dos pais que optaram pela permanência do ensino de música na escola	134
Tabela 11 - Elogios, Críticas, Sugestões, a respeito do trabalho desenvolvido pelos professores monitores de educação musical da escola	135
Tabela 12 - Elogios, Críticas, Sugestões que possam contribuir para a oferta do ensino de música.....	136

SIGLAS

AERFAC – Associação Educacional e Recreativa Facmol
ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CAAEE – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CECR – Centro Educacional Carneiro Ribeiro
CEFAM – Centro Específico de Formação do Magistério
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CNE – Conselho Nacional de Educação
DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais
EMEB – Escola Municipal de Educação Básica
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FACMOL – Fanfarra Celda Mello Oliveira
FIU – Faculdades Integradas Urubupungá
FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
GAP – Grupo de Ação Parlamentar Pró-Música
HTPI – Hora de Trabalho Pedagógico Individual
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNE – Plano Nacional de Educação
PGEDU – Programa de Pós-graduação em Educação
PROUNI – Programa Universidade Para Todos
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
RCN – Referencial Curricular Nacional
SEMA – Superintendência de Educação Musical e Artística
UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
INTRODUÇÃO	17
1 REVISÃO DE LITERATURA.....	22
1.1 A importância da educação musical no currículo escolar	27
1.2 A música como instrumento de alfabetização.....	32
2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO DE MÚSICA NO BRASIL	43
2.1 A Educação Musical nas escolas públicas brasileiras	45
2.2 Um breve histórico sobre as Legislações do ensino de música no Brasil Republicano	48
2.3 História da Educação Integral no Brasil	55
2.4 A música como “bem cultural”: expressões individuais e coletivas.....	60
3 ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	67
3.1 Observação participante	68
3.2 Participantes	70
3.3 Local e Material: questionário e entrevistas	71
3.3.1 Questionários	72
3.3.2 Entrevistas	74
3.4 Organização dos dados coletados.....	75
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	78
4.1 ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL EMEB. COMENDADOR HIRAYUKI ENOMOTO.....	78
4.2 A proposta de ensino musical presente na Matriz Curricular para o Ensino Fundamental – período Integral – ciclo I (1º ao 5º Ano).....	82
4.2.1 As aulas de música na EMEB. COMENDADOR HIRAYUKI ENOMOTO: expressões musicais individuais e coletivas	83
4.2.2 Uma análise comparativa dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da escola antes e depois do ensino de Música (de 2008 a 2015)	95
4.2.3 Narrativas e reflexões, por bloco de amostragens: alunos, professores, coordenadores, diretor, secretária de educação e os pais, a partir das situações de ensino/aprendizagem vivenciadas no espaço escolar	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
REFERÊNCIAS	143
APÊNDICES	146
APÊNDICE A – Plataforma Brasil	146
APÊNDICE B – Solicitação de autorização para a realização da pesquisa científica	149
APÊNDICE C – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE.....	150
APÊNDICE D – Roteiro de entrevistas dos pais	152
APÊNDICE E– AERFAC como: Utilidade Pública Municipal.....	153
APÊNDICE F - Matriz Curricular para o Ensino Fundamental Ciclo I – 2017.....	154

APRESENTAÇÃO

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (Paulo Freire).

Toda minha trajetória escolar, Educação Infantil, Ensino Fundamental ciclo I, Ensino Fundamental ciclo II e Ensino Médio se deu em escolas públicas municipais e estaduais, na cidade de Pereira Barreto/SP.

No ano de 2004 concluí o Ensino Médio e prestei meu primeiro vestibular, em busca de concretizar um antigo desejo: ser professor da disciplina de História. Por muito pouco não consegui. Fiz a prova e fui aprovado, mas devido à situação da época, de ter que morar fora, custear as despesas sem ter um emprego fixo, tive que abrir mão de estudar. No mesmo ano prestei o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), obtive um ótimo resultado e consegui uma bolsa integral no Curso de Licenciatura Plena em Letras do Programa PROUNI (Programa Universidade Para Todos), nas Faculdades Integradas Urubupungá (FIU), sediada no município de Pereira Barreto/SP.

Em 2006, após um período curto de estágios obrigatórios, iniciei como professor substituto na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, lecionando as disciplinas de Língua Portuguesa e Língua Inglesa em três escolas. Após o término de minha primeira graduação em 2007, quando me consolidei como profissional da educação, optei, no ano seguinte, por cursar Licenciatura Plena em Pedagogia na mesma faculdade, movido pelo enorme interesse em trabalhar também com os anos iniciais do Ensino Fundamental.

A partir de 2010, graduado como professor pedagogo contratado, precisei utilizar minhas habilidades musicais para conduzir uma sala com no mínimo vinte e cinco crianças, e com um cavaquinho em mãos tocava as belas melodias das músicas “Atirei o pau no gato”, “Sete saias de filó”, para trabalhar leitura com os alunos do 1º ano do Ensino Fundamental. A interação era tamanha que, sem ao menos perceberem, os discentes eram alfabetizados, envolvidos naquele processo musical desenvolvido em sala de aula.

Em 2013, prestei um concurso público municipal para professor de Educação Básica I, anos iniciais, fui aprovado e ingressei em agosto. No mesmo ano fiz a inscrição para prestar outra prova, e dessa vez para coordenador pedagógico do município. Participei de todo o processo de seleção e fui aprovado, em 2014 ingressei na função de Coordenador Pedagógico de Ensino de Projetos, sendo responsável pela unidade escolar Projeto ‘De Bem Com a Vida I’, e a partir do ano seguinte passo a coordenar também o Projeto ‘De Bem Com A Vida II’,

ou seja, outra unidade escolar que oferece gratuitamente cursos de educação musical como: canto e coral, violão, viola, violino e instrumentos de orquestra, para todos os alunos matriculados na rede municipal e para toda a comunidade local. Permaneço até a presente data na mesma função e local de trabalho.

A partir de uma visão mais ampla em relação à educação, com a oportunidade de participar ativamente da gestão escolar na Secretaria Municipal de Educação, em 2016 decidi cursar a pós-graduação em Gestão Educacional, pelo fato de desenvolver um trabalho há três anos na equipe gestora.

Em busca de adquirir novos conhecimentos referentes à História da Educação, no primeiro semestre de 2016 fiz a inscrição e fui aceito, como aluno especial, para cursar a disciplina intitulada “Tópicos especiais em história da educação: De uma escola nova, Para uma escola sem sentido?”, ministrada pelo Professor Dr. Diogo Roiz, e fui aprovado. A realização dessa disciplina me oportunizou conhecer o Programa de Pós-Graduação da UEMS em Paranaíba/MS, muito bem recomendado por alunos egressos e alunos regulares do programa. O contato com alunos especiais, alunos regulares e o professor, possibilitou trocar experiências acerca dos possíveis temas propostos para a elaboração de um projeto e sobre a linha de pesquisa de cada professor da Universidade, além do contato direto com os professores da linha de pesquisa intitulada “História, Sociedade e Educação”, que mais despertava meu interesse dentre as três linhas ofertadas pelo programa.

Ainda no primeiro semestre de 2016, realizei a inscrição e participei pela primeira vez do processo seletivo para concorrer ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), campus de Paranaíba/MS, como aluno regular e fui aprovado para cursar o Mestrado Acadêmico em Educação, Área de Concentração: Educação, Linguagem e Sociedade, na linha de pesquisa “História, Sociedade e Educação”, cuja orientadora é a Professora Dr^a. Renata Lourenço.

No primeiro encontro com a orientadora ficou definido que o objeto de pesquisa que entreguei como proposta de anteprojeto (para o processo de ingresso no programa de mestrado seria mantido), com o seguinte tema: “O ensino de música na escola pública”, na perspectiva histórica, relacionado com o processo de ensino/aprendizagem dos alunos. Foram traçados os objetivos, o método, o local da pesquisa e os referências teóricas que fundamentariam o trabalho e quais disciplinas eu deveria cursar para receber contribuições significativas nessa execução.

Ao definir qual seria o público a ser pesquisado, a orientadora ressaltou a necessidade de submeter à pesquisa ao Comitê de Ética, por envolver seres humanos, tanto adultos como crianças menores de idade. Após aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética, sob o número de protocolo 65627617.6.0000.8030 gerado pelo Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE), os questionários foram aplicados para duas professoras polivalentes, para professores monitores de música, coordenadores pedagógicos, diretora da escola, secretária municipal de educação e alunos e alunas, e por fim para os pais.

O interesse pelo objeto de investigação “O ensino de Música na Educação Básica” surgiu a partir de experiências pessoais vividas na música como percussionista de samba desde os treze anos de idade, e após longo período como músico iniciaram as primeiras atividades musicais em minha graduação, no curso de Licenciatura Plena em Letras em 2007, nas Faculdades Integradas Urubupungá (FIU), assim como também na segunda graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia em 2009 (FIU), também foi possível utilizar meus conhecimentos musicais em prol do enriquecimento das apresentações artístico-acadêmicas.

Tornou-se um desafio como pesquisador, presenciar o desenvolvimento desse tipo de ensino, principalmente por não ter vivenciado a prática musical em nenhum ano letivo durante toda a minha trajetória na educação básica. Identificar todas as características presentes na oferta desse tipo de ensino e reconhecer de que forma a música pode influenciar positivamente na vida dos educandos, pode ser considerado o eixo central do presente estudo, que buscou observar o trabalho desenvolvido diretamente com os alunos da Escola Municipal de Educação Básica, de Tempo Integral do município de Pereira Barreto/SP. Analisar todas essas práticas de educação musical, é primordial, pelo fato de a música ainda permanecer fora do cotidiano escolar de muitas unidades escolares do país, ou seja, excluída dos currículos escolares, embora haja há tempos, legislações que regulamentam esse tipo de ensino.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como objetivo analisar a oferta do Ensino de música em uma escola pública municipal de Educação Básica, de Ensino Fundamental (anos iniciais), no interior do Estado de São Paulo, na cidade de Pereira Barreto.

Antes de iniciar uma discussão coerente é importante deixar um primeiro questionamento acerca do tema. O que é Música? Música é uma forma de arte que se constitui na combinação de vários sons e ritmos, a partir de uma pré-organização ao longo do tempo. É considerada por diversos autores como uma prática cultural e humana. A arte de se exprimir por meio de sons, seguindo regras variáveis conforme a época, a civilização. A palavra “música” vem do grego *mousiké* e designava, juntamente com a poesia e a dança, a “arte das musas” (LOUREIRO, 2003, p. 33).

A Música presente no cotidiano de todas as pessoas é uma das diferentes áreas de conhecimento dentro da educação. Desde 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº. 9.394 - estabelece que “o ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (BRASIL, 1996, Art. 26). Nesse contexto, passa a se discutir ao longo dos anos a importância da música na escola, considerada uma das linguagens presentes no campo da Arte.

A Educação Musical ou Ensino de Música é uma disciplina escolar que, presente no currículo das escolas de Ensino Fundamental anos iniciais/finais e Ensino Médio, tem como objetivo organizar conhecimentos musicais em suas múltiplas formas sonoras, a partir de práticas desenvolvidas de maneira individual ou coletiva dentro do espaço escolar. O ensino de música considerado como um processo de transmissão de cultura busca desenvolver as potencialidades dos alunos e auxilia no desenvolvimento de novas competências e teorias musicais, que possam contribuir para uma nova familiarização com esse tipo de ensino, no intuito de oportunizar aos educandos, na prática, momentos de atividades culturais consideradas importantes para formação social.

Toda percepção musical é formada a partir de atos envolvidos em sons vivenciados pelo indivíduo no seu dia a dia como: sons, ruídos, timbres, barulhos, entre outros, considerados importantes dentro da atividade prática musical, onde o ouvinte identifica diferentes exemplos de música presentes à sua volta e consegue diferenciar as várias qualidades nos efeitos sonoros.

Durante décadas o ensino de música nas escolas brasileiras era oferecido apenas para as classes sociais mais altas, na forma de audição e canto. Na busca por minimizar a falta de oferta de políticas públicas educacionais que priorizassem as pessoas das classes mais baixas, até então sem acesso a essa modalidade, foi necessário se discutir de que forma o ensino de música poderia expressar um caráter social em relação a essas pessoas prejudicadas.

Até a década de 1990, o ensino de música tinha como intento desenvolver no indivíduo habilidades musicais como, ouvir, apreciar, executar, apresentar novas formas de fazer música, para oportunizar momentos de descontração e prazer a partir da produção musical. Com a campanha “Quero Educação Musical na Escola”, iniciada em 2006, protagonizada pelo Grupo de Ação Parlamentar Pró-Música (GAP), temos uma ampla mobilização da sociedade civil pela tramitação e aprovação, no Congresso Nacional, o qual culminou na alteração da LDB a partir da Lei nº. 11.769, aprovada em agosto de 2008, e dispõe sobre a obrigatoriedade da presença do conteúdo de música no currículo de todas as escolas públicas de educação básica do país.

A presença do ensino de música no Ensino Fundamental passa a ser assegurado por lei, e embora possa dar margem para várias interpretações, a música é instituída a partir da legislação como conteúdo, ou seja, parte da disciplina de Arte, e não como disciplina propriamente dita, como muitos entenderam na época da sanção. A música é agregada e seu conteúdo inserido como obrigatório, mas não exclusivo, do ensino de Arte, assim como descrito.

Surge a partir dessa perspectiva de ensino a oportunidade de pesquisar a experiência da Escola Municipal de Educação Básica (EMEB). Comendador Hirayuki Enomoto, na cidade de Pereira Barreto/SP, que implementou a referida lei em sua base curricular.

Em consonância com Freire (2002, p. 32), é possível apresentar os objetivos deste trabalho que ora se apresenta: “Pesquise para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquise para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade”. A pesquisa teve seu olhar sobre a “*Iniciação Musical e Instrumental*” oferecida como disciplina escolar da parte diversificada do currículo da referida escola, com intuito de discutir a importância da inserção do ensino de música no processo de escolarização de crianças do Ensino Fundamental.

A disciplina desenvolvida na escola atende os alunos dos anos iniciais matriculados do 2º ano ao 5º ano; as oficinas específicas englobam vários estilos e tendências musicais, e os alunos têm liberdade para escolher atividade de seu interesse. As oficinas são de canto e coral,

instrumentos de sopros (trompete, trombone, saxofone, clarineta e flauta transversal) e percussão. A partir da percepção musical dos alunos, todos são envolvidos no processo de ensino da teoria musical.

Nesse sentido, buscou-se identificar as principais relações entre o ensino de música e as demais disciplinas do ensino regular, levando em consideração tudo aquilo que pode auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem dos educandos, e as contribuições culturais que esse tipo de ensino pode trazer para a vida de todos os membros da comunidade escolar: alunos, professores, pais e gestores da escola.

Hoje o ensino da música nos anos iniciais do Ensino Fundamental oferece aos alunos alguns meios de interação, a partir de atividades práticas, com a utilização de diversos materiais, objetos e instrumentos musicais, até então desconhecidos para maioria das crianças, que embora tenham o contato com a música em seu cotidiano ou até mesmo a partir do ingresso na educação infantil, não eram protagonistas no desenvolvimento das práticas musicais, participavam simplesmente como ouvintes e não produtores das mesmas.

O desafio nessa etapa da educação básica é compreender o significado da música dentro da escola e fugir daquele paradigma que durante muito tempo caracterizou esse tipo de ensino somente para divertir, brincar, dançar para entreter os alunos. Com o pensamento contrário a essa visão, Fonterrada (2008) deixa claro seu posicionamento em relação à educação musical escolar e a define como um instrumento para a promoção do autoconhecimento dos alunos, que a partir de novos ensinamentos ampliam suas relações culturais com o meio em que vivem.

O mais significativo na educação musical é que ela pode ser o espaço de inserção da arte na vida do ser humano, dando-lhe possibilidade de atingir outras dimensões de si mesmo e de ampliar e aprofundar seus modos de relação consigo próprio, com o outro e com o mundo. (FONTERRADA, 2008, p. 117).

A música como parte integrante de nossa cultura ganhou mais espaço no cotidiano da escola pesquisada, a única de Tempo Integral no município de Pereira Barreto/SP, que em 2008, a partir da proposta da Secretaria Municipal de Educação, optou por inserir em seu currículo a oferta do ensino de música para crianças de 7 até 10 anos de idade, com o objetivo de oferecer momentos de interação musical em sala de aula, onde os educandos ouvem, interpretam, e aprendem novos signos e partituras, e assim têm autonomia para aprender qualquer tipo de instrumento.

Infelizmente, no atual cenário educacional brasileiro, muitos alunos, pais, professores

e até mesmo gestores não têm a noção exata da importância da educação musical escolar, não imaginam a real contribuição que ela pode oferecer em vários aspectos. Nesse sentido, temos o pensamento de Tourinho (1993, apud MATEIRO, 2000, p. 02):

A música não é tratada como um tipo de conhecimento a ser ensinado, estudado, compreendido e recriado [...] mas por outro lado, está sempre presente nos rituais do ambiente escolar, seja nas festas e celebrações, seja na organização e validação do tempo e do espaço das ações que acontecem no dia-a-dia escolar.

Nossa análise fixou-se na aplicação desse tipo de ensino na referida escola que foi escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa, pelo fato de ser a única unidade escolar que oferece o ensino de Educação Musical. Todo o processo de ensino/aprendizagem realizado tem a participação de alunos, professores (educadores musicais), professores do ensino regular, equipe gestora e secretaria municipal de educação; é analisado com um olhar mais sistematizado, levando em consideração principalmente os resultados positivos identificados ao longo dos anos.

O período determinado foi o de 2008 a 2015, justificado pelo fato de a escola ter como resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2009, de 5,6 e saltou para 7,6 no ano de 2015. Foram determinados sujeitos participantes da pesquisa: Professores (monitores) de música, professores pedagogos, coordenadores pedagógicos, diretor de escola, secretária municipal de educação, pais e os alunos, que são o eixo central da análise. Buscou-se investigar como essa política pública educacional tem sido implementada.

Um breve histórico da escola e das ações desenvolvidas foram descritas para evidenciar as práticas desenvolvidas nas aulas de música, que juntamente com as demais oficinas pedagógicas oferecidas no período integral, como por exemplo: atividades matemáticas, hora da leitura, descritores, projetos de reforço e recuperação, contribuíram para o bom desempenho alcançado pela unidade em relação às avaliações externas. Diante disso, analisar todas as práticas significativas desenvolvidas nessa unidade foi de suma importância para o desenvolvimento do trabalho proposto.

Em uma tentativa de contextualizar o tema educação musical escolar, o primeiro capítulo abordou a Revisão da Literatura, que teve seu aporte levantado nos bancos de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), assim como os autores Gainza (1988), Saviani (2000), Bellochio (2000) e Fonterrada (2008), que apontam em seus trabalhos a importância da presença da educação musical no currículo escolar e principalmente de que

maneira a música pode auxiliar no processo de alfabetização. O segundo capítulo tratou de todo o percurso histórico do Ensino de Música no Brasil, desde a época do descobrimento, quando os indígenas aqui residentes já se expressavam a partir da música e do canto. Ainda nesse capítulo, é realizada uma “Breve contextualização histórica do ensino de Música no Brasil”, desde a colônia até os dias atuais, com identificação da trajetória e realização de listagem de todas as legislações que normatizaram o ensino em escolas regulares.

No terceiro capítulo, a fim de explicitar todo o desenvolvimento da pesquisa, serão apresentados os Aspectos Teóricos Metodológicos a partir dos quais os dados foram discutidos, por meio de elementos da metodologia baseada nos referências da Pesquisa bibliográfica: Lakatos e Marconi (1987) e Fonseca (2002); da Pesquisa qualitativa Filho (2013), e por fim da Pesquisa de campo e das Entrevistas Oliveira (1998; 2000). Descrevo também, a observação participante, os participantes da pesquisa, local e material: questionários e das entrevistas, e por fim, como foi organizada a coleta dos dados.

O conteúdo do quarto capítulo voltou-se para os “Resultados e discussão” sobre a escola municipal que se trata do objeto de pesquisa, com realização de ampla análise, desde as aulas de músicas até uma análise comparativa dos dados do IDEB, durante o período determinado no recorte temporal.

São essenciais para a pesquisa as narrativas e as reflexões evidenciadas e obtidas a partir de suas opiniões, críticas, sugestões, referentes à prática de ensino desenvolvida na referida unidade escolar.

Pela falta de pesquisas no âmbito regional acerca do ensino de música nas escolas, esta pesquisa de cunho qualitativo tem elevada relevância, já que trata de um tema de suma importância para ser analisado e discutido por toda comunidade acadêmica e todos os gestores da educação pública.

Por último são apresentadas as considerações finais, que destacam os resultados obtidos e as conclusões desta pesquisa. Ao final fica um questionamento a respeito das incertezas do futuro da educação pública em âmbito nacional, diante do desmonte que essa pasta vem sofrendo a partir do ano de 2016, quando chega ao poder um governo o qual demonstra claramente não priorizar importantes áreas como: saúde, educação e cultura. Criam-se dúvidas a respeito de novas perspectivas sobre a inserção do ensino de música nos anos iniciais do Ensino Fundamental da educação básica do país.

1 REVISÃO DA LITERATURA

No período de colonização do Brasil os jesuítas se utilizavam da música para catequizar crianças e jovens de comunidades indígenas, e o ensino da música era uma importante ferramenta de auxílio ao ensino da leitura, da escrita, da matemática e outras linguagens. A aprendizagem inicial de instrumentos de corda, sopro, percussão, auxiliava para melhor percepção dos alunos e contribuía com as interpretações das demais áreas do conhecimento.

Antes mesmo de os jesuítas desenvolverem essas práticas educacionais com os primeiros habitantes de nossa terra, eles já cultivavam em sua cultura a arte a partir da expressão da música, com seus cantos, crenças, costumes, suas formas de representação cultural, principalmente nas grandes celebrações, preservavam suas tradições ali existentes. A música produzida pelos indígenas era de caráter ritualístico, religioso e profano, para situações de festas e comemorações diversas. “Com melodia simples, era dotada de uma sonoridade intensa e de uma cadência rítmica forte e definida”, conforme descrevem Andrade (1963) e Loureiro (2003).

Ao longo dos séculos, podemos identificar poucas obras que tratam da História da Música no Brasil. O escasso, porém substancial acervo do qual dispomos, é composto de alguns clássicos que marcaram toda a trajetória da educação musical no Brasil; são extremamente importantes para a historiografia e para educação, além de terem sido basilares na realização deste estudo.

O marco inicial do encontro da música com a educação escolar no Brasil colônia ocorreu com o registro da “Lei das Aldeias Indígenas”, entre os anos de 1658 até 1661, quando passou a ser ordenado o ensino do Canto, não só com caráter religioso, pois incluía também músicas do cancionero popular dos portugueses, canções e as modinhas, algo inusitado para os indígenas, e contava com a participação de todos, por se tratar de cantos que os alegravam.

A História da música no Brasil é contada por Guilherme de Melo (1867-1932), que tem sua obra publicada somente no ano de 1908, em Salvador, intitulada “A música no Brasil: desde os tempos coloniais até o primeiro decênio da República”, e embora receba muitas críticas de pesquisadores da área de musicologia, pode ser considerado um texto referência para o campo de estudo que ora se apresenta.

Após longos vinte anos é publicado o segundo livro sobre o tema música no Brasil, “A

História da Música Brasileira (1926)”, de Renato Almeida (1895-1981), então Advogado e um dos membros fundadores da Comissão Nacional do Folclore em 1947. Também em 1926 publicou-se o livro a “*Storia della musica nel Brasile*”, do musicista italiano Vincenzo Cernicchiaro (1858-1928), compositor, regente e violinista, professor de música no Instituto Benjamin Constant no Rio de Janeiro, e catedrático do Instituto Nacional de Música no Rio (1890). Mário de Andrade (1893-1945) contribui com a publicação de duas obras acerca do tema: “Ensaio sobre a Música Brasileira (1928)” e “Compêndio de História da música brasileira (1929)”. As obras têm uma abordagem história da música no cenário brasileiro daquela época e suas várias formas de representações e significados.

No ano de 1956, publica-se a obra “150 anos de música no Brasil (1800-1950)”, de Luiz Heitor Correia de Azevedo (1905-1992), bibliotecário do Instituto Nacional de Música no Rio de Janeiro que se tornou responsável por seções de música em periódicos no Brasil e contribuiu para o desenvolvimento das práticas musicais no país. Bruno Kiefer (1923-1987), alemão, professor universitário formado em Física, Química e Matemática, lançou, em 1977, a obra “História da Música Brasileira”. Além de realizar outras atividades como músico e compositor, fez um trabalho que contribuiu para a formação dos cursos de ensino superior de música nas faculdades federais de Santa Maria e do Rio Grande do Sul.

Em 1981, é publicada a última grande obra sobre a história da música, do também advogado, grande pesquisador na área de cultura musical Vasco Mariz (1921), com a “História da Música no Brasil”, trabalho o qual encerra o período de publicações que contribuíram para a historiografia a respeito do tema e foi considerado o principal marco para o campo de estudo. Ocorreu em 2009 à última, dentre as várias reedições dessa primorosa obra, que ladeada pelo trabalho de Kiefer (1977), constitui o dueto referência no meio acadêmico nacional, embora todos os outros textos aqui mencionados tenham, indubitavelmente, contribuído para uma abordagem histórica do ensino de música ao longo dos séculos no Brasil.

Na literatura pesquisada foi possível identificar obras referências para a História da música no Brasil, muito utilizada por pesquisadores sobre essa temática, como a obra publicada em 1940 - “Canto orfeônico”, do grandioso maestro Heitor Villa-Lobos, que descreve características do canto e coral no Brasil. Violeta Hemsy de Gainza escreveu, em 1982, a importante obra “Estudos de psicopedagogia musical”, um importante texto para essa área de estudo. José Ramos Tinhorão, de uma forma mais ampla, publica em 1998 o texto “História social da música popular brasileira”, que em um contexto geral, justifica a

importância da música nacionalmente produzida e reconhecida em todo o mundo.

A década de 1990, denominada “a era das diretrizes”, foi considerada a melhor fase em relação à perspectiva do ensino de Arte no Brasil, com a criação da LDB (1996), dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (PCNs) (BRASIL, 1997; 1998) e Ensino Médio (Brasil, 2002), que passa a incluir como parte da disciplina de Arte, os conteúdos específicos de música como conteúdos transversais, ou seja, os PCNs, por se tratar de documentos não normativos, servem como suporte pedagógico, cuja principal função é orientar o Projeto Político Pedagógico de cada unidade escolar. A partir da leitura desses importantes referenciais teóricos para o campo de estudo, é possível identificar que ao longo dos anos foram elaboradas algumas legislações referentes ao ensino da Arte na escola pública, estritamente ligadas ao ensino de Música.

Por fim, Marisa Trench Fonterrada publica um trabalho que se torna a referência mais citada para a área de educação musical: “De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação” (2008), e no mesmo ano, Maura Penna nos apresenta a obra “Música(s) e seu ensino”, que descreve a importância do ensino de artes na escola, e ainda apresenta a música como uma linguagem universal.

Com o propósito de ampliar o leque das referências até aqui mencionadas e arrolar a produção recente sobre o assunto, dediquei-me neste capítulo a fazer a revisão inicial, organizada na forma de um levantamento de dados feito a partir da busca no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). O processo ocorreu no segundo semestre de 2016 e primeiro semestre de 2017, quando foram consultados os seguintes descritores: “ensino de música na educação básica”, “a música no ensino fundamental anos iniciais” e “educação musical escolar”. Para selecionar de forma coerente com o tema as teses e dissertações que seriam utilizadas para este tipo de estudo, foram definidos os seguintes critérios: a) ensino de música na escola fundamental; b) a música como forma de alfabetização; c) avanços no desempenho escolar em unidades com o ensino de música.

A Revisão de Literatura foi subdividida em dois itens, quais sejam “A importância da educação musical no currículo escolar” e “A Música como um instrumento de alfabetização. e Cognição musical: todos os aspectos desenvolvidos dentro da escola de educação básica de 6 a 10 anos de idade, compreensão dos mecanismos psicológicos que levam às experiências musicais”.

Iniciou-se a sistematização dos conteúdos selecionados, que resultou em uma ampla

pesquisa em busca de trabalhos nos bancos de dados da CAPES e do IBICT. Obtivemos um total de 24 trabalhos adequados ao tema aqui proposto, mas nenhum deles trata do objeto na mesma perspectiva aqui proposta, a de investigar qual é a relação existente entre o ensino de música e o ensino/aprendizagem, assim como buscar entender de que forma ele contribuiu para o avanço da escola em seus resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e nos outros aspectos pedagógicos das demais disciplinas, na interação dos pais e toda comunidade escolar.

Dentre os vinte e quatro (24) trabalhos, destaco alguns que me pareceram significativos, pois se aproximam da temática, tais como os de Almeida (2007), Azor (2010), Machado (2013) e Peres (2015), que analisam em suas pesquisas a atual realidade do ensino de música, a importância de ter o professor específico dessa disciplina, com o foco em escolas públicas dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Considerei importante relacionar esses autores ao conteúdo do meu trabalho, por estudarem diretamente com a prática do ensino de música em escolas públicas da educação básica. Em relação ao tema políticas públicas, a partir de uma perspectiva histórica sobre a educação musical nas escolas públicas brasileiras, foi possível analisar os trabalhos de Jardim e Silva (2013), Jardim (2003) e Mateiro (2006).

Localizou-se outros três textos desenvolvidos acerca da formação de professores e análises sobre métodos e práticas na aula de educação musical, apresentados a seguir: a tese “A educação musical nas séries iniciais do ensino fundamental: Olhando e construindo junto às práticas cotidianas do professor” (BELLOCHIO, 2000); a dissertação “Funções da música no ensino fundamental: Um olhar sobre cinco escolas estaduais de Porto Alegre/RS” (SANCHOTENE, 2006) e a dissertação “A Música que soa na escola: Estudo etnográfico nas séries iniciais do ensino fundamental” (ROMANELLI, 2009).

Na região, podemos citar a dissertação de mestrado “Coral da UFMS: De um ‘Canto’ a outro a observação das práticas e sentidos da música na Instituição” (RASSLAN, 2007), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - Campo Grande/MS, que teve o enfoque da pesquisa direcionado para a compreensão da trajetória histórico-social da prática musical do canto de coral, presente em atividades artísticas da instituição de ensino superior. Apesar de o mencionado trabalho fugir do foco desta pesquisa, que trata da música no ensino fundamental, considerei importante destacá-lo, tendo em vista a realização do canto, surgido na década de 1930, como uma proposta de ofertar música para todas as classes sociais na escola pública brasileira, prática até hoje desenvolvida nesse segmento.

Diante disso, é possível afirmar que para o campus da Universidade Estadual de Mato

Grosso do Sul – Paranaíba/MS, a pesquisa proposta no campo da História da Educação é inédita, se considerarmos toda a busca feita na biblioteca da instituição e nos bancos de dados. Busca-se então, trazer novos dados que possam contribuir para os conhecimentos sobre a temática e assim proporcionar uma discussão mais ampla e maior reflexão sobre a importância do ensino de música na formação dos alunos da educação básica.

Para além da pesquisa no banco de teses e dissertações, discorro a partir de estudos e análises realizadas pelos autores Dermeval Saviani (2000), Maria Trench Fonterrada (2008), e pela especialista em musicologia Violeta Hemsy de Gainza (1982), porque todos tratam dos aspectos do desenvolvimento cognitivo infantil por meio do ensino de música e de que maneira contribui significativamente no desempenho dos alunos. Já os autores Bellochio (2000), Fonterrada (2008), Loureiro (2003) e Penna (2008), destacam a importância do ensino de música ao longo da história, assim como os aspectos positivos na relação ensino/aprendizagem. Verifica-se a partir dos argumentos citados por eles, que com a redemocratização da sociedade brasileira refletida na educação escolar, faz-se imprescindível e precípua a presença da música na escola, quando as metas incluem a obtenção de melhores resultados e o aumento na qualidade da educação pública. Tendo como premissa a relevância do ensino de música na escola apontada por estes autores, temos como foco desta pesquisa: a) analisar quais as principais funções da música na escola pública, de acordo com a perspectiva da Lei 11.769/08; b) observar se a inserção da educação musical na escola promoveu maior interação entre os variados segmentos da comunidade escolar; c) avaliar se melhorou o desempenho escolar dos educandos, e em quais aspectos.

Ausente durante anos na escolarização brasileira, o ensino de música em escolas públicas se torna conteúdo obrigatório na educação básica. Embora não seja exclusiva, vislumbrou uma abertura para a Educação Musical, enquanto forma de cultura a ser oferecida gratuitamente para toda a população; obrigou as instituições públicas inseridas nessa fase do ensino a formatarem seus Projetos Político-Pedagógicos e incluírem em seus currículos o ensino de música, antes não obrigatório.

No entanto, embora tenha sido estabelecido um prazo de no mínimo três anos para sua adequação, na prática isto não ocorreu, e ainda tem sido novamente retirado como conteúdo obrigatório, segundo a nova legislação. Tal fato será evidenciado no decorrer deste trabalho. Além disso, foram utilizados também os Parâmetros Curriculares Nacionais de Artes - PCN/Arte (1997), elaborados pelo Ministério da Educação (MEC), que evidencia quais as funções da música na escola de educação básica.

1.1 A importância da educação musical no currículo escolar

Acerca da definição do que é currículo escolar, e quais suas características dentro do contexto educacional, Saviani (2000) nos esclarece:

Currículo é entendido comumente como a relação das disciplinas que compõem um curso ou a relação dos assuntos que constituem uma disciplina, no que ele coincide com o termo programa. Entretanto, no âmbito dos especialistas nessa matéria tem prevalecido a tendência a se considerar o currículo como sendo o conjunto de atividades (incluído o material físico e humano a elas destinado) que se cumprem com vistas a determinado fim. Este pode ser considerado o conceito ampliado de currículo, pois, no que toca à escola, abrange todos os elementos a ela relacionados. Poderíamos dizer que, assim como o método procura responder à pergunta: *como* se deve fazer para atingir determinado objetivo, o currículo procura responder à pergunta: *o que* se deve fazer para atingir determinado objetivo? Diz respeito, pois, ao conteúdo da educação e sua distribuição no tempo e espaço que lhes são destinados (SAVIANI, 2000, p. 33).

Muitos autores como Bellochio (2000), Saviani (2000), Fonterrada (2005), Penna (2008), Azor (2010), discorrem sobre a importância da inclusão das diversas áreas de linguagens artísticas no currículo escolar, especialmente da educação básica e pública - no Ensino Fundamental ciclo I (anos iniciais), ou até mesmo na Educação Infantil. A Música quando inserida no contexto escolar, facilita o acesso a bens culturais negados a esses alunos, que por pertencerem a classes sociais economicamente mais baixas, são excluídos da possibilidade de vivenciar determinadas formas de representação de arte.

Se o currículo deixa de proporcionar o contato com a diversidade de linguagens artísticas a uma grande parcela da comunidade, os alunos cultivam e presenciam em seu cotidiano apenas os valores da “cultura da classe média” e assim fica estabelecida uma relação injusta e desigual, fato que Bourdieu (2005) define como ausência do “capital cultural”, que favorece a classe dominante no desenvolvimento de meios sociais e facilitam seu acesso à cultura. De acordo com esta perspectiva Amato (2008) menciona que:

(...) a família transmite a seus filhos um conjunto de bens que permite a conservação de uma boa posição social por estes descendentes, tornando possível sua inserção nos grupos sociais de maior prestígio e poder, ao longo do tempo histórico. Há, portanto, uma herança passada de geração em geração, que permite manter a estabilidade social da família (...). Essa herança constitui-se dos capitais econômico, escolar, social e, dentre estes, do capital cultural (...). Tais formas de capital encontram-se historicamente distribuídas de forma desigual entre as classes (...), ou seja, é mais difícil para uma família de baixa renda do que para a classe média ou alta levar seus filhos a concertos, comprar-lhes livros, discos e lhes dar acesso às diversas formas materiais da cultura, além de proporcionar-lhes a educação específica e geral – o acesso à escola (AMATO, 2008, p. 84).

Inegavelmente, fazer com que uma criança ou jovem aprenda a tocar um instrumento, produzir música, desenvolver conceitos básicos de educação, respeito, disciplina e profissionalismo, pode ser considerada uma alternativa significativa contra algumas mazelas vivenciadas em seu dia a dia, contato com as drogas, prostituição e outras violências diversas que estão costumados a enfrentar, tal como o abandono, não raro no interior de suas próprias casas.

A escola tem um papel preponderante na formação das crianças e não deve se limitar apenas a transmitir conteúdos, mas promover plenamente o desenvolvimento humano; oportunizar diferentes tipos de conhecimentos culturais, essenciais para uma formação holística acerca do mundo que os cerca, e dessa forma contribuir para a construção de uma sociedade menos desigual.

A educação musical na escola desempenha um papel importante ao longo do processo formativo dos educandos como seres sociais, porque ativa a sensibilidade, e conseqüentemente contribui para seu desenvolvimento acadêmico, e pode ser considerada uma das principais ferramentas também para a evolução pessoal e profissional do indivíduo. Para a educadora musical Violeta de Gainza “O objetivo específico da educação musical é musicalizar, ou seja, tornar o indivíduo sensível e receptivo ao fenômeno sonoro, promovendo nele, ao mesmo tempo, respostas de índole musical”. (GAINZA, 1988, p. 101).

O ensino da música, como peça importante das mais variadas áreas do conhecimento, auxilia sobremaneira no desenvolvimento dos educandos. Sua importância é reforçada por Loureiro (2003):

[...] a música vem desempenhando, ao longo da história, um importante papel no desenvolvimento do ser humano, seja no aspecto religioso, seja no moral e no social, contribuindo para aquisição de hábitos e valores indispensáveis ao exercício da cidadania (LOUREIRO, 2003, p. 33).

A partir de uma perspectiva histórica, podemos notar que existe no Brasil, assim como em muitos outros países, uma tendência a se acreditar que todo tipo de investimento em gestão educacional deve estar atrelados às políticas públicas com o objetivo de normatizar todo o sistema. Somente a partir de um quadro jurídico institucionalizado os sistemas de ensino passam a discutir e organizar seus Projetos Político-Pedagógicos para inserção ou não de novas disciplinas nos seus currículos escolares. Queiroz e Marinho (2010) definem políticas públicas como:

[o] conjuntos de diretrizes, ações e programas diversos estabelecidos pelos setores governamentais municipal, estadual e, principalmente, federal para regulamentar, financiar, avaliar e desenvolver diferentes estratégias de atuação junto aos múltiplos segmentos da sociedade. No Brasil, essas políticas vêm sendo desenvolvidas em formas de programas e projetos que abrangem campos como educação, saúde, cultura, ciência, tecnologia, entre outros (QUEIROZ, MARINHO, 2010, p.18-13).

No Brasil, o documento mais atual que orienta as propostas acerca da presença do ensino de música nos currículos da educação básica é a Base Nacional Comum Curricular, a qual afirma:

A Música é a expressão artística que se materializa por meio dos sons, que ganham forma, sentido e significado no âmbito tanto da sensibilidade subjetiva quanto das interações sociais, como resultado de saberes e valores diversos estabelecidos no domínio da cultura (BNCC, 2017, p. 154).

Contudo, esse documento já apresenta inconsistência na sua aplicabilidade quando nos deparamos com a nova Lei nº 13.278/16, que descaracteriza o ensino de música como conteúdo obrigatório do currículo da Educação Básica. Referida legislação substitui a Lei n. 11.769/08, que havia tornado obrigatório o oferecimento desse tipo de ensino em todas as escolas públicas brasileiras, ou seja, essa alteração é considerada um ataque à oferta dessa disciplina no ensino do país. Tal assunto será mais bem desenvolvido no item “Um breve histórico sobre as legislações do ensino de música no Brasil Republicano”.

É imprescindível a participação de todos os alunos e alunas em todo o processo de ensino da música, e dessa forma deixam de serem considerados meros ouvintes passivos; passam a ter a oportunidade real de desenvolverem ativamente sua aprendizagem musical, como por exemplo: reproduzir sons, interpretar melodias, participar de atividades práticas ou jogos musicais ou até mesmo trabalhar com métodos de composição, dentro ou fora do ambiente escolar.

A inclusão da música como disciplina escolar torna-se importante, primeiramente por ter como um dos seus principais objetivos garantir um desenvolvimento da formação emocional e intelectual da criança, criar uma inteligência musical, que oportunize a socialização em um ambiente propício para expressar seus conhecimentos musicais adquiridos: “[...] A música, em sua diversidade e riqueza, permite-nos conhecer melhor a nós mesmos e ao outro – próximo ou distante” (BRITO, 2003, p. 28).

A partir da bibliografia científica sobre a trajetória do ensino da Música no país, podemos identificar análises e práticas desenvolvidas nas aulas de educação musical ou até mesmo trabalhos acerca da discussão sobre formação de professores (educadores musicais),

como os de Bellocchio (2000), Loureiro (2001), Camargo (2005), Pereira (2011), Martins (2011) e Queiroz (2012). Importante destacar a necessidade de se investir ainda mais nessas modalidades de produção voltadas para experiências específicas, a fim de tornar públicas as mais variadas formas e resultados obtidos com esse instrumento de ensino, com vista a subsidiar ações mais contundentes no sentido não só de preservar as conquistas advindas com a Lei 11.769/08, mas alargar o campo de sua aplicabilidade, que desde a promulgação, Sebben (2009), já destacava que:

(...) o processo de construção de políticas, mesmo que mediado pela sociedade civil, ainda não é garantia de que suas demandas sejam supridas, o que inclusive pode ser pensado a respeito dos novos desafios impostos pela Lei 11.769/2008, que torna obrigatório o ensino de música na educação básica. Sua aprovação, por si só, não assegura, mais do que uma norma oficial, a música na escola. Uma ideia com esse teor acaba configurando-se como o idealismo utópico de que a solução de questões sociais resulta de ações advindas de cima para baixo (SEBBEN, 2009, p. 139).

Ressalta-se que toda criança tem por direito se apropriar da música como bem cultural, e a negação dessa prática de ensino chega a ser inconcebível, mediante a corrupção a que assistimos diuturnamente, além da má gestão de verbas públicas, inclusive na educação.

Como se verifica, apesar da referida lei de 2008 ter se tornado um marco para essa modalidade de ensino no país, ficou evidente que sua regulamentação não foi cumprida na maioria das unidades escolares, como apontam as pesquisas de Queiroz e Penna (2012), Jardim (2013) e Martins (2014). As dificuldades em implantação da educação musical no currículo da educação básica tiveram diversos fatores negativos que influenciaram, como por exemplo: a falta de investimento, o pouco tempo para sua adequação, e principalmente a não abertura de cursos e capacitações para profissionais da área de música, pelo fato de existirem no Brasil poucos profissionais especialistas aptos a lecionarem música para os alunos.

O descaso com o ensino de música no país e a sua retirada durante décadas dos currículos escolares não conseguiu garantir a formação plena de muitos educadores musicais, que não se sentiam interessados em partir para esse campo de trabalho, devido à visão simplista dos sistemas municipais e estaduais acerca dessa disciplina escolar. Diante de muitas discussões que surgiram em relação à obrigatoriedade desse tipo de ensino, é fato considerar como um avanço para esse campo da educação.

A Arte e a Música presentes no cotidiano da escola não são neutras, mas sim determinadas social e politicamente e, além disso, por meio da técnica, influenciam no processo de ensino aprendizagem que se constitui no campo educacional a partir de diversas

características presentes em nosso dia a dia. Por consequência, considera-se que:

O processo de ensino aprendizagem da música não se constitui como um fenômeno desligado das questões e problemáticas que permeiam nossa sociedade, pelo contrário: fatores econômicos, políticos, ideológicos, objetivos e subjetivos a condicionam (COSTA, 2011, p. 13).

A criança que tem a oportunidade de participar de práticas musicais no ambiente escolar adquire saberes que serão de grande importância para todo seu desenvolvimento na infância e nas demais fases de sua vida. Normalmente o educando matriculado em escolas da periferia conhece basicamente o tipo de música oferecido pela mídia, que na maioria das vezes não é definido com rigor de qualidade. Os ouvintes têm acesso a gêneros, estilos e ritmos criados tão somente com fins lucrativos e o resultado surge do anseio de se obter imediato retorno financeiro. Dessa forma, esse tipo de material musical torna-se descartável com a mesma velocidade com que chegaram ao topo do sucesso.

A proposta de música na escola possibilita ao aluno conhecer primeiramente nossa rica e vasta cultura musical; novos gêneros, estilos que marcaram época e podem ser utilizados como referência para qualquer prática inicial. A partir da concepção dessa diversidade cultural que o indivíduo passa a conhecer, poderá definir com mais maturidade o que descartará, ou passar a ouvir com mais frequência o material considerado de qualidade, de tal forma que seu universo musical ampliar-se-á gradativamente.

Considera-se importante trabalhar atividades de música com as crianças, por contribuir para o processo de ensino-aprendizagem, desenvolver sua inteligência de forma mais abrangente, com a possibilidade de criar, recriar, desenvolver novos métodos para resolução de problemas. Segundo Coelho (2001), “Aprendizagem é o resultado da estimulação do ambiente que se expressa, diante de uma situação problema, sob a forma de uma mudança de comportamento em função da experiência” (COELHO, 2001, p. 11).

Contudo, busca-se com este estudo justificar a importância da inclusão da música como conteúdo obrigatório nos anos iniciais de acordo com a referida Lei de nº 11.769/08, na intenção de estimular outras instituições educacionais, para que reflitam a respeito da proposta de educação musical que se faz presente no cotidiano da escola estudada, de modo que se possa visualizar, a partir dos dados demonstrados pela unidade, a real contribuição que a música pode oferecer quando está presente no currículo. Diante disso, todo o trabalho desenvolvido pelo/a educador/a musical ou professor/a especialista em música, é evidenciado como de suma importância dentro da escola, de tal modo que toda a comunidade escolar se

sente satisfeita e cada vez mais envolvida neste processo educacional.

1.2 A Música como um instrumento de alfabetização

Ao longo da história, em vários momentos, a Educação Musical já passou de protagonista a figurante; foi retirada e novamente incluída no currículo escolar brasileiro; foi utilizada como disciplina ligada ao ensino de Artes. No contexto escolar abrange variadas situações de ensino e aprendizagem e por meio da percepção e da audição pode ser utilizada para aprimorar outras habilidades dos educandos nos mais diversos conteúdos escolares, tais como em leitura, escrita, inclusive raciocínio lógico-matemático. Saviani (2000) enfatiza a importância da presença da música no currículo escolar quando pontua:

Com efeito, a música é um tipo de arte com imenso potencial educativo já que, a par de manifestação estética por excelência, explicitamente ela se vincula a conhecimentos científicos ligados à física e a matemática, além de exigir habilidade motora e destreza manual que a colocam, sem dúvida, como um dos recursos mais eficazes na direção de uma educação voltada para o objetivo de se atingir o desenvolvimento integral do ser humano (SAVIANI, 2000, p. 36).

Para Saviani (2000), “À visto do exposto, fica claro, segundo meu entendimento, a educação musical deveria ter um lugar próprio no currículo escolar”. Diante dessas afirmações, podemos considerar que a presença da música na escola deve ser vista como um instrumento ideal na alfabetização de nossas crianças e jovens; portanto, deve ser avaliado com um olhar mais atento, diante dos benefícios a serem proporcionados no âmbito educacional.

Nesse sentido, este estudo se propõe a discutir a definição da Educação Musical como área do conhecimento – ou Pedagogia da Música, como também é conhecida – e analisar o sujeito que produz música, sob os aspectos de apropriação e transmissão, pois a partir da sua expressão liberada, mediante o desenvolvimento de atividades sonoras, forma elementos musicais e produz vários fenômenos artísticos em atividades práticas e teóricas, tais como criação, leitura, interpretação e produção de textos diversos, em várias áreas do conhecimento.

No início do século XX, surgem mudanças na forma de pensar em relação aos aspectos da vida humana que causaram alterações significativas na forma de analisar a educação como um todo. Temos por exemplo a redemocratização do ensino, que tinha como principais objetivos, expandir o número de vagas para possibilitar a toda população um maior acesso a escola, e ofertar ainda um ensino público de qualidade. A partir dessas concepções,

novas ideias começavam a ser compartilhadas em busca de uma prática educativa com vistas a atender as demandas de sua época, com a intenção de trazer discussões acerca de novos valores para serem inseridos na sociedade globalizada.

A educação como direito de todos deveria ser oferecida de forma igualitária para crianças, jovens e adultos no ambiente escolar. Aos profissionais da educação, direitos também são garantidos para que possam exercer sua função de educador com dignidade. Uma das principais reivindicações feitas ao longo de décadas refere-se ao mínimo respeito a ser dedicado a quem faz muito pela educação nacional.

Nessa perspectiva, o professor (educador musical) tem um papel fundamental no desenvolvimento dos alunos a partir do conhecimento prévio da realidade cultural de cada um, da observação e sobretudo da percepção, poderá modificar sua didática de ensino em busca de adequá-la, de modo que a pedagogia musical possa auxiliar as crianças nas demais áreas de conhecimento. Paulo Freire (1997) já dizia: “Gosto da alegria sem a qual a prática educativa perde o sentido, e que ensinar exige alegria e esperança e que ensinar exige respeito à autonomia do ser do educando” (FREIRE, 1997, p. 160).

Freire ainda enfatiza:

Ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática (FREIRE, 2000, p. 58).

A relação da prática pedagógica entre educadores e alunos é evidenciada pela importância de ambos no desenvolvimento das atividades em sala de aula, mesmo cada um exercendo sua função específica no decorrer do trabalho. Toda criança tem a possibilidade de desenvolver suas características próprias sempre com o objetivo final de avançar em sua aprendizagem.

Nos PCNS para o ensino de Arte podemos encontrar a seguinte afirmação: “Para que a aprendizagem da música possa ser fundamental na formação de cidadão é necessário que todos tenham a oportunidade de participar ativamente como ouvintes, intérpretes, compositores e improvisadores, dentro e fora da sala de aula” (BRASIL, 1997, p. 54).

A Educação musical pode auxiliar também em outras áreas de conhecimento ou disciplinas escolares, “nesse caso, ela tem funções: auxiliar a aula de matemática, contribuir para a instalação de bons hábitos, entre outras” (FONTERRADA, 2008. p. 13). A autora justifica o fato de a música não ter o seu determinado valor reconhecido na sociedade

brasileira, o que prejudica a manutenção desse tipo de ensino com mais autonomia, pois em vários momentos da história tornou-se um tipo de ensino descartável do currículo escolar. Fonterrada (2008) assegura que:

Se, em determinada cultura, a música for uma das grandes disciplinas do saber humano, o valor da educação musical também será alto, em pé de igualdade com o de outros campos do conhecimento. Se porém, não houver esse reconhecimento, sua posição em relação às demais áreas será, também, marginal. Esta é a questão crucial com que se depara hoje no Brasil: o resgate do valor da música perante a sociedade, único modo de recoloca-la no processo educacional (FONTEERRADA, 2008, p. 13).

Pesquisas realizadas por Marisa Fonterrada (2008) e Violeta Gainza (1982) apontam para a importância da música no desenvolvimento cognitivo, motor, psicológico e principalmente social das crianças que quanto mais cedo forem envolvidas em atividades práticas de educação musical, maiores serão as oportunidades de desenvolverem as habilidades mencionadas. Ou seja, este tipo de ensino é propício para as crianças matriculadas na educação básica, desde a Educação Infantil.

No campo da retórica legal temos o Referencial Curricular para a Educação Infantil - RCNEI (1998) que justifica a utilidade da Música no processo de formação da criança, de acordo com o documento:

A música é a linguagem que se traduz em formas sonoras capazes de expressar e comunicar sensações, sentimentos e pensamentos, por meio da organização e relacionamento expressivo entre o som e o silêncio. A música está presente em todas as culturas, nas mais diversas situações: festas e comemorações, rituais religiosos, manifestações cívicas, políticas etc. (BRASIL, 1998, p. 45).

Beyer (2001), a partir de pesquisas realizadas em unidades escolares com equipes gestoras, nos mostra a importância dos aspectos formal e informal na educação musical no caso da Educação Infantil, onde os participantes a defendem com argumentos sólidos e a consideram uma disciplina essencial para essa etapa de ensino, e ainda registram: “Música é importante coadjuvante no trabalho psicomotor, inglês, aprendizagem de números, cores, etc. [...] música vai organizar as crianças [...] música alegra as crianças [...] música é excelente marketing para a escola” (BEYER, 2001, p. 46-47).

Gardner (1983), em seu livro ‘Estruturas da Mente’ descreve sete dimensões da inteligência, “as inteligências múltiplas”, ao lado de um grupo de estudiosos e pesquisadores, demonstram, a partir de seus estudos, a existência de oito formas de inteligência, quais sejam: lógico-matemática, linguística, espacial, físico-sinestésica, interpessoal, intrapessoal e a

musical, que se trata da aptidão para tocar, apreciar e compor padrões musicais. Segundo Gardner (apud SMOLE, 2000, p. 28):

Para considerar a competência musical como uma das dimensões básicas da inteligência, Gardner partiu de numerosas observações empíricas e de dados da realidade. Ele analisou o papel da música em sociedades primitivas, em diferentes culturas, em diferentes épocas, bem como no desenvolvimento infantil, e parece ter convencido de que a habilidade musical representa uma manifestação da inteligência (GARDNER *apud* SMOLE, 2000, p. 28).

Apropriar-se da linguagem musical e conseguir tocar um instrumento é demonstrar uma inteligência musical ampla, pelo nível de dificuldade para se conseguir esse feito. Ademais, esse processo também auxilia no ensino/aprendizagem, no desenvolvimento da motricidade, da cognição e principalmente na sociabilização, além de facilitar no processo de aprendizagem de línguas, cálculos matemáticos, dentre outras disciplinas do currículo escolar.

Nesse sentido, considera-se a grande relevância da música para o processo de ensino/aprendizagem, pois desde a Educação Infantil, em creches e pré-escolas, o trabalho com a audição musical é essencial para a formação das crianças e assim o universo infantil passa a ser caracterizado pela sonoridade. No município de Pereira Barreto/SP, esse tipo de ensino é ofertado também dentro da grade curricular da Educação Infantil, crianças matriculadas no Estágio I (4 anos) e Estágio II (5 anos), com duas aulas semanais de iniciação musical, quando desenvolvem diversas atividades musicais individuais e coletivas que são indispensáveis para seu desenvolvimento cognitivo.

Weiguel (1988) defende a ideia de que por meio de experiências musicais existe a contribuição para o desenvolvimento intelectual dos alunos participantes desse processo, que poderá ocorrer na escola, em casa ou em outros ambientes.

Ao se envolverem em atividades musicais, as crianças melhoram sua acuidade auditiva, aprimoram e ampliam a coordenação viso-motora, suas capacidades de compreensão, interpretação e raciocínio, descobrem sua relação com o meio que vivem, desenvolvem a expressão corporal e a linguagem oral. Quanto mais ela tem oportunidade de comparar as ações executadas e as sensações obtidas através da música, mais a sua inteligência, o seu conhecimento vão se desenvolvendo (WEIGEL *apud* SMOLE. 2000, p. 145).

O documento Referencial Curricular Nacional (1998) apresenta itens que podem facilitar e estimular a interação entre as áreas de conhecimento, como por exemplo, a música e a matemática. Esse documento busca possibilitar novos formatos, a partir de atividades ou exercícios práticos que auxiliem no desenvolvimento de crianças de até 6 anos de idade. O

ensino da Matemática pode ser desenvolvido com “brincadeiras e cantigas que incluem diferentes formas de contagem” (RCN, 1998, p. 221). E o ensino de Música, será realizado com a “Participação em jogos e brincadeiras que envolvam a dança e/ou a improvisação musical”. (RCN, 1998, p.59), e “Os jogos e brinquedos musicais de cultura infantil incluem os acalantos, as parlendas, as adivinhas, os contos, os romances” (RCN, 1998, p. 71).

Brincadeiras e jogos são atividades que podem ocorrer sempre de forma clara e objetiva, de modo a garantir a participação de todos durante a execução da linguagem musical. Outro recurso muito produtivo é a exploração da criatividade infantil para a construção de instrumentos musicais, relacionando a atividade com a linguagem matemática, tais como: peso, medida, espessura, entre outras, com o uso do raciocínio para conseguir chegar ao resultado esperado, proposto na atividade prática.

Ao se apropriar do material, o educador musical visualizará vários exemplos facilitadores do desenvolvimento de seu trabalho nas aulas de educação musical ofertada para os alunos da Educação Infantil, pelo fato de haver pontos de identificação com várias áreas do conhecimento, de forma a possibilitar uma interdisciplinaridade extremamente importante nessa etapa.

Del Ben e Hentschke (2002) trazem dados obtidos em pesquisa realizada no Ensino Fundamental da cidade de Porto Alegre/SP, com professoras especialistas que valorizam a presença desse tipo de ensino dentro da escola. A partir dos questionamentos realizados, os entrevistados equiparam o ensino de Música às demais disciplinas do currículo, diante dos importantes momentos de conhecimentos que as atividades diversificadas podem proporcionar aos alunos. A valorização da inserção da música na educação básica se faz presente nos relatos das profissionais, as quais justificam que:

A música pode contribuir para a formação global do aluno, desenvolvendo a capacidade de se expressar através de uma linguagem não-verbal e os sentimentos e emoções, a sensibilidade, o intelecto, o corpo e a personalidade [...] a música se presta para favorecer uma série de áreas da criança. Essas áreas incluem a “sensibilidade”, a “motricidade”, o “raciocínio”, além da “transmissão e do resgate de uma série de elementos da cultura” (DEL BEN; HETSCHKE, 2002, p. 52-53).

Com as pesquisas de Suzigan (1986), Cheek (1999) e Haley (2001), foi possível notar o aumento considerável do desempenho dos alunos na disciplina de matemática, a partir do momento que se envolveram em atividades práticas musicais, em bandas, fanfarras, e principalmente com o instrumento teclado. A ocorrência de aumento no rendimento escolar matemático se deu pelo fato de haver íntima relação entre códigos patronizados da Música,

como símbolos, partituras, números e os da Matemática. Diante disso, é possível inferir que pessoas sem nenhum tipo de conhecimento musical terão mais dificuldades em desenvolver suas habilidades práticas numéricas.

Dentro das atividades previstas e desenvolvidas no ensino da Música, temos alguns conteúdos e atividades geralmente são trabalhados com todos os alunos, para informar-lhes sobre as práticas a serem oferecidas em sala de aula, quais sejam: a música como produto cultural e histórico; a escuta; o envolvimento e a compreensão da linguagem musical; a interpretação; a improvisação e a composição musical. Ao se trabalhar todas essas etapas de musicalização, amplia-se a expectativa de aprendizagem infantil, oriunda da facilitação ocorrida por meio desse minucioso processo estimulador do raciocínio para o desenvolvimento de novas habilidades nas demais atividades escolares. Esses pontos que caracterizam e justificam o ensino da música na escola torna o ambiente escolar mais harmônico e propício à estimulação das habilidades; portanto, uma excelente forma de atingir os objetivos propostos.

Loureiro (2003) destaca o desconhecimento do sentido real da educação musical no ensino fundamental e considera que a ausência dessa expressão de Arte no currículo escolar pode acarretar prejuízos para muitos, já que a música pode contribuir também na formação e no desenvolvimento da personalidade do homem. A autora afirma que a educação musical deve ser vista como:

[...] meio que tem a função de desenvolver a personalidade do jovem como um todo, despertar e desenvolver faculdades indispensáveis ao profissional de qualquer área de atividade, ou seja, por exemplo, as faculdades de percepção, as faculdades de comunicação, as faculdades de concentração (autodisciplina), de trabalho em equipe [...] as faculdades de discernimento, análise e síntese, desembaraço e autoconfiança, [...], o desenvolvimento de criatividade, do senso crítico, do senso de responsabilidade, da sensibilidade de valores quantitativos e da memória, principalmente, o desenvolvimento do processo de conscientização de tudo, base essencial do raciocínio e da reflexão. [...] Trata-se de um tipo de educação musical que aceita como função da educação musical nas escolas a tarefa de transformar critérios e ideais artísticas em uma nova realidade, resultante de mudanças sociais. O homem como objeto da educação musical (LOUREIRO, 2003, p. 28).

A partir dessa análise, é possível atribuir um valor social à música, por possibilitar a interação de todos os alunos; promover envolvimento emocional; vivência de novas experiências de aprendizagem que ao longo do tempo trarão contribuições significativas em relação ao seu aspecto cognitivo, como criatividade, imaginação, raciocínio e comunicação verbal.

Uma escola preparada para receber todos os desafios necessita de professores capacitados que realmente façam a diferença em sala de aula; afinal, a transmissão de cultura é um dos principais objetivos da escola, pois os educandos do ensino fundamental ciclo 1, têm esse direito garantido por lei.

Anteriormente à promulgação da Lei nº 11.769/08, os PCNs (1997) apontam para a necessidade do ensino das Artes e sinalizam com ênfase a importância do ensino da música. As Diretrizes Curriculares Nacionais (2001) trazem também em seu texto, itens a respeito da formação profissional; contudo, sempre ficou em aberto a questão da formação de professores musicistas.

Considerando esse aspecto, cabe aqui salientar a questão da formação do professor ou profissional de música que leciona na escola, quais saberes detêm; as práticas desenvolvidas por ele; sua carreira como musicista; cursos e capacitações na área da pedagogia musical, ou seja, analisar todas as características que contribuem para o seu desempenho em sala de aula. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, para a Formação de Professores da Educação Básica:

É preciso enfrentar o desafio de fazer da formação de professores uma formação profissional de alto nível. Por formação profissional entende-se a preparação voltada para o atendimento das demandas de um exercício profissional específico que não seja uma formação genérica e nem apenas acadêmica (BRASIL, MEC/CNE, Diretrizes Curriculares Nacionais, 2001, p. 28).

Pelo fato de não existir políticas de formação de professores ou educadores musicais para lecionarem na escola pública, não se transmite orientações necessárias para o fortalecimento do trabalho com a música no país. Muito se discute acerca da formação inicial do professor da área de música, que até então está vaga no país. Somente a partir do momento que ofertarem esse tipo de formação, o profissional terá possibilidades de desenvolver práticas educativas aliadas a sua formação permanente que se constrói ao longo do tempo, de acordo com suas práticas desenvolvidas na escola ou fora dela, ou seja, tudo aquilo que contribui para o seu bom desempenho em sala de aula, será de suma importância para a sua formação profissional.

Outro aspecto negativo que dificulta o trabalho desses profissionais é a questão de esse tipo de ensino não ser ofertado em todas as unidades escolares, algo que ocorre em todo país, já que o ensino de música não se faz presente nos currículos escolares por opção de governos estaduais e municipais, tal qual ocorre em Pereira Barreto/SP, que conta com três escolas

públicas municipais; todavia o ensino de música é oferecido apenas na unidade pesquisada.

Todas essas características determinam como esse tipo de ensino é tratado em nosso país, e embora seja considerado um importante meio de alfabetizar crianças da educação básica, é relegado a segundo plano, sem a devida atenção por parte do Estado. Todas essas questões afetam sobremaneira o ânimo dos professores, educadores musicais e músicos, que buscam cada vez mais outras áreas de trabalho distantes da educação.

A Música como parte integrante de diversas manifestações de artes de nossa cultura, pode trazer diversos benefícios para o ambiente escolar e auxiliar no ensino/aprendizagem dos alunos. Especialistas, músicos e professores consideram-na uma excelente ferramenta para alfabetização, a partir do momento que é devidamente ofertada em espaços apropriados, com toda a organização necessária, com materiais disponíveis e principalmente com professores aptos a lecionarem os conteúdos musicais com propriedade.

A desgastante rotina de uma escola de Tempo Integral pode atingir nove horas diárias de estudos. Tendo em vista essa realidade educacional, é necessário oportunizar as crianças, estudos interdisciplinares que possam realmente contribuir para seu desenvolvimento pleno, não apenas preencher os horários escolares com atividades insignificantes ou com aulas de “reforço” nas mesmas áreas consideradas prioritárias, especialmente de português e matemática.

A Música estimula várias áreas do cérebro, e sua prática pode trazer muitos benefícios no desenvolvimento infantil, a partir da realização de atividades, como: audição, canto, emissão de sons em instrumentos de sopros, percussão ou cordas, e composição musical. Com o desenvolvimento dessas atividades práticas iniciais com crianças de 6 a 10 anos, possibilita o estímulo de sua cognição musical, onde passa a desenvolver e compreender os mecanismos psicológicos que os levam às experiências musicais. É possível desenvolver também a criatividade, a coordenação motora e principalmente estimular o processo mental da criança para ativar/estimular/aprimorar o desempenho nas demais atividades escolares, como leitura, escrita e matemática.

A necessidade de refletir sobre a importância dos efeitos da educação musical na escola de educação básica brasileira parte do pressuposto da contribuição que esse tipo de ensino pode trazer para vários segmentos, se considerar o elevado e crescente número de crianças e jovens com problemas psicológicos, causados principalmente por questões de relacionamento familiar. Permitir que os alunos convivam diariamente com esse importante tipo de linguagem significa aproximá-los da arte e ao mesmo tempo proporcionar-lhes

qualidade de vida e auxiliar seu desenvolvimento humano.

“É de importância fundamental que em todos os países as autoridades educacionais sejam suficientemente lúcidas para resgatar a música e colocá-la a serviço da educação, ou seja, do desenvolvimento integral do homem” (GAINZA, 1982, p. 17). Com base nas afirmações, a presente pesquisa desenvolvida em sala de aula tratou de seu objeto de análise apenas como princípio educativo, a partir dos resultados apresentados pela escola, que comprovem a eficácia do trabalho realizado; assim como também da opinião de especialistas acerca da utilização dessas práticas, com o intuito de identificar os pontos positivos que a música pode oferecer para as crianças. Nosso propósito jamais será o de propagar prováveis efeitos terapêuticos-medicinais/curativos da música, ou algo parecido; até porque tal atitude não está contemplada em nosso plano de trabalho, tampouco tem relação com o tema aqui proposto.

No ensino fundamental, toda elaboração de atividade musical, seja ela individual ou coletiva, poderá incluir a participação de todos, embora alguns tenham mais facilidade, outros menos. Tudo dependerá do grau de envolvimento e de conhecimento prévio acerca da teoria e da prática musical. Dentro do ambiente escolar, o professor não deve aceitar, em momento algum, as chamadas situações de “impotência musical”, que segundo Gainza (1982), podem representar sérias e perigosas generalizações, e como consequência poderão até mesmo estigmatizar uma criança. “Não entendo a música” ou “Não posso fazer música” podem representar, em alguns casos, as seguintes afirmações: “Não entendo nada”, ou “Não posso ou não sirvo para fazer nada” (GAINZA, 1982, p. 35).

Diante dessas afirmações, a autora considera que os “prazeres” musicais devem ser acessíveis a todos, pelo fato de se tornarem inesquecíveis. A partir da ação musical, é possível o indivíduo apropriar-se de características mentais que contribuirão para sua recepção, aprimoramento de sua expressão; ou seja, suas habilidades e capacidades serão aguçadas de tal forma que transmitirão uma agradável sensação causada pela conquista de novos objetivos a partir do próprio esforço.

Cardoso e Sabbatini (2000) descrevem o impacto que o ensino de música pode desenvolver em relação aos aspectos cognitivos das crianças que se envolvem em práticas musicais:

A educação de crianças em um ambiente sensorialmente enriquecedor desde a mais tenra idade pode ter um impacto sobre suas capacidades cognitivas e de memória futuras. A presença de cor, música, sensações (tais como a massagem do bebê), variedade de interação com colegas e parentes das mais variadas idades,

exercícios corporais e mentais podem ser benéficos (desde que não sejam excessivos). (CARDOSO; SABBATINI, 2000. p. 11).

As atividades práticas iniciais desenvolvidas com as crianças menores, performances curtas, de fácil assimilação, sem exageros, sem exercícios cansativos, proporcionam a correta compreensão do processo musical desde sua origem. Essas situações de sala de aula tornam-se facilmente um recurso didático que possibilita aprendizagem para os alunos envolvidos. São atividades diárias que a partir de pesquisas realizadas, ficaram comprovadas que surtem efeito, como escuta do ambiente; exploração da voz; jogos de improvisação; construção de instrumentos com materiais convencionais, utilizados pelos alunos; sonorização de histórias e elaboração de arranjos.

A partir de vários estudos sobre o efeito da música no ser humano, ela passa a ser considerado um importante recurso que auxilia também na saúde do indivíduo, porquanto pesquisadores como Sekeff (2002) apontam o grandioso efeito positivo no aspecto emocional do indivíduo, tal como se observa a seguir:

No decorrer dos séculos, filósofos, médicos, psicólogos, teóricos, tentaram explicar o mecanismo de nossas respostas à música, constatando-se sempre quão difícil é dissociar, nessas respostas, os efeitos fisiológicos dos psicológicos (e vice-versa). Os pesquisadores oscilam entre duas teorias: a primeira afirma que a música afeta primordialmente as emoções e desperta estados de ânimo que acabam atuando sobre o corpo; ou seja, o movimento vai do psicológico ao fisiológico. A segunda defende o processo inverso, em que o movimento vai do fisiológico ao psicológico. Esta segunda teoria é compartilhada pela filósofa contemporânea Susan Langer, para quem a excitação nervosa origina a emoção (SEKEFF, 2002, p. 108).

Segundo os teóricos, a música consegue despertar vários aspectos da cognição, da comunicação, estimula outros sentidos inerentes a outras situações do cotidiano, como por exemplo, o afeto, que se trata de um modificador do comportamento. Tal efeito pode ser percebido quando as crianças são capazes de expressar variados sentimentos e emoções sobre pessoas ou fatos, mesmo que ainda não consigam fazê-lo verbalmente.

Nessa perspectiva, afirma Gainza (1982) que:

Para Piaget, o afeto é o principal impulso motivador dos processos de desenvolvimento mental da criança “Toda conduta supõe a existência de instrumentos, ou seja, de uma técnica (os aspectos motores e intelectuais); mas também toda conduta implica em certas ativações e metas valiosas: trata-se dos sentimentos, e assim, afetividade e inteligência são indissolúveis e constituem os dois aspectos complementares de toda conduta humana”. (GAINZA, 1982, p. 27).

As mais variadas funções da música, como por exemplo, proporcionar diversão, expressar emoções, estar a serviço de outras disciplinas, ou até mesmo ser utilizada na formação de talentos foram identificadas no trabalho de Souza (2002), que a partir das respostas de administradores escolares e professores, pode constatar:

Muitas professoras relataram suas crenças com relação ao valor da música como meio de acalmar e tranquilizar os alunos [...] também parece ser muito comum a utilização da música como auxiliar no desenvolvimento de outras disciplinas como pano de fundo para a realização de outras atividades [...] as aulas de música devem ser prazerosas para as crianças, já que estas estão submetidas, no seu cotidiano escolar, a uma série de atividades e disciplinas compulsórias. (SOUZA et al. 2002, p. 114-115).

Portanto, o ensino de música que se faz presente na escola de educação básica fica atrelado ao desenvolvimento cognitivo dos alunos, causa efeitos benéficos em aspectos específicos como da inteligência humana, do raciocínio lógico matemático, das habilidades espaciais, da concentração e outras capacidades inerentes aos seres humanos. Todos os benefícios obtidos a partir da perspectiva do ensino de música deve ser algo divulgado e compartilhado no seio da comunidade, afinal, todos os aspectos positivos elencados contribuem e muito para o desenvolvimento infantil certamente farão toda a diferença na sociedade em época futura.

2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO DE MÚSICA NO BRASIL

O presente capítulo tem como objetivo central traçar um panorama histórico do ensino de música no Brasil, voltado para a educação escolar, com vistas a situar a Lei nº 11.769/08, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de música na educação básica. Sabemos que historicamente a educação pública brasileira, sempre esteve dividida em duas partes: uma educação com mais qualidade, destinada a uma pequena parcela economicamente ativa (as elites) e a segunda forma de educação, a princípio destinada às classes sociais mais baixas, sem muitos investimentos ou atrativos, ou seja, sem a inserção de propostas que a colocasse no mesmo patamar da primeira modalidade.

A Educação Musical no Brasil, nos tempos atuais, foi pensada com o intuito de proporcionar às crianças, jovens e adultos que viviam à margem da sociedade, uma nova forma de cultura; entretanto, se considerarmos a real condição econômica da maior parcela da população, fica inviável conhecer, tampouco usufruir plenamente de atividades musicais capazes de contribuir com o seu desenvolvimento enquanto seres sociais, tanto individual quanto coletivamente.

Historicamente, a música tem o poder de modificar o homem, fazer com que sentimentos, emoções, características jamais vivenciadas, possam ser transmitidas e compartilhadas dentro de qualquer ambiente. A escola tem esse importante papel de inserir em seu currículo práticas de transmissão de cultura que possam contribuir para melhorar a vivência dos indivíduos e ressignificar sua concepção sobre vários aspectos da vida; além e oportunizar que tenham acesso a vários direitos que lhes foram negados ao longo da história.

Ofertar a possibilidade de os alunos se expressarem a partir da música não se trata apenas de cumprir as determinações legais; é uma obrigação moral do Estado, embora seja fato a ausência dessa modalidade de ensino nos currículos educacionais brasileiros por longo período.

No primeiro momento, o olhar histórico privilegiará questões constantes no tópico ‘A educação musical nas escolas públicas brasileiras: iniciando a contextualização’, onde apresento uma breve visão histórica do ensino de música, desde o descobrimento do Brasil, onde foram encontradas as primeiras demonstrações de práticas musicais com os nativos de nossa terra, até a transição do Brasil Império para o Republicano, considerando os decretos, leis, normatizações elaboradas e que traziam em seus escritos, a obrigatoriedade do ensino de

música.

Em seguida, busco percorrer toda a trajetória histórica, dentro do tópico ‘Sobre as legislações do ensino de Música no Brasil República’, ou seja, serão analisadas em um enfoque histórico, as publicações que mencionam esse tipo de ensino ao longo das décadas, desde o início do período Brasil República, até os dias de hoje. A partir do século XX, novas perspectivas para o sistema educacional brasileiro são apresentadas, novas políticas públicas passam a serem elaboradas, com o intuito de reconstruir a educação, como por exemplo: a LDB 9394/96, o Plano Nacional de Educação (PNE) (2014), os PCNs (1997), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) (2010), e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), que trazem em seus textos normatizações específicas para a área do ensino de Música.

No terceiro momento, apresenta-se a “História da Educação Integral no Brasil”, tendo em vista toda a sua importância ao longo do tempo, e pelo fato de a unidade escolar sede da pesquisa ter essa mesma proposta de ensino. Para tanto, utilizo como principal referencial teórico Anísio Teixeira, maior incentivador dessa prática de ensino na primeira metade do século XX, e o responsável pela implementação do primeiro projeto de ensino integral brasileiro, na década de 1950, quando criou, em Salvador/BA, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro.

O início da década de 1990 traz consigo uma nova perspectiva de uma educação mais igualitária, a “democratização” do ensino, que vislumbra a possibilidade de os alunos ingressarem na escola pública, com novas propostas as quais assegurem um ensino de qualidade a todos.

A última reflexão aborda “A música como bem cultural”, onde discorro sobre a importância das expressões individuais e coletivas dentro da atividade musical, para que o aluno participante possa adquirir conhecimentos e práticas culturais importantes do meio em que vive.

Por tratar-se de um tipo de estudo da história da educação ainda incipiente no país, é fundamental compreender todo o percurso histórico do objeto “o ensino de música na escola pública brasileira”, para que possamos ter um olhar mais amplo para as políticas públicas da atualidade, as quais, assim como as do passado, estão descaracterizando essa modalidade de ensino. Podemos afirmar ainda, que a ausência da sua oferta até nos dias de hoje prejudica severamente o desenvolvimento pleno de grande parte da sociedade brasileira, que por direito, merece tratamento igualitário por parte dos detentores do poder.

2.1 A Educação Musical nas escolas públicas brasileiras

Antes da chegada dos portugueses a música era vivenciada pelos povos nativos, em rituais sagrados e profanos. Nos primeiros contatos com os nativos de nossa terra, por meio de instrumentos de percussão (tambores), de sopro (flautas de bambu), o canto e a dança já foram apresentados aos colonizadores portugueses nas mais variadas formas e estilos. Contudo, os lusitanos trouxeram consigo o modelo de música ocidental, de origem grega, que associava a música e a literatura na missão de educar a alma do homem, e deveria ser repassada para crianças e jovens. “Nesse contexto, era grande o valor atribuído à música, pois acreditava-se que ela colaborava na formação do caráter e da cidadania” (FONTERRADA, 2008, p. 26). Contudo, devemos considerar que essa prática também tinha funções pedagógicas de repassar valores de determinadas sociedades, seja no sentido de emancipação ou no sentido de repressão social.

Na Grécia as crianças a partir dos sete anos poderiam ter uma educação voltada para a música, o canto, a dança e a poesia. No caso de Esparta fica bem claro seu caráter disciplinador:

Em Esparta, em seu sistema de educação para os jovens e para o povo, Licurgo exigia que a música fizesse parte da educação da infância e da juventude, e que fosse supervisionada pelo Estado. Como justificativa para esse procedimento, evocava a experiência em Creta, em que a prática da música, recomendada por Minos, provocara uma notável devoção aos deuses e tornara os cretenses um povo obediente às leis (FONTERRADA, 2008, p. 26).

Os jesuítas, que chegaram em 1549 - com forte formação das culturas clássicas greco-romana - tinham o propósito de ensinar a língua portuguesa e evangelizar crianças e jovens de comunidades indígenas a partir da música ocidental – europeia e cristã. Por meio de cantos, exaltavam suas crenças, seus costumes, suas formas de representação que se faziam presentes em todas as grandes celebrações. Por outro lado, a música era também utilizada como uma importante ferramenta para o desenvolvimento da leitura, escrita, da matemática e demais linguagens.

Em 1552, o bispo Dom Pedro Sardinha trouxe o mestre da capela Francisco Vacas para trabalhar com a educação musical, voltada estritamente para difusão de valores dos interesses da Igreja e da Coroa de Portugal. Em 1554, na cidade de São Paulo, fundou-se a primeira escola da Companhia de Jesus, pelo padre Manoel da Nóbrega e seguido pelo padre José Anchieta, com seu trabalho educacional considerado uma das mais importantes contribuições

do século XVI. E no ano de 1555, na cidade do Rio de Janeiro, temos a apresentação da primeira grande peça musical brasileira: “O Auto da pregação universal”, de José de Anchieta, originalmente escrita em Tupi.

A “Lei das Aldeias Indígenas”, entre os anos de 1658 até 1661, já no século XVII, foi um grande marco para época, pois tornou possível o encontro da música com a educação escolar no Brasil. A referida Lei passou a ordenar o ensino do canto; incluiu também músicas do cancioneiro popular dos portugueses, e a partir de então várias canções e modinhas eram ensinadas como forma de transmitir aos índios a “cultura” europeia, mais precisamente a portuguesa de caráter cristã, “modelos musicais europeus foram trazidos e aplicados, muitas vezes ignorando ou impedindo práticas musicais das culturas que aqui estavam”. (FIGUEIREDO, 2002, p. 45).

No contexto do século XVIII, todas as escolas mantidas pelos jesuítas no Brasil traziam em seu currículo a prática musical escolar, somente como finalidade religiosa, sem considerar outros valores desse tipo de ensino. A partir de 1808 cria-se uma nova perspectiva no país, “com a chegada da família real ao Brasil, em 22 de janeiro de 1808, trazendo com ela aproximadamente quinze mil pessoas, dentre elas músicos e intelectuais e artistas” (LOUREIRO, 2001, p. 48). José Maurício Nunes Garcia (1767-1830) foi um padre católico, professor de música, multi-instrumentista e compositor brasileiro, nomeado Mestre da Capela Real. O príncipe-regente Dom João, grande admirador do trabalho do padre, torna-o cavaleiro da Ordem de Cristo. Em 1818 o Mestre escreveu o “Compêndio de Música e o Método para Piano-forte”, dentro da sua era de apogeu que durou cerca de dez anos. No mesmo ano foi criado o primeiro curso oficial de Música, que exigia uma educação voltada para a formação de alunos de nível superior, para suprir várias demandas do Estado metropolitano, cuja Corte foi estabelecida no Brasil, propiciou o acesso ao curso somente para os filhos da nobreza e da aristocracia, que tinham as aulas em suas próprias casas.

A Escola Normal passou a funcionar no ano de 1835, em Niterói, onde o currículo era elaborado nos moldes de outros modelos escolares, os quais tinham a música como o objetivo disciplinar. Fundado em 2 de dezembro de 1837, um marco histórico para o ensino de música, o Colégio Pedro II passou a ser referência nessa modalidade educacional.

O ensino da música se fez presente na educação das classes mais elitizadas, e por conta disso foi fundado, em 1841, por Francisco Manuel da Silva (1795-1865), o primeiro Conservatório Musical do Rio de Janeiro, a primeira grande instituição de música no Brasil. Em janeiro de 1847, passa a valer a primeira lei que estabelecia conteúdos para a formação

musical, tais como “princípios básicos do solfejo”, “voz”, “instrumentos de cordas”, “harmonia”. Os alunos que participavam desses cursos recebiam diploma de formação musical.

A presença da música na escola de educação básica é novamente instituída legalmente a partir do decreto de Lei nº 1.331, datado de 17 de fevereiro de 1854, que embora tenha normatizado o ensino de música no país, não trouxe como obrigatório o conteúdo musical e assim deixou uma lacuna na educação escolar. Logo em seguida, o Decreto Federal nº 331A, de 17 de novembro de 1854, regulamentou em todas as escolas primárias de 1º e de 2º graus e Normais (Magistério) do país, as práticas musicais, “noções de música” e “exercícios de canto”, como atividades do currículo.

Um pouco antes do período republicano podemos identificar a penúltima publicação em âmbito estadual que garantia a presença da música na escola pública, na província de São Paulo, onde o canto e o coral tornaram-se atividades presentes em todas as unidades escolares. A Reforma de Rangel Pestana, regulamentada em 6 de abril de 1887, pela Lei nº 81, estimulava essa prática nas escolas com o intuito de ofertar a música para todos os alunos.

Na transição do Brasil Império para o Republicano, um ano após a Proclamação da República, que ocorreu em 15 de novembro de 1889, é publicado, durante a Reforma de Benjamin Constant, em 8 de novembro de 1890, o decreto nº 981 aplicado em todo o território nacional na sua formalidade institucional, que regulamentou a Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal e instituiu o ensino de elementos de música, utilizados entre os conteúdos e disciplinas e deveriam incluir os seguintes conceitos, considerados fundamentais para exercer tal prática: “Cânticos escolares aprendidos de outiva. [...] Conhecimento e leitura das notas. [...] Conhecimentos das notas, compassos, claves. [...] Primeiros exercícios de solfejo. [...] Exercícios de solfejo. Dictados [...]” (BRASIL, 1890).

Segundo Queiroz (2012), o documento acima mencionado:

definiu novas perspectivas para a educação do Distrito Federal, tendo, conseqüentemente, impacto em outras realidades educacionais do país [...] esse decreto, em relação ao anterior, trouxe definições mais pontuais acerca dos conteúdos de música que deveriam fazer parte da formação na instrução primária e secundária (QUEIROZ, 2012, p. 27).

O decreto citado regulamenta que todas as instituições primárias ou secundárias deveriam instituir o “ensino de elementos de música” e oferecer também “formação especializada do professor de música”. E estipulava ainda, que em todo o território nacional

os conteúdos das aulas deveriam ser ministrados exclusivamente por professores capacitados especializados em música, admitidos somente mediante aprovação em concurso público. O período de publicações de normatizações que regulamentavam o ensino de música em âmbito estadual e nacional, se encerram basicamente nos marcos até aqui mencionados.

2.2 Um breve histórico sobre as Legislações do ensino de música no Brasil Republicano

O processo de inserção da Arte, dentre elas o ensino de música na história da educação brasileira, sempre foi marcado pela constante elaboração de documentos normativos, decretos ou leis que vislumbravam possibilidades, pois garantiram parcialmente a efetivação dessa modalidade de ensino na escola pública.

O ensino de música em suas características era seletivo, destinado apenas à elite, excluía a grande massa de escravos e camponeses que não tinha o acesso à educação. Mesmo após a Proclamação da Independência, e durante o século XIX essa realidade permaneceu.

No início do século XX, o ensino da música sofreu várias mudanças no mundo todo. Influenciados pelo movimento “escolanovista”, autores, músicos, pedagogos, passaram a elaborar para esse inovador tipo de ensino, novos métodos, teorias, propostas que se tornaram uma opção de escolarização para alunos advindos das classes sociais menos favorecidas que até então não tinham acesso à oferta desse tipo de ensino. Dentre os vários autores que escreveram e se destacaram nessa seara estão Edgar Willems (1890-1978), Jacques Dalcroze (1865-1950), Carl Orff (1895-1982) e Zóltan Kodaly (1882-1967), que segundo Fonterrada:

[...] não obstante as diferenças existentes entre as propostas, objetivos e procedimentos metodológicos de cada abordagem, tinham em comum a desvinculação da aula de música do ensino de instrumento, o incentivo à prática musical, o uso do corpo e a ênfase no desenvolvimento da percepção auditiva (FONTERRADA, 2008, p. 214).

No início da década de 1930, ganha força um grupo de educadores brasileiros que defendiam os ideais da Escola Nova, a qual exigia uma educação pública de qualidade para todos, principalmente para as camadas mais carentes da sociedade. Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho tiveram grande influência no desenvolvimento das propostas de políticas públicas educacionais criadas para serem ofertadas em todo o país. Naquele século, com o advento dos princípios da Escola Nova, a arte se faz presente na educação,

recomendada desde os primeiros anos da Educação Básica como forma de desenvolvimento do raciocínio, da intuição, da inspiração e da inteligência das crianças.

Com o Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931 (BRASIL, 1931), Getúlio Vargas implanta a educação musical em todo o sistema público de educação do país, em todas as escolas primárias e secundárias. Na verdade, essa tentativa de inserir a educação musical nas escolas brasileiras foi a forma mais viável encontrada para enaltecer o seu governo, “que utilizou a música para desenvolver a coletividade, a disciplina e o patriotismo” (MATEIRO, 2000, p. 01).

Com o objetivo de ser um alfabetizador musical de grandes massas populares e alcançar consideráveis contingentes da população, Anísio Teixeira¹ (1932) propõe mudanças necessárias para a perspectiva de uma nova escola, a partir da reorganização da Direção Geral da Instrução Pública do Distrito Federal, que, pelo decreto nº 3763 de 1º de fevereiro de 1932, cria treze Inspeções Especializadas, “entre elas, obras sociais escolares, peri-escolares e pós-escolares; educação de saúde e higiene escolar; educação física; música e o canto orfeônico. Criou ainda a Biblioteca Central de Educação, a Fílmoteca e o Museu Central de Educação” (CAVALIERE, 2010, p. 254). Essas disciplinas escolares se tornam obrigatórias nos currículos de todas as escolas públicas brasileiras a partir do decreto.

O Canto Orfeônico, originário da França, onde o canto coletivo promovia grandes concentrações de pessoas que se reuniam para cantar, provocava um entusiasmo geral. “A denominação “canto orfeônico” foi utilizada em 1833 por Bouquillon-Wilhem, professor de canto nas escolas de Paris, como alusão ao mito grego de Orfeu, poeta e músico” (HOMEM, PERRONE, 2012, p. 34). Devido ao grande sucesso, foi oficialmente adotado como uma modalidade de ensino em todas as escolas municipais da capital francesa e posteriormente foi introduzido no Brasil. Por se tratar de um tipo de canto que não exigia conhecimento prévio musical ou de algum tipo de treinamento vocal específico, os alunos se interessavam sobremaneira por essa prática cultural.

¹ Anísio Spinola Teixeira, brasileiro, nasceu dia 12 de julho de 1900 na cidade de Caetité/BA. Teixeira se formou na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro e iniciou como pedagogo em 1924. Em 1925, foi à Europa observar o sistema educacional de diversos países. No seu retorno realiza várias mudanças no sistema de ensino da Bahia. Em 1927, muda para os Estados Unidos e conclui a pós-graduação e mestrado. Em 1951, assume o cargo de Secretário Geral da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). No ano seguinte, foi nomeado para a direção do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), e criou o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE). Foi enviado em 1962, a ser conselheiro do Conselho Federal de Educação. Foi um dos fundadores da Universidade de Brasília, tornando reitor entre 1963 e 1964. Faleceu em 11 de março de 1971. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2015/03/anisio-teixeira-e-considerado-um-dos-maiores-educadores-do-brasil>. Acesso em: 12 de ago. 2018.

Em 1932, o Secretário de Educação Anísio Teixeira convida Heitor Villa-Lobos² para o cargo de Diretor da Superintendência de Educação Musical e Artística (SEMA), após a elaboração de um projeto para formar os professores que ministrariam as aulas de noções de música e Canto Orfeônico nas escolas públicas de todo o país.

Segue-se, na então Capital do país, a Reforma de Anísio Teixeira, em 1932, que já encontrou estruturada a de seu antecessor, Fernando de Azevedo, a qual, em virtude da Revolução de 1930, não pôde ter o desenvolvimento almejado. Na Reforma de 1932, a Música e as demais Artes têm um lugar proeminente, como um dos mais preciosos alicerces da Escola Nova. Além da programação para Escolas Elementares, Jardins de Infância e Ginásios, é criada a Cadeira de Música e Canto Orfeônico no Instituto de Educação e que foi ministrada pela Professora Conceição de Barros Barreto [...] (JANNIBELLI, 1972, p. 42).

O SEMA foi projeto precípua de formação desses professores e sua proposta era, a partir do canto coletivo, oferecer uma educação musical cujo eixo central era a música popular. Acreditava-se que a democratização do acesso para todas as camadas sociais poderia influenciar a formação de uma consciência musical brasileira, com a valorização de toda expressão cultural produzida no país e, sobretudo, contribuir para a construção do caráter do indivíduo.

Com a contribuição do maestro Villa-Lobos, o Canto Orfeônico se tornou o maior movimento de educação musical de massa ocorrido no Brasil. “Villa-Lobos, em pouco tempo, tornou-se um dos mais importantes nomes da educação musical no Brasil, ao instituir o canto orfeônico em todas as escolas públicas brasileiras” (FONTERRADA, 2008, p. 212). Porém, sua imagem, profundamente vinculada ao governo Vargas, sobretudo ao seu caráter nacionalista, se manteve presente nas escolas brasileiras até o final da década de 1960 e gradativamente desapareceu do currículo escolar. O grande projeto de Villa-Lobos foi substituído pela disciplina de educação musical escolar, por meio da LDB nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, segundo a qual o ensino de música era oferecido nas escolas de modo a oportunizar o acesso a todos os alunos matriculados na educação básica do país.

No ano de 1971, com a publicação da lei nº 5692, o ensino das Artes passou a ser atribuição da disciplina de Educação Artística, que assim representava a chamada

² Heitor Villa-Lobos, brasileiro, nasceu em 5 de março de 1887 no Rio de Janeiro/RJ. Villa-Lobos, considerado, ainda em vida, o maior compositor das Américas, compôs cerca de 1.000 obras e sua importância reside, entre outros aspectos, no fato de ter reformulado o conceito nacionalismo musical, tornando-se seu maior expoente. Foi, também, através de Villa-Lobos que a música brasileira se fez representar em outros países, culminando por se universalizar. Faleceu em 17 de novembro de 1959 no Rio de Janeiro/RJ. Disponível em: <http://www.museuvillalobos.org.br>. Acesso em: 12 de ago. 2018.

“polivalência” no ensino, segundo a qual o mesmo professor deveria trabalhar artes visuais, dança, teatro e música. No entanto, a formação superior precária oferecida aos professores dos cursos de licenciatura curta, muito comuns na década de 1970, aliada à falta de habilidades artísticas dos professores, dificultou o oferecimento desse tipo de ensino, tornando-o inviável a partir do momento que não priorizava a qualidade. “Algumas coisas logo se evidenciam ao ouvido atento: muitos professores da escola não sabem cantar ou tocar um instrumento” (FONTERRADA, 2008, p. 14). Aqui fica evidente a predominância do ensino das Artes visuais, e o desaparecimento das artes coletivas, da música, da dança e do teatro no currículo escolar, principalmente pela falta de profissionais capacitados.

Embora a música não tenha deixado de ser ouvida por alunos e professores, a falta de uma legislação mais específica provocou o desaparecimento do ensino de música em todos os estabelecimentos de ensino do Brasil. Os alunos e alunas passaram a desempenhar o papel de ouvintes passivos, sem nenhum tipo de consciência musical crítica, sem condição alguma de expressar sentimentos, emoções e criatividade.

No contexto educacional brasileiro por cerca de trinta anos o ensino de musical ficou fora da escola pública, a música voltou como disciplina no currículo da educação básica a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, baseada no princípio do direito universal de educação para todos. A referida lei foi elaborada dentro dos princípios de uma pedagogia mais humanista, com mais autonomia para as unidades escolares, diminuiu a centralização do poder do Estado, passou a respeitar e levar em consideração principalmente a diversidade cultural e o regionalismo.

Após a publicação da LDB, o Ministério da Educação e do Desporto lança o documento “Parâmetros Curriculares Nacionais” (PCNs, 1997), com o objetivo de servir como um material de referência para o professor. Não possuía um caráter obrigatório; pelo contrário, as escolas tinham mais autonomia para trabalhar suas propostas pedagógicas. No volume seis dos PCNs ficou designado o ensino de Artes e serviu de documento norteador para definir os conteúdos a serem trabalhados na disciplina de Artes no Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio:

Para que a aprendizagem da música possa ser fundamental na formação de cidadão é necessário que todos tenham a oportunidade de participar ativamente como ouvintes, intérpretes, compositores e improvisadores, dentro e fora da sala de aula. Envolvendo pessoas de fora no enriquecimento do ensino e promovendo interação com os grupos musicais e artísticos das localidades, a escola pode contribuir para que os alunos se tornem ouvintes sensíveis, amadores talentosos ou músicos profissionais. Incentivando a participação em shows, festivais, concertos, eventos da

cultura popular e outras manifestações musicais, ela pode proporcionar condições para uma apreciação rica e ampla onde o aluno aprenda a valorizar os momentos importantes em que a música se inscreve no tempo e na história (BRASIL, 1997, p. 54).

Dentro da disciplina de Artes foram apresentados conteúdos, linguagens e critérios de avaliação que poderiam englobar todas as áreas, tais como música, a dança, o teatro e as artes visuais. O ensino de música foi dividido em blocos de conteúdos: a) Comunicação e expressão em música, o qual compreendia interpretação, improvisação e composição; b) Apreciação significativa em música, cuja abrangência atingia escuta, envolvimento e compreensão da linguagem musical; c) A música como produto cultural e histórico – com o envolvimento da música e dos sons do mundo – o ensino de música dentro da grande área de Artes; porém, apesar de se criar uma nova perspectiva para a disciplina de Artes, em especial para o ensino de educação musical, diluíram-se as possibilidades reais de ensino dos conteúdos propostos, pois o professor de Artes geralmente não possui formação na área específica da música.

Após mais de uma década da LDB (1996), a partir de um grande movimento da sociedade civil organizada, finalmente foi sancionada em 18 de agosto, a Lei nº 11.769/08, que altera a redação da Lei nº 9394/96 e dispõe que “[...] a música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o §2º deste artigo” (BRASIL, 2008^a).

A nova legislação apresenta uma alteração considerável no artigo 26 da LDB (1996), no qual o conceito trazido como “Ensino da Arte” não está claramente explicitado em sua composição. Assim, cada sistema de ensino poderia dar prioridade para determinados conteúdos de ensino e automaticamente excluir outros. Contudo, o §2º, especialmente em suas expressões regionais, passou a constituir componente curricular obrigatório nos diversos níveis da Educação Básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos (BRASIL, 1996).

O objetivo principal da educação musical nunca foi o de formar músicos profissionais dentro das escolas públicas. A partir de 2008, muda-se o foco, e o ensino de música na escola passa a ser considerado como uma grande forma de interação, percepção, produção, participação dos mais variados símbolos e representações musicais, teorias, leitura de partituras, interpretação, e até mesmo a reprodução musical com autonomia de cada aluno, de acordo com os conhecimentos adquiridos nas aulas. A música em um sentido mais amplo vem da alma, acalma, inspira pensamentos novos, sonhos em cada ser humano. Nesse sentido,

o que se espera é oportunizar aos estudantes a experiência musical de modo a promover descontração, liberdade e aprendizado; a partir dessa compreensão, o direito de se expressarem em diversas linguagens musicais, sejam elas cantadas e/ou instrumentalizadas, de tal modo que aprendam os diversos ritmos e desenvolvam atividades individuais ou coletivas. “Musicalizar” na escola é oferecer ao aprendiz as ferramentas básicas necessárias para a compreensão e a utilização da linguagem musical.

A partir da análise das legislações brasileiras e dos constructos teóricos de Fonterrada (2007), Jardim (2013), Zanetta (2014), Peres (2015), Requião (2015), Teixeira (2014), os quais tratam da história da educação musical no Brasil, é possível realizar ampla discussão a respeito do ensino de música no cotidiano escolar. Os pesquisadores mencionados demonstram claramente os resultados positivos obtidos em escolas nas quais os profissionais decidiram a partir da aprovação da Lei nº 11.769/08, não mais cumpri-la apenas superficialmente, mas ofertar com a necessária qualidade esse tipo de ensino, com vistas ao desenvolvimento cognitivo das nossas crianças, de forma holística, nas demais áreas do conhecimento.

Durante muito tempo o ensino de música em escolas brasileiras caracterizava-se basicamente pelo preparo das crianças para apresentações em festas, eventos comemorativos de representação nacional, ou seja, sem fins educacionais, somente para cumprir determinados protocolos desenvolvidos em unidades escolares.

Contrário a essa perspectiva, fica evidente que os alunos e alunas, ao se apropriarem do ensino de música na escola, passam a ter oportunidade de conhecer e desenvolver outras habilidades e competências. Seu potencial criativo pode atingir objetivos diversos, aumentar sua participação e desenvolvimento em atividades de diferentes linguagens, sons, ritmos, sensibilidades artísticas e áreas do conhecimento. Dentre essas vantagens elencadas, destaca-se ainda a oportunidade de o educando conhecer todo o universo musical do mundo, bem como a do Brasil, considerado o receptor de uma herança sócio-histórica e cultural das mais variadas do mundo.

É fato que para a implantação do ensino de música nas escolas demanda investimentos em gestão, estrutura física, materiais específicos como: instrumentos musicais, som, materiais pedagógicos e até mesmo, investir em formação de professores (educadores musicais), entre outros.

Transmitir os resultados positivos, demonstrando a importante contribuição que o ensino de música pode trazer, torna-se de extrema importância a partir do momento que

gestores educacionais, pais e os alunos, reconhecem o real valor que a música exerce quando presente na educação básica. Partindo do pressuposto da atual realidade investigada, que sinaliza para a falta de profissionais capacitados, falta de investimentos de governos municipais, estaduais e principalmente o federal, que isolam o ensino de música das demais práticas escolares, mesmo esse tipo de oferta sendo amparado por lei.

Diante do momento político e social conturbado que estamos vivenciando no Brasil, a Educação e a Cultura voltaram a ser relegadas a planos inferiores, sem prioridade em investimentos. Em meados de abril de 2016, a Câmara dos deputados instaurou o processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff (PT), afastada do cargo em 12 de maio e resultou no seu impedimento definitivo ao exercício do mandato em 31 de agosto de 2017. Caracterizado como um golpe de estado jurídico-midiático-parlamentar existente no Brasil, que dentre tantas outras ações, dias antes de sua saída sancionou, em 2 de maio de 2016, a Lei nº 13.278/16, que alterou o § 6º do Art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, referente ao ensino de Artes. O referido parágrafo passou a ter a seguinte redação: “Art. 26, § 6º: As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo” (BRASIL, 2016).

Caracteriza-se assim, mais uma vez, a “polivalência” do ensino de Artes no país, algo muito criticado e questionado no passado, por não oferecer um ensino de qualidade nas mais variadas competências artísticas. A lei estabelece ainda o prazo de cinco anos para que os sistemas de ensino promovam a formação de professores para implantar esses componentes curriculares em todos os níveis da educação básica. De certa forma essa normativa pode ser considerada contraditória, pelo intento de formar professores licenciados em Artes, se considerarmos que a maior parte deles não tem suficiente conhecimento musical em vários aspectos, tais como: tocar, cantar e expressar didaticamente os conteúdos específicos das aulas de música. O mais apropriado para a oferta de um ensino de qualidade seria realizar concurso público para educadores musicais especialistas desenvolverem esse trabalho.

A Educação e a Cultura, considerados os principais meios de transformação de uma sociedade, se tornam novamente pauta de descaso. A política brasileira pós-*impeachment* do governo ilegítimo, tem retirado sistematicamente direitos conquistados durante décadas, tais como o direito à saúde, à educação, ao emprego, à aposentadoria, e principalmente o direito de ter uma vida digna em sociedade. O desmonte fere as pessoas das classes sociais mais baixas, e inicia com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 55/2016, conhecida como

PEC do teto, porque impõe um limite drástico de gastos ao governo durante os próximos 20 anos e colocará em risco os dois maiores instrumentos de justiça social, a educação e a saúde. Infelizmente, Educação, Cultura e Arte, sobretudo o ensino de música nas escolas, deixam de ser prioridade, e nessa perspectiva voltaram a ser considerados direitos restritos às elites.

Nesse contexto, entende-se que novas pesquisas em educação sobre esse tema são de extrema importância para identificar as contribuições advindas do ensino de música a partir do levantamento dos principais pontos que servirão de subsídios para a defesa e a manutenção dessa valiosa ferramenta de ensino/aprendizagem nas escolas. Isso será possível por meio de uma pesquisa detalhada feita em banco de dados de realidades específicas, em contraste com pesquisas em nível nacional, cuja produção é altamente significativa, embora não tenha a mesma perspectiva de análise deste trabalho.

Portanto, a presente pesquisa busca contribuir com novos dados sobre a importância do ensino de música na escola de educação básica brasileira, bem como entender melhor quais são os principais fatores que contribuem para a formação de nossas crianças.

2.3 História da Educação Integral no Brasil

Com base nos princípios da Educação Integral, foram utilizados como referencial teórico Teixeira (1996), Cavaliere (2010), que conceitua a “Educação Integral” desenvolvida no Brasil. Os aspectos são semelhantes às propostas de Anísio Teixeira, incansável lutador pela oferta de uma escola pública eficiente, destinada principalmente às classes sociais mais baixas de nossa sociedade, com ensino de qualidade. Segundo Teixeira (1996), está ligada estritamente à jornada escolar, por defender o pressuposto da influência positiva exercida pelo tempo de permanência diária do aluno na escola como fator precípua para o seu desenvolvimento.

Esta pesquisa buscou investigar e analisar a experiência com o ensino de música, em uma escola municipal de Educação Básica de período (Tempo) integral, na cidade de Pereira Barreto/SP. A partir dessa concepção, é importante discorrer a respeito da *Educação Integral* no país, termo que se refere ao processo de desenvolvimento educativo do ser humano, trabalhado em todas as suas dimensões: cognitiva, estética, ética, física, social, e afetiva, de forma a possibilitar a formação integral do educando em todos esses aspectos.

A modalidade de Educação integral, enquanto concepção teórica tem o propósito de ofertar maior integração do sujeito com as diversas instâncias culturais presentes em nossa

sociedade. Segundo um documento do MEC de (2009):

A educação integral constitui ação estratégica para garantir atenção e desenvolvimento integral às crianças, adolescentes e jovens, sujeitos de direitos que vivem uma contemporaneidade marcada por intensas transformações e exigência crescente de acesso ao conhecimento, nas relações sociais entre diferentes gerações e culturas, nas formas de comunicação, na maior exposição aos efeitos das mudanças em nível local, regional e internacional. Ela se dará por meio da ampliação dos tempos, espaços e oportunidades educativas que qualifiquem o processo educacional e melhorem o aprendizado dos alunos. Não se trata, portanto, da criação ou recriação da escola como instituição total, mas da articulação dos diversos atores sociais que já atuam na garantia de direitos de nossas crianças e jovens na co-responsabilidade por sua formação integral (PDDE - Manual de Educação Integral, 2009, p. 1).

Nesse sentido, trata-se da educação que tem por objetivo oferecer condições completas para a vida, com o destaque reservado para a escola a qual fuja do paradigma de servir como transmissora de conteúdos/conhecimentos, como somente ensinar a ler, a escrever, a realizar as quatro operações, entre outros. A função da escola parte para o campo da educação plena do sujeito, prioriza o todo do currículo escolar; amplia os saberes desenvolvidos dentro do espaço escolar; oportuniza a transmissão de valores éticos e morais necessários para se conviver em sociedade; oferece práticas de ensino das artes e das culturas regionais e locais, de desenvolvimento de hábitos saudáveis que propiciem a qualidade de vida, e por fim, a preparação da criança e do jovem para sua inserção na sociedade, principalmente para aquela camada da população advinda das camadas mais populares.

Anísio Spínola Teixeira (1994), o principal defensor da Educação Integral, implementou no país algumas escolas de tempo integral no período de 1930 a 1960. Sua ideologia e seu pensamento concentravam-se em possibilitar maior acesso à escola de educação básica de qualidade para as classes sociais mais baixas, que historicamente têm seus direitos cada vez mais excluídos. De acordo com Paro (1988):

[...] “ainda que não necessariamente ligada ao regime de período integral, mas já apontando para algumas necessidades a serem supridas pela educação”. “procurava atribuir à escola o papel de contribuir para a solução de problemas sociais relacionados com a condição de pobreza da população” (PARO, 1988, p. 192).

Teixeira (1994) refletia sobre a necessidade de a criança estudar em tempo integral, considerava que, se bem organizada, a ampliação do horário integral na escola pode propiciar atividades as quais contribuirão para a formação integral do aluno. O autor enfatiza que:

[...] restituir-lhe [à escola] o dia integral, enriquecer-lhe o programa com atividades práticas, dar-lhe amplas oportunidades de formação de hábitos de vida real, organizando a escola como miniatura da comunidade, com toda a gama de suas atividades de trabalho, de estudo, de recreação e de arte (TEIXEIRA, 1994, p. 63).

Anísio Teixeira (1971), foi o primeiro educador a defender a ideia da escolarização em tempo integral no país e “considerado o maior educador brasileiro participante do movimento renovador da educação nacional” (PINTO, 1986, p. 89), teve influência do movimento escolanovista e tornou-se seguidor do pragmatismo adotado pelo pensamento de John Dewey (1859-1952), o qual considerava o ensino da Arte como o centro da sala de aula, teve grande influência educacional nos Estados Unidos e foi um dos principais responsáveis pelas mudanças no ensino pré-escolar.

A Educação Integral também esteve presente na proposta do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (1932), assinado por vinte e seis (26) intelectuais do campo educacional brasileiro, que defendiam uma oferta de escola pública gratuita e de qualidade, capaz de transmitir valores, ou seja, um modelo de educação preparatória para a vida. Cavaliere (2002) afirma que:

O movimento reformador, do início do século XX, refletia a necessidade de se reencontrar a vocação da escola na sociedade urbana de massas, industrializada e democrática. De modo geral, para a corrente pedagógica escolanovista a reformulação da escola esteve associada à valorização da atividade ou experiência em sua prática cotidiana. O entendimento da educação como vida, e não como preparação para a vida, foi a base dos diversos movimentos que a formaram (CAVALIERE, 2002a, p. 251).

Cavaliere (2001) descreve o conteúdo contido no Manifesto que visualiza uma nova iniciativa de educação para ser oferecida aos alunos. Segundo ele:

As novas ideias em educação questionavam o enfoque pedagógico até então centrado na tradição, na cultura intelectual e abstrata, na autoridade, na obediência, no esforço e na concorrência. Para os reformistas, a educação deveria assumir-se como fator constituinte de um mundo moderno e democrático, em torno do progresso, da liberdade, da iniciativa, da autodisciplina, do interesse e da cooperação. As reformas nas instituições escolares visavam à retomada da unidade entre aprendizagem e educação, rompida a partir do início da era moderna, pela própria escolarização, e buscavam religar a educação à vida (CAVALIERE, 2001, p. 11).

Anísio Teixeira (1940), como Secretário de Educação e Cultura da Bahia/BA, no governo de Otávio Mangabeira, na tentativa de atender à crescente demanda na escola pública baiana, repensa a ideia de um novo sistema escolar, com propostas inovadoras que atendam à necessidade da época. É criado o Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR), primeiro

exemplo de escola pública destinada a todos da sociedade. A proposta oferecia aulas o dia inteiro para as crianças durante todo o ano, dividido em dois períodos. O primeiro destinado ao currículo regular da escola pública, chamada na época de “Escolas Classe”, e o segundo período era destinado às atividades diversificadas, tais como: atividades físicas, sociais e artísticas, na chamada “Escola Parque”. Constituiu-se a partir dessa perspectiva de Anísio Teixeira, como a primeira experiência de educação pública em escolas de tempo integral.

Dois pontos foram considerados como aspectos que dificultam a inserção do horário integral em toda a rede pública brasileira: 1) a forte cultura de turnos únicos (ou ensino regulares), o mais ofertado dentro do sistema escolar público brasileiro, em grande medida, por um paradigma de racionalização de gastos com a educação; ou seja, em muitos lugares, governos ou determinados partidos, ainda cultivam a ideologia da contenção do “gasto” que se tem com a educação, considerado como despesa, não como um importante investimento; 2) a ideia de que escolas em tempo integral são projetos, ou planos de determinados governantes, ou seja, sempre uma experiência (nunca uma permanência), portanto estão estritamente atreladas aos seus idealizadores que, a partir do momento em que deixam o espaço de poder ocupante, levam consigo suas ideias, criações, entre outras.

Em relação à concepção de educação integral no século XX, temos um documento referência que serviu como texto base para toda a discussão nacional acerca desse importante tema, motivo de várias discussões, posicionamentos políticos relacionados à perspectiva de que esse tipo de educação poderia influenciar para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária. O texto elaborado pelo MEC aponta que:

[...] no Brasil, na primeira metade do século XX, encontramos investidas significativas a favor da Educação Integral, tanto no pensamento quanto nas ações de cunho educativo de católicos, de anarquistas, de integralistas e de educadores como Anísio Teixeira, que tanto defendiam quanto procuravam implantar instituições escolares em que essa concepção fosse vivenciada. No entanto, cabe ressaltar que eram propostas e experiências advindas de matrizes ideológicas bastante diversas e, por vezes, até contraditórias (BRASIL, 2009d, p. 15).

Segundo o texto, o foco na formação integral tem como objetivo ofertar políticas públicas sociais que a priori possam defender os direitos historicamente refutados por todos os governantes, ou seja, esse modelo de escola propõe novas práticas que evidenciem “a igualdade, a autonomia e a liberdade humana, em uma clara ação política emancipadora” (BRASIL, 2009d, p.15).

Em seu texto, Saviani (2010) define Anísio Teixeira como o precursor do movimento

‘Escola Nova’, e afirma que buscou “desenvolver uma educação integral, provendo, de forma articulada, a educação física, moral e cívica, desenvolvendo, nos alunos, hábitos higiênicos, despertando o sentido da saúde, a resistência e vitalidades físicas, a alegria de viver” (SAVIANI, 2010, p. 212). Nessa perspectiva, Teixeira propunha um:

Programa completo de leitura, aritmética e escrita, e mais ciências físicas e sociais, e mais artes industriais, desenho, música e dança e educação física. Além disso, desejamos que a escola eduque, forme hábitos, forme atitudes, cultive aspirações, prepare, realmente, a criança para a sua civilização – esta civilização tão difícil por ser uma civilização técnica e industrial e ainda mais difícil e complexa por estar em mutação permanente. E, além disso, desejamos que a escola dê saúde e alimento à criança, visto não ser possível educa-lá no grau de desnutrição e abandono em que vive. (TEIXEIRA, 1971, p.141 e 146).

Diante disso, era possível identificar todas as mudanças que ocorriam no ambiente escolar, ou seja, execução de diversas atividades, como por exemplo: físicas, artísticas, intelectuais, profissionalizantes e principalmente atividades relacionadas à área da saúde, as quais cada vez mais se faziam presentes dentro da realidade de cada unidade, de forma a contribuir para o desenvolvimento pleno do ser humano. Constantemente os debates acerca do tema ‘Educação integral no Brasil’ são discutidos com base em textos normativos, como no descrito a seguir:

A educação Integral exige mais do que compromissos: impõe também e principalmente projeto pedagógico, formação de seus agentes, infraestrutura e meios para sua implantação. Ela será o resultado dessas condições de partidas e daquilo que for criado e construído em cada escola, em cada rede de ensino, com a participação dos educadores, educandos e das comunidades que podem e devem contribuir para ampliar os tempos e os espaços de formação de nossas crianças, adolescentes e jovens na perspectiva de que o acesso à educação pública seja complementado pelos processos de permanência e aprendizagem (BRASIL, 2009, p. 06).

Moll (2009) descreve alguns pressupostos que indicam sua visão acerca da educação integral, e aponta a importância de se ater a esses conceitos determinados:

[...] - a escola pública gratuita e de qualidade como bem inalienável das classes populares e instituição coordenadora e articuladora do movimento instituidor da educação integral; - a abertura fecunda da escola para a comunidade e da comunidade para a escola, já que não há educação integral em tempo escolar sem novos pactos entre famílias, educadores da escola, por não se tratar da instauração como instituição total, mas sim da articulação de um conjunto de possibilidades que qualifiquem a educação pública; - a valorização dos saberes popular como saberes legítimos a serem trabalhados/incluídos no “currículo escolar”, implicada em uma profunda mudança cultural, uma vez que revisita toda a tradição cartesiana que reduz os saberes e modos de expressão populares a irracionalismos, credêncas e

tradições infundadas; - a revisão dos currículos escolares para a valorização tanto dos saberes clássico (patrimônio da humanidade nos vários campos) quanto dos saberes cotidianos do mundo da vida; - a articulação dos diferentes campos e ações políticas para possibilitar o aprendizado coletivo e individual e o trabalho Inter setorial, aproximando áreas, temas, equipamentos públicos (...); - a escuta das crianças e dos jovens como sujeito de direitos na cena escolar, e não “objetos” da ação docente (MOLL, 2009, p. 15).

Portanto, a escola de tempo integral necessita ser vista como uma política educacional a ser seguida, contemplada, com o propósito de atender o seu maior objetivo durante toda história da escolarização, o de ofertar uma escola pública de qualidade, não apenas como foi vista no passado, como pequenas experiências centralizadas, não raro aquém do que a sociedade necessitava em cada época.

2.4 A música como “bem cultural”: expressões individuais e coletivas

De acordo com Jardim (2009, p. 15), “A educação musical é uma área de estudos recentes no país e a pesquisa histórica que a envolve é ainda mais incipiente. A ausência de pesquisas e a falta de dados consistentes induzem outros pesquisadores a partirem de realidades presumidas”. A inserção desse tipo de ensino no currículo da Educação Básica tem sido constantemente discutida nos últimos anos, uma vez entendida a importância da transmissão da música como capaz de desenvolver habilidades individuais e coletivas dos alunos dos anos iniciais.

Penna (2008) atenta para a importância das ‘manifestações musicais’ nos anos iniciais, como linguagem artística capaz de modificar positivamente os ambientes. A autora afirma que a:

Música é uma linguagem artística, culturalmente construída, que tem como material básico o som [...] é um patrimônio cultural capaz de enriquecer a vida de cada um, ampliando a sua experiência expressiva e significativa [...] caracteriza-se como um meio de expressão e de comunicação. [É] Meio de expressão, por objetivar e dar forma a uma vivência humana, e de comunicação por revelar essa experiência pessoal de modo que possa alcançar o outro e ser compartilhada (PENNA. 2008, p. 22-28).

A História do Ensino de Música no Brasil, a partir de novas concepções de alunos e professores, nos desafiam a uma reflexão crítica acerca dessa temática. A partir da Lei nº 11.769/08, assistimos a um ensaio de política pública educacional voltada para o desenvolvimento cultural, que se pretende para todos os alunos da educação básica.

Uma vez municiada dessa ferramenta, com objetivos determinados, a escola pode ser considerada o centro do processo de transmissão de cultura, de novos conhecimentos, de valores e hábitos presentes no estudo da cultura musical e poderá, assim, contribuir com o desenvolvimento social dos alunos. Muitos autores defendem a escolarização, principalmente nos anos iniciais, a partir do ensino de música, em busca de oferecer aos alunos significativos elementos de cultura para sua vida. “O ensino de música tem, então um papel exemplar: precisamente porque não visa ao futuro, ao sucesso futuro, só existe e se justifica pela alegria cultural que oferece aos alunos em sua vida de alunos” (SNYDERS, 1992, p. 133).

O trabalho desenvolvido com a Música dentro da Escola Municipal na cidade de Pereira Barreto/SP, muito além de seu valor social, busca integrar o aluno matriculado no ensino fundamental com o mundo que o cerca, para dar-lhe a oportunidade de vivenciar vários momentos de produção de cultura, a partir das práticas musicais.

Com base nas informações apontadas na pesquisa desenvolvida em sala de aula, a partir de um acompanhamento sistemático, foi possível identificar algumas ações práticas e significativas desenvolvidas e são de interesse de um grande número de alunos, pais e comunidade que incentivam todos eles a participarem das aulas.

Todos os momentos oportunizados dentro do ambiente da sala de aula tornam-se uma prática cultural, vários conceitos musicais são trabalhados de forma intencional para desenvolver novas habilidades e competências nos educandos. Todos os resultados da experiência no trabalho de campo desenvolvido na pesquisa em curso têm o escopo de trazer reflexões sobre as práticas pedagógicas musicais desenvolvidas em sala de aula com todos os alunos, e demonstrar os elementos musicais produzidos que se tornam relevantes no espaço escolar. Ademais, pretende-se relatar as várias teorias que definem toda a parte estrutural da aula, levando em consideração todo tipo de contribuição que essas atividades programadas podem oferecer para o ensino regular, com o intuito de construir novas propostas de ensino de música que possam ser didaticamente apresentadas aos alunos, como prática de ensino. Freire afirma que:

A capacidade de aprender não é apenas para nos adaptar, mas, sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a. Preciso conhecer as diferentes dimensões que caracterizam a essência da prática, o que me pode tornar mais seguro no meu próprio desempenho (FREIRE, 1996, p. 28).

Por se tratar de um direito desses educandos ter acesso a essa modalidade de ensino, ela passou, desde 2009, a ser, na instituição pesquisada, um dos objetivos precípuos na

educação escolar, tendo em vista sua capacidade de transformar positivamente aquela comunidade, que por sinal, fica na periferia. Assim, o ensino de música atende uma clientela de classe social economicamente desfavorecida.

Nessa perspectiva, identificamos algumas normatizações elaboradas a partir da década de 1990, quando o ensino de Artes passa a fazer parte integrante do currículo escolar brasileiro e a música inserida como conteúdo dentro daquela disciplina como um importante instrumento de formação e de transmissão de cultura para crianças e jovens da educação básica.

Os PCNs (1997) nos trazem informações a respeito da importância da música para a formação, a aprendizagem e principalmente o enriquecimento cultural que o aluno pode adquirir a partir dos conteúdos desenvolvidos e assimilados nas aulas de educação musical. Portanto, a participação ativa de todos os alunos os condiciona para uma aprendizagem significativa, uma interação com todos os membros do espaço social em que vivem e melhoram sua relação em sociedade a partir da prática musical.

O ensino de música como disciplina escolar é importante na formação das crianças, busca entender seus métodos, suas teorias de ensino que as condicionam para a aprendizagem. Toda forma de representação musical, de modo geral, se faz presente no cotidiano de todas as pessoas. Em diversos momentos do nosso dia a dia a música nos acompanha em várias atividades, nas rádios, no carro, em casa, no celular, ou em outras plataformas tecnológicas. Por outro lado, na escola ela torna-se um meio de interação e formação ao mesmo tempo. O aluno que recebe esse tipo de aprendizagem, certamente assimilará melhor todo esse processo de musicalização, que por sua vez lhe dará subsídios para a compreensão de outros saberes de várias outras áreas do conhecimento.

Para Penna (2008):

[...] processo educacional orientado que, visando promover uma participação mais ampla na cultura socialmente produzida, efetua o desenvolvimento dos instrumentos de percepção, expressão e pensamento necessários à apreensão da linguagem musical, de modo que o indivíduo se torne capaz de apropriar-se criticamente das várias manifestações musicais disponíveis em seu ambiente – o que vale dizer: inserir em seu meio sociocultural, de modo crítico e participante. Esse é o objetivo final da musicalização, na qual a música é o material para um processo educativo e formativo mais amplo, dirigido para o pleno desenvolvimento do indivíduo, como sujeito social (PENNA, 2008, p. 47).

Como um bem cultural, e por estar presente em nossa sociedade com uma considerável frequência, a música deve ser inserida em ambientes escolares, pois pode

possibilitar às nossas crianças e jovens, momentos de encantamento, de conhecimento e reflexão a respeito das várias tendências existentes em nosso país, sobretudo as regionais, que caracterizam os elementos da cultura onde residem. Ter familiaridade com vários estilos musicais e aprender um pouco mais de sua própria cultura é fundamental para sua formação humana. Dentre as várias funções que a música exerce no contexto escolar, as educadoras musicais Hentschke e Del Bem (2003, p. 181) destacam:

[...] auxiliar crianças, adolescentes e jovens no processo de apropriação, transmissão e criação de práticas músico-culturais como parte da construção de sua cidadania. O objetivo primeiro da educação musical é facilitar o acesso à multiplicidade de manifestações musicais da nossa cultura, bem como possibilitar a compreensão de manifestações musicais de culturas mais distantes. Além disso, o trabalho com a música envolve a construção de identidades culturais de nossas crianças, adolescentes e jovens e o desenvolvimento de habilidades interpessoais. Nesse sentido, é importante que a educação musical escolar, seja ela ministrada pelo professor unidocente ou pelo professor de artes e/ou música, tenha como propósito expandir o universo musical do aluno, isto é, proporcionar-lhe a vivência de manifestações musicais de diversos grupos sociais e culturais e de diferentes gêneros musicais dentro da nossa própria cultura.

Os métodos, as aulas práticas e teóricas desenvolvidas em sala, e principalmente as características locais, as tradições, os costumes, os regionalismos, ou seja, toda a vivência do cotidiano que o aluno leva para escola como conhecimento prévio contribui para sua transformação social e para a transmissão de cultura. Diante disso, Penna afirma que

[...] a compreensão da música, ou mesmo a sensibilidade a ela, tem por base um padrão culturalmente compartilhado para a organização dos sons numa linguagem artística, padrão este que, socialmente construído, é socialmente apreendido – pela vivência, pelo contato cotidiano, pela familiarização – embora também possa ser aprendido na escola (PENNA, 2008, p. 29).

Todo o processo de desenvolvimento de ensino/aprendizagem da música, como componente curricular desde a Educação Infantil, proporciona a aquisição de importantes valores, novos hábitos, conceitos, ideias, comportamentos que passam a ter a função de socializadores culturais. Assim, a música como forma de conhecimento necessita ser trabalhada de forma coerente, com o devido preparo e cuidados didático-pedagógicos para proporcionar esses momentos de aprendizagem. “Garantir a criança a possibilidade de refletir sobre questões musicais [...] e oferecer também condições para o desenvolvimento de habilidades, de formulação de hipóteses e de elaboração de conceitos” (BRASIL, 1998, p. 47-48).

Na atual realidade do cenário educacional brasileiro, escola e cultura têm uma estreita relação, justificada pelo fato de ambas contribuírem para a formação social do aluno, tendo em vista que toda atividade extracurricular agregada ao currículo regular pode exercer função de transmissora de cultura. Busca-se com o presente estudo, encontrar subsídios para se discutir qual a importância da inserção do ensino de música no processo de escolarização de crianças da educação básica.

Dentro da prática musical presente na escola fundamental, dentre os vários aspectos que podem trazer contribuições, os dois mais significativos são: a interação social e a formação de identidade cultural dos alunos, a partir das quais é possível se criar maior vínculo com todos participantes da comunidade escolar, e demais membros mais próximos da realidade escolar. Importante considerar ainda, a relevância do processo de formação de identidade para a sociedade em geral, tendo em vista as evidentes e observáveis mazelas em determinadas regiões, onde crianças e jovens são privados (excluídos) de participarem de determinadas atividades culturais, pelo fato de pertencerem a uma classe social esquecida, abandonada, sobretudo pelos governantes, que deixam de priorizar a oferta de educação de qualidade e cultura – bens imateriais de primeira necessidade.

Penna (2008) destaca a relevância de ser o processo de musicalização de crianças um dos momentos mais importantes nos anos iniciais, caso seja sempre bem orientado e organizado, a partir da observação e da escrita tradicional das partituras e de toda teoria a ela referente. Assim, seu principal objetivo passa a ser:

Promover uma participação mais ampla na cultura socialmente produzida, [e] efetuar o desenvolvimento dos instrumentos de percepção, expressão e pensamento necessários à apreensão da linguagem musical, de modo que o indivíduo se torne capaz de apropriar-se criticamente das várias manifestações musicais disponíveis em seu ambiente – o que vale dizer: inserir em seu meio sociocultural de modo crítico e participante. Esse é o objetivo final da musicalização, na qual a música é o material para um processo educativo e formativo mais amplo, dirigido para o seu pleno desenvolvimento do indivíduo, como sujeito social (PENNA, 2008, p. 47).

A escola de Ensino Fundamental é o lugar mais adequado para disponibilizar a todas as crianças os espaços para a expressão de cultura, a partir da musicalização, de brincadeiras musicais, jogos e dinâmicas que contribuam para uma melhor percepção e desenvolvimento de sua sensibilidade em todas as atividades práticas realizadas. Assim, obter-se-á maior êxito e eficácia, se considerarmos ainda a realização pessoal que cada educando demonstra ao final do exercício.

O oferecimento do ensino de música como bem cultural para os alunos das classes menos favorecidas é um direito que foi garantido, no âmbito da retórica legal, a todos os alunos das escolas públicas brasileiras. A aprovação da Lei nº 11.769, ocorrida em 18 de agosto de 2008 alterou a redação da Lei nº 9394/96, “Art. 26º §6º: A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo” (BRASIL, 2008); porém, no campo da prática, não se garantiu a oferta desse tipo de ensino em todas as escolas públicas brasileiras. O que se verificam são experiências pontuais desenvolvidas com sucesso em determinadas unidades, e assim como na unidade escolar pesquisada, temos outros exemplos nos trabalhos de Loureiro (2001), Almeida (2007), Pereira (2011) Machado (2014), Zanetta (2014), que descrevem espaços e processos criativos, para apropriação da música, jogos musicais, ou seja, tratam de experiências do ensino de música na escola pública, precisamente no Ensino Fundamental.

Contudo, até mesmo esses marcos legais já sofreram mudanças, as quais relegaram a música à esfera da descartabilidade, pois essa deixou de ser conteúdo específico do currículo escolar em 2016, após aprovação da Lei 13.278, que mais uma vez caracteriza-se um retrocesso, já que a “polivalência” do ensino de Artes volta a fazer parte da realidade das escolas brasileiras, sobretudo pela notória indiferença com que o novo governo tem tratado a educação e a cultura, resta considerar impossível, mais uma vez, esse tipo de oferta de ensino.

Contrário a essa perspectiva, a partir da aprovação da referida Lei 11.769/08, desde 2009 a referida escola oferta em sua grade curricular às aulas de música, após realizar uma análise dos benefícios que a inserção dessa modalidade de ensino pode trazer para o ambiente escolar.

De acordo com uma pesquisa prévia com a comunidade escolar, segundo alunos, pais, professores, diretores, a experiência é considerada essencial no cotidiano da unidade, por ocasionar transformações significativas, maior interação entre os alunos e demais membros, a partir da realização de atividades artísticas, eventos culturais, shows, gincanas musicais, com a participação de cerca de 100 pais e demais convidados, que apoiam toda prática cultural realizada na escola, afinal a contribuição no desenvolvimento cultural é muito grande.

O ensino da teoria e da prática musical desenvolvidos na sala de aula na escola municipal de educação básica envolve todas as crianças em diversas atividades individuais ou coletivas. Com base na experiência de observação de um dos pesquisadores, o qual participa do desenvolvimento das atividades, foi possível perceber como a comunidade, especialmente as crianças ficam fascinadas com a aprendizagem musical, em atividades como canto e coral,

percussivas, com instrumentos de sopros, entre outras. Toda metodologia desenvolvida consegue abarcar todos os alunos de forma semelhante e faz com que todos tenham a oportunidade de aprender algo mais sobre música.

O mais importante nesse processo é a experiência vivenciada pelos alunos com o ensino de música, e se considerarmos a questão social, ou seja, a localização periférica da unidade escolar que, ainda assim, é a única a oferecer essas práticas para seus alunos. Certamente em outros locais de convívio, essas crianças não teriam a mesma oportunidade de conhecer determinadas práticas como as atividades musicais elencadas. A transmissão de cultura a partir dessas experiências musicais é de fundamental importância para esses educandos, que passam a ter possibilidades de um desenvolvimento mais holístico do mundo que os cerca.

A cultura artística dentro da escola possibilita maior interação em outros aspectos da vida. Para se obter uma formação cultural de forma coerente com a realidade de nossos alunos, são necessários muitos investimentos em espaço, tempo, orientação e formação de professores ou educadores musicais, para que se concretize e se tenha maior reflexão a respeito da inserção da música na escola. A experiência da escola em questão certamente modificou a relação ensino aprendizagem dos alunos, porque efetivamente se verifica um movimento circular onde muitas pessoas são envolvidas em uma dinâmica educacional que contribui para o desenvolvimento de toda comunidade escolar.

3 ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Neste capítulo serão apresentados os aspectos metodológicos utilizados durante o desenvolvimento da pesquisa, e estão divididos em quatro subcapítulos, quais sejam: 3.1 Observação participante; 3.2 Participantes; 3.3 Local e material: questionários e entrevistas; e por fim 3.4 Organização da elaboração dos dados.

A base teórica de todo o projeto foi executada a partir de vasta pesquisa bibliográfica e documental acerca da temática, com o intuito de dar mais embasamento a respeito do objeto de estudo. A primeira etapa, a pesquisa bibliográfica feita em banco de dados, procurou identificar o que foi feito, como foi feito e principalmente o que não foi feito acerca do tema: “Ensino de música nos anos iniciais da educação básica”, com as devidas anotações e os registros dos trabalhos localizados os quais fossem pertinentes e que contribuíssem para a construção da dissertação. Segundo Lakatos e Marconi (1987), esse tipo de pesquisa é um arrolamento de documentos acadêmicos já publicados, o que possibilita ao pesquisador o acesso ao conteúdo existente sobre o tema a ser investigado.

Fonseca (2002), Gerhardt Silveira (2009), convictos da importância dessa etapa para o desenvolvimento do trabalho, descrevem como realizar pesquisas bibliográficas:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32 *apud* GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 37).

Após a realização da pesquisa bibliográfica as principais contribuições foram averiguadas e trazidas para a primeira parte deste texto, a metodologia escolhida privilegiou a pesquisa qualitativa. Segundo Filho (2013), “Em vez da linguagem científica, o pesquisador qualitativo defende uma linguagem real, não neutra e semelhante à do dia a dia”. (FILHO, 2013, p. 39).

Descrever todo o processo desenvolvido nas aulas de educação musical com alunos de 7 a 10 anos de idade, de uma escola municipal de educação básica, parte do pressuposto de que a partir da realidade vivenciada, todo indivíduo participante da pesquisa pode relatar de forma clara e objetiva, de acordo com sua ótica, todo o envolvimento dentro de sua prática

diária, apresentar todos os aspectos relevantes para o processo de construção da pesquisa qualitativa, elaborada pelo investigador, que determina o investigado como peça chave para todo o desenvolvimento do trabalho. Segundo Filho (2013):

Uma vez que a realidade é dependente da mente, na ótica da pesquisa qualitativa, é impossível o investigador e o processo de pesquisa não influenciarem o que é investigado – como o instrumento não pode separar-se do que está sendo medido -, sendo este uma extensão do pesquisador e um fator na construção da realidade pesquisada (FILHO, 2013 p. 39).

Diante disso, todo o trabalho realizado pelo pesquisador é considerado importante diante da responsabilidade a ele atribuída ao desenvolver qualquer investigação em determinadas pesquisas qualitativas, que necessitam de certa antecipação para se obter acesso aos sujeitos e principalmente ao campo da pesquisa, para ser realizada de maneira eficaz, segundo seus objetivos propostos.

Dada a importância atribuída ao contexto nas pesquisas qualitativas, recomenda-se como vimos, que a investigação focalizada seja precedida por um período exploratório. Este por sua vez, é antecedido por uma fase de negociações para obter acesso ao campo (ALVES-MAZZOTI; GEWANDSZNAJDER, 2001, p. 160).

Concluída essa primeira etapa de exploração, são definidos os tópicos a serem seguidos de forma coerente e organizada para a obtenção de êxito na realização do trabalho, que no caso do campo educacional, poderá sim contribuir para posteriores análises sobre a área de estudo.

3.1 Observação participante

Esse tipo de observação é justificada pelo fato de existirem diversas concepções musicais de vários sujeitos presentes no ambiente escolar; portanto, é necessária a interação do pesquisador em todo o contexto educacional, para possibilitar nesse espaço as trocas de experiências entre os alunos, os educadores musicais e o pesquisador apto para trabalhar com atividades práticas musicais, por ter noção dos procedimentos desenvolvidos para realização da música.

A partir da observação participante, busca-se verificar toda a construção de conhecimento desenvolvido nas atividades práticas em sala de aula, com intento de analisar passo a passo o desempenho dos alunos, suas dificuldades, seus avanços para realizar

determinadas situações. Participar desse processo ao lado dos educandos é deveras valoroso; afinal, podemos identificar na expressão facial as suas angústias, alegrias, o empenho em tentar realizar todas as atividades práticas musicais propostas, no intuito de vencer os desafios individuais. Como pesquisador, me senti parte integrante de todas as situações de aprendizagens realizadas, consegui entender toda a sequência didática realizada pelo professor (monitor) de música, fui capaz de identificar aspectos importantes que trouxeram contribuições para a pesquisa.

Na pesquisa de campo o pesquisador utiliza o próprio “olhar” – o ponto inicial para a realização do trabalho – com propósito de, a partir da primeira visualização, interpretar e definir seu objeto com base na própria percepção. Assim como define Oliveira (1998), “Seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser aprendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade” (OLIVEIRA, 1998, p. 19).

Malinowski (1976) desenvolve a prática etnográfica, onde define a “observação participante” como um importante método que se justifica pelo fato de o pesquisador permanecer por um longo tempo no local definido como seu campo de estudo. Observar, participar, aprender, dominar códigos específicos do grupo em estudo e o primordial, coletar todos os dados, são características essenciais para o desenvolvimento dessa modalidade de trabalho.

Diante disso, todos os relatos organizados a partir da observação constante em sala de aula, têm como objetivo identificar os resultados em consonância com as atividades práticas, de modo a acrescentar novas perspectivas sobre o tema:

O tipo de observação característico dos resultados qualitativos, porém, é a observação não-estruturada, na qual os comportamentos a serem observados não são predeterminados, eles são observados e relatados da forma como ocorrem, visando descrever e compreender o que está ocorrendo numa dada situação, esta é a forma, por excelência, da observação participante, umas das técnicas mais usadas pelos pesquisadores qualitativos (ALVES-MAZZOTI; GEWANDSZNAJDER, 2001, p. 163).

O ‘saber local’, definido pelos antropólogos como um fundamento das pesquisas etnográficas, trata-se do fato de o observador se situar no lugar onde desenvolve o trabalho de observação. Para Geertz (2001), o saber local significa: “o reconhecimento direto e franco dos limites – um dado observador, num certo momento e num dado lugar – é uma das coisas que mais recomendam todo esse estilo de realizar pesquisas” (GEERTZ, 2001, p. 127).

O diário de campo para as anotações dos dados é considerado relevante para o

desenvolvimento da proposta etnográfica. Anotar todos os detalhes observados no cotidiano da escola foi de extrema importância para tirar várias dúvidas a respeito do desenvolvimento das aulas e do tipo de ensino ofertado. Todos os detalhes foram registrados com veracidade a partir do contexto em que o observador recolheu os dados e posteriormente tudo foi analisado de forma coerente, para serem então interpretados em forma de texto, com uma descrição mais densa.

O autor apresenta na pesquisa de campo um recurso metodológico, descrito como um ‘esquema mental’ muito importante para o etnógrafo utilizar durante a coleta de todos os dados concretos possíveis, tal como reforça abaixo:

O tratamento científico difere do senso comum, primeiro, pelo fato de que o cientista se empenha em continuar sua pesquisa sistemática e metodicamente até que ela esteja completa e contenha, assim, o maior número possível de detalhes; segundo, porque, disponho de um cabedal científico, o investigador tem a capacidade de conduzir a pesquisa através de linhas de efetiva relevância e a objetivos realmente importantes (MALINOWSKI, 1976, p. 25).

Para se produzir textos referências para o campo de estudo, no ato da observação participante inicial, além de vivenciar todas as situações de aprendizagem musical, é necessário anotar em diários, cadernetas, fichas, todos os dados importantes presenciados pelo pesquisador, para que possa dispor de todas as informações relevantes e suficientes para o resultado final. Oliveira (2008), afirma:

Costumo dizer aos meus alunos que os dados contidos no diário e nas cadernetas de campo ganham em inteligibilidade sempre que rememorados pelo pesquisador; o que equivale dizer, que a memória constitui provavelmente o elemento mais rico na redação de um texto, contendo ela mesma uma massa de dados cuja significação é melhor alcançável quando o pesquisador a traz de volta ao passado, tornando-a presente no ato de escrever (OLIVEIRA, 1998, p. 34).

Para concluir, essa presença constante durante a realização das atividades em sala é considerada um aspecto que influencia muito na interpretação correta dos dados obtidos no trabalho de campo, pois traz contribuições consideráveis para o resultado final.

3.2 Participantes

A proposta inicial foi de ouvir vários segmentos da comunidade escolar. Primeiramente foi feita uma seleção aleatória de vinte e dois (22) alunos participantes do

ensino de música na escola matriculados do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental, constituintes do foco da pesquisa. Os demais participantes ficaram definidos da seguinte forma: seis professores (educadores musicais), dois professores pedagogos, dois coordenadores pedagógicos, uma diretora de escola, uma secretária municipal de educação e dez pais de alunos, totalizando quarenta e quatro participantes, devidamente cadastrados e aprovados pela Plataforma Brasil.

Buscou-se o maior número de informações sobre a prática do ensino de música, para que a partir dessa perspectiva fosse possível identificar todo o processo que a unidade percorreu dentro do campo educacional para atingir os objetivos propostos. Ou seja, todas as práticas diárias, os aspectos positivos, negativos, críticas, sugestões, ideias, tudo o que for discutido em relação ao ensino de música oferecido na unidade escolar envolve o objeto de pesquisa. A transmissão dessas informações torna-se de extrema importância a partir do momento em que gestores educacionais, pais, professores e alunos argumentam a respeito das funções da música na escola, e quais os objetivos da educação musical escolar. Diante disso, Barbosa (2001), nos diz que:

[...] é possível afirmar, mesmo sem uma pesquisa sistematizada, que ninguém assumiria abertamente uma posição que denotasse desprezo pelo papel da música (ou da arte) na formação dos cidadãos. Se perguntarmos a uma pessoa, seja ela do meio musical ou não, se considera a música como algo importante na formação do indivíduo, dificilmente receberemos um *não* como resposta. Creio ser possível dizer que a vasta maioria das pessoas considera a importância da música na educação (BARBOSA, 2001, p. 58).

A partir dessa concepção do autor, a importância da música dentro da escola pesquisada fica comprovada pelos resultados obtidos, e principalmente pelos aspectos positivos que a sua inserção trouxe para os ambientes interno e externo da escola, comprovados e presenciados pela comunidade.

3.3 Local e material: questionários e entrevistas

Imagem 1 – Escola Municipal de educação Básica (EMEB) Comendador Hirayuki Enomoto



Fonte: Associação Educacional e Recreativa Facmol (AERFAC)

O estudo se realizou na Escola Municipal de Educação Básica (EMEB) Comendador Hirayuki Enomoto, situada na Rua Missão Akissue, nº 2126, CEP – 15370-000, no município de Pereira Barreto/SP. No ano de 2017 procurei a Secretaria Municipal de Educação para autorizar o início da pesquisa, somente após sair a publicação do Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), Plataforma Brasil nº 2.105.835, Situação do Parecer “APROVADO”, no dia 7 de junho de 2017 (APÊNDICE A).

A solicitação de autorização para a realização da pesquisa científica foi assinada e deferida no dia 4 de agosto de 2017 pela Secretária Municipal de Educação, e em 22 de agosto de 2017, pela diretora da escola, conforme consta no documento (Apêndice B).

A escola, fundada em agosto de 1978 fazia parte da rede estadual, quando em 2007, com a municipalização de toda a rede de Ensino Fundamental anos iniciais, do 1º ao 5º ano, passou a ser classificada como Escola Municipal de Educação Básica (EMEB). Optou-se pela normatização da escola como de Tempo Integral – desde 2006 com a intenção de oferecer a esses alunos, maior tempo no ambiente escolar, com atividades diversificadas, que contribuíssem para o desenvolvimento mental e principalmente social de todas as crianças da comunidade escolar. A unidade tem em seu espaço físico trinta salas de aulas, uma biblioteca, uma quadra poliesportiva (coberta), um anfiteatro, e um pátio escolar considerado pequeno pela equipe gestora, diante do total de alunos ali matriculados.

3.3.1 Questionários

Nessa primeira parte da coleta de dados, optou-se pela aplicação de questionários para os alunos matriculados no 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. Os alunos do 2º ano, por terem em média 7 ou 8 anos de idade e não terem ainda o total domínio interpretativo do conteúdo descrito nas perguntas escritas, foram dispensados de responder o questionário e posteriormente foram convidados a participarem das entrevistas semiestruturadas na segunda etapa da pesquisa, que foi desenvolvida na biblioteca da unidade escolar, com dois grupos de onze alunos por vez, para que todos pudessem compreender com clareza a proposta de trabalho do pesquisador. Responderam também os questionários, seis professores (monitores de música), dois (professores pedagogos), dois coordenadores pedagógicos, um diretor de escola e uma secretária municipal de educação. Depois de realizar os questionários, alguns alunos e professores, um coordenador, a diretora e os pais, foram escolhidos e convidados para responderem individualmente as entrevistas semiestruturadas. A aplicação dos questionários dirigidos aos sujeitos da pesquisa se deu com o intuito de levantar dados sobre o ensino de música desenvolvido na unidade escolar.

Os alunos participantes da pesquisa matriculados no terceiro, quarto e quinto anos, pelo fato de já terem domínio da leitura e da escrita, conseguiram se expressar de forma bem clara e objetiva, relataram em suas respostas nos questionários quais as contribuições, vantagens ou desvantagens que esse tipo de ensino trouxe para a escola. Todos os nomes dos participantes foram guardados em sigilo, para que se sentissem à vontade para manifestarem ideias, opiniões, queixas sem nenhum receio.

Os vinte e dois alunos selecionados para responderem os questionários, estavam matriculados nos seguintes anos: quatro do (terceiro ano), oito do (quarto ano), e doze do (quinto ano). O critério adotado para a escolha dos alunos com maior idade é pelo fato de participarem a mais tempo das aulas de música, e assim opinarem com mais autonomia sobre o tema questão.

Nos questionários apresentados aos professores (monitores) e gestores, a todos foi dirigida a pergunta se conheciam a Lei 11.769/2008, que na época se tornou um marco positivo para o ensino de música na escola brasileira. Após essa etapa, foram introduzidas as questões acerca da prática do ensino de música constante no currículo da unidade escolar. Ainda sobre os tópicos descritos nos questionários de professores e gestores, foram definidas as questões relacionadas ao tema proposto nesta pesquisa, tais como: 1) trajetória no magistério público municipal; 2) práticas docentes; 3) ambiente escolar e 4) recursos disponíveis para a realização das aulas.

3.3.2 Entrevistas

A escolha pela entrevista semiestruturada foi feita pelo fato de considerarmos essa modalidade como a mais adequada diante dos objetivos propostos na pesquisa e justifica-se ainda, pelo fato de oferecer mais flexibilidade, espontaneidade, dinâmica e por permitir que os alunos se sintam mais tranquilos e falem à vontade, e assim possibilitar o surgimento espontâneo de novas ideias de extrema importância no decorrer do desenvolvimento do trabalho.

O instrumento de coleta de dados escolhido foi a aplicação individual de uma entrevista, com o objetivo de buscar amostras de determinados grupos sociais, como descreve Manzini, (2012):

A entrevista semiestruturada tem como característica um roteiro com perguntas abertas e é indicada para estudar um fenômeno com uma população específica: grupo de professores; grupo de alunos; grupo de enfermeiras, etc. Deve existir flexibilidade na sequência da apresentação das perguntas ao entrevistado e o entrevistador pode realizar perguntas complementares para entender melhor o fenômeno em pauta (MANZINI, 2012, p. 156).

A partir da perspectiva de Geertz (2008), em Antropologia ou em Antropologia Social, o que os pesquisadores/historiadores fazem é a etnografia “Segundo a opinião dos livros-textos praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante”. (GEERTZ, 2008. p. 4). Ou seja, todo o contexto das entrevistas trata-se de um importante recurso etnográfico.

Nos estudos sobre Antropologia Social, Geertz (2008) relata que o método típico de pesquisa etnográfica tem como intento definir o significado da cultura presente no cotidiano, assim como uma ciência experimental. Segundo suas palavras:

O que o etnógrafo enfrenta, de fato a não ser quando (como de fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados – é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. É isso que é verdade em todos os níveis de atividade do seu trabalho de campo, mesmo o mais rotineiro: entrevistar informantes, observar rituais, deduzir os termos de parentesco, traçar as linhas de propriedade, fazer o censo doméstico... escrever seu diário. Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ. 2008, p. 07).

Oliveira (2009) define as três etapas existentes como algo merecedor de nossa reflexão no exercício da pesquisa e da produção de conhecimento durante a coleta de dados juntos aos entrevistados. O autor relata:

Tentarei mostrar como o olhar, o ouvir e o escrever podem ser questionados em si mesmo, embora, um primeiro momento, possam nos parecer tão familiares e, por isso tão triviais, a ponto de sentirmo-nos dispensados de problematizá-los; todavia, em um segundo momento – marcado por nossa inserção nas ciências sociais - , essas “faculdades” ou, melhor dizendo, esses atos cognitivos delas decorrentes assumem um sentido todo particular, de natureza epistêmica, uma vez que é com tais atos que logramos construir o nosso saber (OLIVEIRA, 2000, p. 18).

As entrevistas gravadas em áudio foram realizadas com alunos do segundo, terceiro, quarto e quinto anos do Ensino Fundamental (anos iniciais), com pais, professores monitores, coordenador e o diretor da escola, que foram questionados sobre as práticas vivenciadas em sala durante as aulas de música. A participação desses sujeitos foi considerada válida e parte importante da pesquisa, somente após a assinatura de pais ou responsáveis do Termo de Livre Consentimento e Esclarecimento (ANEXO C), juntamente com as assinaturas do Termo de Assentimento de todos os alunos, alunas e demais participantes, conforme documento (APÊNDICE D). Foi disponibilizado aos pais um roteiro de entrevistas, conforme o (APÊNDICE E), pelo fato de alguns pais terem problemas em se comunicarem com precisão acerca das perguntas propostas. A ideia de entregar com antecedência as perguntas para os pais, parte do pressuposto que possam ler atentamente e amadurecer seus argumentos referentes ao tema, devido à importância do assunto tratado e principalmente pela valiosa contribuição que dará para o resultado dessa final do trabalho. Ou seja, a concepção deles referente à oferta do ensino de música na unidade escolar, trata-se de uma análise muito importante para a pesquisa.

3.4 Organização dos dados coletados

Buscou-se com este estudo obter um panorama da escola, a partir da análise detalhada dos dados apresentados no próximo capítulo, referente a todos os resultados da unidade escolar em questão, transmitir informações e orientações úteis a todos os educadores, escolas, gestores de educação para que assim possam ter um olhar mais centrado nas políticas públicas de educação obrigatórias em nosso território.

Foi escolhida a pesquisa qualitativa, a partir do método indutivo, pelo fato de:

[...] na pesquisa qualitativa, opta-se pelo método indutivo (dos dados para a teoria), por definições que envolvem o processo e nele se concretizam, pela intuição e criatividade durante o processo da pesquisa, por conceitos que se explicitam via propriedades e relações, pela síntese holística e análise comparativa e por uma amostra pequena escolhida seletivamente (FILHO, 2013 p. 43).

Nas entrevistas foram ouvidos os alunos e alunas de mais tenra idade como já descrito anteriormente, por terem mais dificuldades de se expressarem a partir da escrita. Contudo, esse fato não comprometeu o trabalho de pesquisa em nenhum aspecto; pelo contrário, as entrevistas foram também consideradas parte do eixo central do estudo, tendo em vista terem emergido, a partir das respostas, importantes e consideráveis dados para o desenvolvimento e o término da fase de entrevistas constantes no projeto inicial trabalho.

Encerramento da coleta. A partir de certo momento, observa-se que as informações já obtidas estão suficientemente confirmadas e que o surgimento de novos dados vai ficando cada vez mais raro, até que se atinge um “ponto de redundância” a partir do qual não mais se justifica a inclusão de novos elementos (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2001 p. 163).

Diante disso, encerrado o trabalho de campo é feita toda a análise dos dados obtidos, etapa essencial para o que os resultados significativos em relação aos dados pesquisados possam serem atingidos:

A análise de dados é o processo de busca e de organização sistemático de transcrições de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais que foram acumulados, com o objetivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros, aquilo que encontrou (BODGAN; BIKLEN, 1994, p. 205).

As posteriores análises dos dados coletados, dentre eles questionários, anotações em caderno de campo, registros das entrevistas semiestruturadas gravadas em áudio, são consideradas no estudo de comparação feito a partir das observações realizadas na escola:

Devemos entender, assim, por escrever o ato exercitado por excelência no gabinete, cujas características o singularizam de forma marcante, sobretudo quando o compararmos com os que se escreve no campo, seja ao fazermos nosso diário, seja nas anotações que rabiscamos em nossas cadernetas (OLIVEIRA, 1998, p. 25) .

Alguns dados serão apresentados em forma de gráficos informativos dos aspectos questionados. Fotos também são apresentadas como forma de registro de todo o trabalho realizado, com a intenção de aguçar a curiosidade dos leitores, a partir do momento em que

fizerem a leitura das imagens reais do desenvolvimento das atividades musicais práticas e teóricas realizadas pelos alunos em sala de aula, e em outros espaços.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do estudo sobre identificação das atividades práticas em aulas de educação musical e a discussão acerca da importância da inserção do ensino de música no processo de escolarização de crianças do ensino fundamental serão apresentados a seguir, conforme indicam os dados. Em um primeiro momento serão veiculados os dados sobre aspectos da trajetória de como a implantação das aulas de música se deu na escola EMEB Comendador Hirayuki Enomoto e ressaltam-se algumas relações descritivas entre esses dados.

Em um segundo momento se aborda a proposta de ensino musical para o Ensino Fundamental com explicitação das aulas de música na escola e a análise comparativa dos resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da escola antes e depois do ensino de Música.

E para finalizar, descrevem-se as narrativas e as reflexões dos participantes da presente investigação: alunos, professores, equipe gestora e comunidade, sobre as situações de ensino/aprendizagem vivenciadas no espaço escolar.

4.1 Escola de Tempo Integral EMEB. Comendador Hirayuki Enomoto

A escola estadual fundada em agosto de 1978 funcionou como unidade de ensino regular, ou seja, atendia os alunos no período diurno e noturno, até o ano de 2005. A partir de 2006, ainda sob a gestão do Estado, torna-se escola de tempo integral.

As mudanças educacionais ocorridas no Estado de São Paulo a partir de 1995, quando chega ao governo Mário Covas (PSDB) estão estritamente relacionadas com este trabalho, ou seja, a municipalização do Ensino Fundamental público nos anos iniciais, do 1º ao 5º anos, que segundo Palma (2009):

O foco passa ser a descentralização, com transferência para os municípios da responsabilidade pelo funcionamento e manutenção das escolas de ensino fundamental, que ficou conhecido como municipalização do ensino fundamental. Tal transferência, em grande parte, foi impulsionada pela instituição por lei federal do chamado Fundo para o Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF). O processo de municipalização deslança a partir do FUNDEF (Lei federal nº 9.424/96). (PALMA, 2009, p. 04)

No período de 2001/2009, dentro das propostas políticas educacionais do Estado de São Paulo, fortalecidas pelo governo, foram desenvolvidas ações como o “Programa de

Municipalização do Ensino Fundamental”, cujas propostas são apoiadas e aceitas pelo município onde se desenvolve este estudo. Em 30 de junho de 2006 é assinado o convênio de parceria Estado – Município, e publicado em 5 de julho do mesmo ano no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Os termos do documento transferiam o atendimento do Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano.

É importante ressaltar que o fato de o processo de municipalização do ensino ter sido aprovado e instituído no meio do ano causou enorme transtorno em toda a rede municipal. No ano da aprovação, apenas duas escolas urbanas e uma rural, a partir de lei municipal que “Dispõe sobre criação e denominação de Escola Municipal”, passam a ser descritas como Escolas Municipais de Ensino Básico (EMEB). Para não prejudicar ainda mais a rotina da escola de Tempo Integral, que no referido ano de aprovação ainda era gerida pelo governo do Estado, foi determinado que somente no ano de 2007 a escola pesquisada teria toda sua organização e gestão transferidas para o município, e assim passaria a ser denominada Escola Municipal de Ensino Básico (EMEB). Comendador Hirayuki Enomoto.

Por ser uma questão muito presente na sociedade local, onde a prática musical trata-se de uma realidade cultural do cotidiano dos munícipes, a Associação Educacional e Recreativa Facmol (AERFAC), órgão representativo da Fanfarra Celda Mello Oliveira desenvolve o seu trabalho desde o ano de 1992 e disponibiliza o ensino da música para os alunos da referida escola. Quase dez anos após a fundação da Fanfarra da escola estadual “Celda Mello Oliveira”, que ao longo dos anos ganhou visibilidade em âmbito nacional, conquistou diversos campeonatos e concursos de bandas e fanfarras, uma tendência nas décadas de 1990 e 2000, principalmente no estado de São Paulo.

Diante disso, o prefeito municipal, em conformidade com a câmara municipal, e principalmente por considerar o apelo da população, que admirava o ótimo trabalho desenvolvido na cidade, declara a AERFAC como “Utilidade Pública Municipal”, a partir da promulgação da Lei nº 3.038 de 29 de maio de 2001 (APÊNDICE F). Ocorre assim o reconhecimento do poder público, em consonância com seu objetivo social; presta importante serviço para a coletividade e oferece a prática de atividades musicais nos diversos espaços públicos, escolas municipais, estaduais e projetos de iniciação musical, gradativamente fortalecidas na cidade.

Nos anos de 2006 e 2007 a Secretaria de Cultura dispunha dos serviços da Fanfarra FACMOL – que atendia alunos de diversas idades na localidade. Em 2007, o primeiro ano em que as três escolas urbanas de Ensino Fundamental passam a ser de responsabilidade da

Secretaria Municipal de Educação, a partir de concurso público para provimento de cargo efetivo, após todo o processo de seleção, é convocado um professor de canto e coral para lecionar nas duas unidades de ensino regular, e na referida escola, no período vespertino – na modalidade de tempo integral.

O professor designado para lecionar trabalhava conteúdos específicos de música, uma vez por semana em cada sala, uma aula de cinquenta minutos em cada série. Nas outras duas escolas municipais de ensino regular, o professor de música também desenvolvia um trabalho semelhante, ou seja, lecionava uma aula semanal para todas as séries. Observa-se que essas práticas de ensino de música ocorreram antes da promulgação da Lei nº 11.769/0; portanto, evidencia-se a existência do incentivo e da valorização do ensino de música desde essa época.

Após a aprovação da referida lei, precisamente no ano de 2009, a música passa a ser ofertada em algumas escolas do país, a partir de políticas públicas implementadas de forma mais delimitada, com mais clareza de como poderia funcionar o ensino dessa disciplina. Como o sistema educacional tem autonomia para organizar o currículo, a Secretaria Municipal de Educação passa a inserir em seu documento a denominação “Matriz Curricular para o Ensino Fundamental Ciclo I - 2017” (APÊNDICE G), com a orientação de conteúdos baseados nos documentos oficiais nacionais tais como LDB (1996), PCNs (1997), DCNs e BNCC (2017) e assim as aulas de música como disciplina da parte diversificada do currículo foram implantadas. O “Projeto de Iniciação Musical e Instrumental” é executado desde o ano de 2009, Lei municipal nº 3742 de 26 de junho que “Autoriza o Executivo a firmar convênio com a AERFAC (Associação Educacional e Recreativa FACMOL) e dá outras providências” na rede municipal de ensino.

A implantação das aulas de música no currículo escolar do período Integral foi justificada pela Secretaria como uma necessidade de se discutir a inserção de atividades lúdicas no ambiente escolar, associadas às atividades pedagógicas, de tal forma que contribuíssem com as demais oficinas curriculares no sentido de promover e aperfeiçoar o processo de ensino e aprendizagem.

A rotina da unidade é composta por dois períodos. O primeiro, no ensino regular (currículo básico), ocorre entre as 7h20min e 11h50min, quando são ofertadas as aulas presentes no “Componente curricular” obrigatório, tais quais: Artes, Ciências Físicas e Biológicas, Educação Física, Geografia, História, Língua Portuguesa e Matemática. No segundo período, denominado de ‘integral’, das 11h50min às 15h30min, são desenvolvidas as atividades da parte diversificada do currículo, que oferece as seguintes “Oficinas

Curriculares”: “*Hora da leitura*”, “*Atividades Matemáticas*”, “*Estudo Monitorado*”, “*Formação e Hábitos de Higiene*”, “*Atividade Esportiva e Motora*” e a “*Iniciação Musical e Instrumental*”, a qual trabalha conteúdos especificamente musicais, em aulas de 50 minutos de duração, uma vez por semana em cada sala. O corpo docente é composto por 48 profissionais, com formação em Pedagogia, Artes, Educação Física, Língua Inglesa e 12 professores (monitores) de educação musical; ou seja, 60 professores. Desde o ano de 2009, os docentes de música são contratados pela AERFAC, a responsável pelas atividades de musicalização em toda a rede pública municipal de ensino, ou seja, os profissionais são contratados para prestar serviços nas unidades escolares determinadas, e assim mantêm o vínculo com a escola, pois participam de todas as atividades propostas para a área de música desenvolvidas no ambiente escolar.

O “Projeto de Musicalização” atende hoje 474 alunos matriculados no ensino fundamental, anos iniciais do 2º ano ao 5º ano, no contraturno do período regular. As crianças permanecem na escola 9 horas diárias de estudo. As oficinas específicas oferecidas são de canto e coral, instrumentos de sopros (trompete, trombone, saxofone, clarineta e flauta transversal) e percussão. A partir da percepção musical dos alunos, todos são envolvidos no processo de ensino da teoria musical e têm a possibilidade de escolher qual oficina tem maior interesse em frequentar.

Por se tratarem de oficinas curriculares que a partir da municipalização do Ensino Fundamental passaram a integrar o currículo diversificado da escola, com o passar dos anos tornam-se uma realidade, devido as reais contribuições percebidas na comunidade local. Dessa forma, a Secretaria de Educação e a equipe gestora optaram oferecer uma aula a mais de música duas vezes por semana. Toda terça-feira e quinta-feira, das 15h30min às 16h20min, cerca de 100 alunos participam espontaneamente de atividades práticas em oficinas com instrumentos de madeiras, metais (sopros), de cordas e percussão.

Todas essas práticas mudaram a realidade da escola e da comunidade em geral, que incentiva a participação dos alunos, por acreditar na grandiosa contribuição do projeto para a visível melhora do desempenho educacional e pessoal dos participantes, assim como constatamos nos trabalhos de Chiarelli (2012), que demonstra o ensino de música no projeto escola pública integrada no estado de Santa Catarina/SC e Lopes (2015), que propôs em sua pesquisa uma análise sobre o ensino de música em duas escolas municipais de Vera Cruz do Oeste/PR, ou seja, estudos relevantes em relação a esta perspectiva de ensino após a aprovação da referida Lei de 2008, foco da presente pesquisa.

Podemos perceber, a partir das observações desenvolvidas no espaço escolar, que até as crianças mais novas, mesmo em fase de início de sua escolarização, vislumbram uma capacitação musical dentro da escola para, em um futuro próximo, terem a oportunidade de fazer parte do corpo musical principal da Orquestra Municipal.

4.2 A proposta de ensino musical para o ensino fundamental, presente na Matriz Curricular para o Ensino Fundamental - período Integral - ciclo I (1º ao 5º Ano)

O trabalho proposto consiste também em pesquisa documental; portanto, foi necessário buscar documentos oficiais como aporte, pois segundo Yin (2001), “Os documentos podem confirmar e valorizar as informações obtidas através de outras fontes”. Yin (2001, p.109-110), as quais se tornam provas documentais e evidenciam para o pesquisador a sustentação necessária ao desenvolvimento do tema escolhido.

Na presente pesquisa foram utilizadas como principais fontes documentais oficiais: a LDB (1996); PCNs (1997); Lei nº 11.769 (2008); Lei 13.278 (2016); BNCC (2017); a Matriz Curricular para o Ensino Fundamental/Período Integral da Rede Municipal de Ensino, elaborada pela equipe da Secretaria Municipal de Educação de Pereira Barreto/SP (2017); o Plano Gestor da EMEB Comendador Hirayuki (2014-2017) e o Plano de Trabalho “Projeto de Iniciação Musical e Instrumental” (2017), elaborado pela AERFAC, e entregue anualmente para a Secretaria Municipal de Educação. Os documentos acima citados devem contemplar em sua totalidade todas as características específicas sobre a oferta do Ensino de Música na escola de Ensino Fundamental, para que possa de fato servir como um referencial legal para a coordenação de escola e principalmente para o professor/educador musical ter base para a boa realização de seu trabalho.

Segundo Bodgan e Biklen (1994, p. 180, grifos dos autores), “nesses documentos os investigadores podem ter acesso à *perspectiva oficial*, bem como às várias maneiras como o pessoal da escola comunica”.

A AERFAC - é contratada por meio de subvenção, por um convênio entre a prefeitura e a empresa, a partir de verbas aprovadas pelo prefeito e pela câmara municipal; passa a prestar serviços para a prefeitura durante um ano, e todo o processo é avaliado anualmente. Um dos objetivos presentes no convênio é o de executar o Projeto de Iniciação Musical e Instrumental em três escolas municipais de Educação Infantil, na referida Escola Municipal de Educação Básica, objeto de pesquisa, e por fim, em demais projetos de musicalização que

funcionam em diversos locais na cidade, como o “Projeto de bem com a vida I e II”; “Projeto Guri”, e a “Orquestra Popular Caipira”.

A partir dessa perspectiva, busca-se encontrar subsídios para explicitar onde os professores podem encontrar respaldo para desenvolver seu trabalho com a música na escola; como elaborar seus objetivos; quais metodologias utilizar; como organizar as atividades práticas; organizar a aula, ou seja, aprimorar sua teoria para aplicá-la em sala.

No PCN-Arte (1997), documento nacional referência para o Ensino Fundamental ciclo I e II, para essa área de conhecimento, traz em sua proposta a presença da música e propõe apenas os conteúdos e forma de avaliação para essa modalidade de ensino, sem abordar objetivos específicos para a mesma. Consta ainda, a divisão dos conteúdos em três blocos (BRASIL, PCN-Arte, vl. 6, p.54-56):

- Comunicação e expressão em música: interpretação, improvisação e composição;
- Apreciação significativa em música: escuta, envolvimento e compreensão da linguagem musical; A música como produto cultural e histórico: música e sons do mundo.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) não foram elaborados pelo MEC como uma proposta obrigatória, foi construído com o intuito de trazer orientações gerais para que as diversas áreas do conhecimento possam, a partir de práticas sugeridas, contribuir para o desenvolvimento do profissional em sala de aula.

Os educadores musicais pesquisados são profissionais com reconhecida qualificação e experiência em atividades de musicalização e execução instrumental e também integram a Orquestra Municipal. Alguns são músicos de Pereira Barreto/SP, outros residem nos municípios de Andradina/SP, Castilho/SP, Ilha Solteira/SP e Mirandópolis/SP. O trabalho por eles desenvolvido é reconhecido como de excelência, pois dentro da escola pública se tornou referência no Estado de São Paulo e em todo o país, na área de projetos de musicalização e execução musical, voltados para a educação escolar, tendo em vista o fato de os profissionais trabalharem a interdisciplinaridade a partir da inserção do ensino musical, com o objetivo de desenvolver as habilidades e competências dos alunos nas demais disciplinas curriculares.

4.2.1 As aulas de música na EMEB. Comendador Hirayuki Enomoto: expressões musicais individuais e coletivas

No segundo semestre de 2017, em contato com a direção da única unidade escolar de Ensino Fundamental ciclo I a oferecer o ensino de música como disciplina presente na parte diversificada da matriz curricular do município, foi possível iniciar as constantes observações das aulas, após plena concordância da equipe gestora.

Os horários das aulas de Música no Ensino Fundamental são organizados pela direção da escola, de modo que possibilite atender todos os alunos, e os professores monitores de música; ou seja, é necessária uma elaboração sincronizada para assegurar uma distribuição coesa de aulas e professores para todas as salas. Os dias letivos são cumpridos de acordo com o calendário escolar, organizado pela Secretaria Municipal de Educação, em consonância com a LDB, que determina a oferta de no mínimo 200 dias letivos durante todo o ano. As aulas de “Iniciação Musical e Instrumental”, ofertadas uma vez por semana em cada sala do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental, totalizam no ano quarenta horas dentro da carga horária da parte diversificada do currículo escolar.

As 15 observações realizadas durante o segundo semestre de 2017, nos meses de agosto e setembro, durante as aulas de música nas salas de 2º, 3º, 4º e 5º anos. Durante esse período, também foram observados quatro eventos internos e externos onde os alunos participantes das aulas de música foram protagonistas e se apresentaram para toda comunidade presente. Foi observado todo o desenvolvimento durante as aulas, todas as atividades práticas, teóricas, envolvimento e participação dos alunos em sala e nos demais espaços do ambiente escolar. Todas as atividades desenvolvidas em sala têm a perspectiva da iniciação musical prática e objetiva e buscam: a) desenvolver as competências e habilidades que capacitem o aluno para sua inserção na sociedade e na área musical; b) apresentar indicativos para melhoria sistemática e constante do processo de ensino aprendizagem – de suma importância para o bom desenvolvimento do aluno. Nas salas do Ensino Fundamental da referida escola são desenvolvidas várias atividades relacionadas à musicalização, tais como bandinha rítmica, jogos musicais, canto e coral, construção de instrumentos – que por serem desenvolvidas de forma lúdica e didática, conseguem encantar todos os envolvidos.

Abaixo exemplificados alguns momentos de desenvolvimento de atividades práticas de forma individual e coletiva, orientadas sistematicamente pelos professores, com o objetivo de levar os educandos a vivenciarem a música a partir da apreciação musical, da execução instrumental, dos movimentos, do ritmo e da composição. Estimular a apreciação musical ativa e desenvolve o sentido rítmico, enfatiza a aprendizagem da letra, da melodia, dos signos

musicais (cifras, notas e partituras), para a compreensão de todo o processo de produção da música.

Imagem 2 - Participação dos alunos do 4º ano na aula prática de trompete



Fonte: imagem registrada pelo próprio pesquisador

Imagem 3 - Participação dos alunos do 4º ano na aula prática de trompete



Fonte: imagem registrada pelo próprio pesquisador

Imagem 4 - Alunos do 3º ano nas aulas teóricas com instrumento de madeira (flauta)



Fonte: imagem registrada pelo próprio pesquisador

Imagem 5 - Alunos do 3º ano nas aulas teóricas com instrumento de madeira (flauta)



Fonte: imagem registrada pelo próprio pesquisador

Imagem 6 - Atividade de musicalização (canto e movimento físico/coreografia) a partir da escuta, realizada no anfiteatro da escola



Fonte: imagem registrada pelo próprio pesquisador

Imagem 7 - Ensaio do grupo de canto e coral com alunos dos 2º, 3º, 4º e 5º anos



Fonte: imagem registrada pelo próprio pesquisador

Imagem 8 - Aula de canto e coral



Fonte: imagem registrada pelo próprio pesquisador

Imagem 9 - Aula prática de conhecimento de instrumento de cordas (violino) e sua sonoridade



Fonte: imagem registrada pelo próprio pesquisador

Imagem 10 - Aula prática de conhecimento de instrumento de cordas (violino) e sua sonoridade



Fonte: imagem registrada pelo próprio pesquisador

Imagem 11 - Confirmação da aprendizagem: apresentação do grupo de canto e coral dos alunos dos 2º, 3º, 4º e 5º anos no Sarau realizado na escola



Fonte: imagem registrada pelo próprio pesquisador

Imagem 12 - Orquestra formada pelos alunos da Unidade Escolar



Fonte: imagem registrada pelo próprio pesquisador

Imagem 13 - Orquestra formada pelos alunos da Unidade Escolar



Fonte: imagem registrada pelo próprio pesquisador

Imagem 14 - Aula de aprendizagem do ritmo de instrumentos de percussão a partir de partitura



Fonte: imagem registrada pelo próprio pesquisador

Durante as primeiras observações foi possível visualizar algumas crianças com receio em desenvolver as atividades individuais diante da presença do pesquisador, pelo fato de terem ficado meio acanhadas, porém, ao longo do tempo, ocorreu maior envolvimento com os alunos, que gradativamente sentiram-se mais à vontade para participarem das aulas. A aproximação com os educandos foi facilitada pelo fato de o pesquisador ter participado ativamente do processo de ensino com instrumentos de percussão, como pandeiro e caixas.

A observação participante foi realizada com o intuito de presenciar todo o processo de ensino transmitido às crianças, a partir do domínio que tenho em relação a essa área musical. Pude identificar também o trabalho, o empenho e a dedicação desses profissionais, cuja valiosa contribuição para o bom desempenho nas avaliações externas tem dado ótimos resultados ao longo dos anos.

Para melhor compreender as práticas desenvolvidas por todos os participantes do processo de ensino-aprendizagem da música, durante a realização da pesquisa foram considerados os conhecimentos transmitidos aos alunos, em forma de conteúdos e até mesmo apresentações externas de canto e coral, instrumental, orquestradas, que servem como confirmação da aprendizagem. A demonstração, a exposição pública torna muito significativas para as crianças do Ensino Fundamental ciclo I, pois, embora tenham pouca idade, sentem-se realizadas e orgulhosas de si, por evidenciarem para a família e toda a

comunidade local o domínio da teoria musical e a consolidação das árduas horas de estudo empreendidas no ambiente escolar.

No que diz respeito à oferta das aulas de música na escola, objeto de investigação deste trabalho, é necessário justificar o fato citado anteriormente de que a disciplina é oferecida somente para as crianças a partir dos 7 anos de idade matriculadas do segundo até o quinto ano do Ensino Fundamental. As crianças matriculadas no primeiro ano desta etapa de ensino, com 6 anos de idade, não têm as aulas presentes em seu currículo, pelo motivo de não participarem do período integral, ou seja, na Matriz Curricular do município consta para os primeiros anos apenas a carga horária destinada para o período regular, de acordo com a Base Nacional Comum, regra definida pela Secretaria Municipal de Educação. Portanto, são cumpridos os seguintes horários para as duas turmas de primeiro ano do ensino regular que frequentam a referida escola: período matutino das 7h às 11h30min e no período vespertino, das 13h às 17h30min, sem participação na parte diversificada ofertada no currículo do período integral. As outras quatro turmas de primeiros anos do ensino regular frequentam outra unidade escolar de Educação Infantil próxima à escola de Ensino Fundamental. Pelo fato de não existir espaço físico suficiente para atender todos no mesmo local, optou-se pelo deslocamento dessas crianças para outra unidade que atende alunos da mesma faixa etária, para uma melhor socialização e participação mais adequada. Dessa maneira, é disponibilizado transporte escolar público para a locomoção de todos os alunos matriculados, sem comprometer a oferta do ensino regular para todos.

Com base em vários autores como: Gainza (1982), Saviani (2000), Bellochio (2000) e Fonterrada (2008), citados nos capítulos anteriores deste trabalho, que defendem a inserção da prática musical desde a Educação Infantil, podemos afirmar que os alunos do primeiro ano também estariam aptos para participarem dessas aulas - apesar de haver a necessidade do deslocamento para outro espaço escolar - tendo em vista o grandioso impacto positivo do ensino musical na realidade desses educandos, cuja condição social não lhes possibilita a oportunidade de conhecerem, tampouco manusearem instrumentos utilizados em importantes orquestras; saberem o significado de uma nota musical ou ainda dominarem a leitura de partituras.

Para que a educação musical apresente resultados positivos, as práticas pedagógicas devem ser bem elaboradas e intencionalmente planejadas. De acordo com os princípios de Souza (2002), “A aula de música deve ter conteúdos próprios a serem desenvolvidos; se a

música for concebida somente como recreação, acaba não havendo ensino aprendizagem musical” (SOUZA *et al.*, 2002).

A Música utilizada como ferramenta pedagógica é desenvolvida de forma diferenciada na unidade pesquisada, pois se distancia do paradigma que “Música é só para brincar”, já que busca auxiliar e intensificar o aprendizado em todas as outras áreas do conhecimento. É fato que para desenvolver uma aula de educação musical com sucesso é necessário ter um bom planejamento, pois dentro da unidade as práticas bem-sucedidas integram as demais disciplinas do currículo regular.

Como componente curricular, a música deve ser devidamente associada a atividades as quais priorizem e valorizem o ato de escutar – tão menosprezado nos dias atuais, em que, devido à fluidez das relações; à sobrecarga de informações; à rápida apropriação de tecnologias, cada vez mais as crianças e os jovens desvalorizam a audição atenta e detalhada. Portanto, cabe ao educador musical propiciar momentos de escuta direcionada, minuciosamente planejada para a obtenção de bons resultados nas aulas. Barthes (1990), grande pensador francês, descreve três tipos de escuta, dentre as quais a segunda pode ser considerada como a musical:

Um primeiro tipo de escuta, o ser vivo dirige sua audição (o exercício de sua faculdade fisiológica de escutar) para *índices*: neste nível nada distingue o animal do homem: o lobo escuta um ruído (eventual) de caça, a lebre de ruído (possível) de agressor, a criança, o namorado, escutam os passos que se aproximam e que poderão ser os passos da mãe ou do ser amado. Esta primeira escuta é, se assim podemos dizer, um *alerta*. A segunda é uma decifração; o que se tenta captar pelo ouvido são *signos*; aqui, sem dúvida, é a vez do homem; escuto da mesma maneira que leio, isto é, mediante certos códigos. A terceira escuta, enfim, cuja abordagem é moderna (o que não quer dizer que seja superior às outras duas), não visa – ou não espera – signos determinados, classificados: não aquilo que é dito, ou emitido, mas aquele que fala, aquele que emite: deve ser desenvolvida em um espaço intersubjetivo, em que “escuto” na verdade quer dizer “escuta-me”; a escuta apodera-se, pois, para transformá-la e lançá-la sem cessar no jogo de transferência, de uma “significância” geral, que já não é concebível sem a intervenção do inconsciente (BARTHES, 1990, p. 216).

A segunda modalidade de escuta pode ser ensinada em sala de aula. Trata-se de um ato fundamental para a criança que busca a aprendizagem, pois assim como descreve o autor, a partir da leitura de um signo, código musical seja ela uma nota, uma partitura, a cognição da audição musical do aluno é ativada, e assim proporciona-lhe a possibilidade de decifrar aquilo que ouve atentamente. Os conteúdos e as atividades práticas trabalhadas pelos professores direcionam para a formação e o treinamento de escuta nos educandos, tais como a audição, a

repetição, o canto, a expressão, que auxiliam o desenvolvimento do ensino de música na escola para aprimorar todas essas características de modo coletivo e individual.

A melodia, o ritmo e a harmonia – componentes indissociáveis na música – apreendem os ouvintes atentos em qualquer ambiente e os transportam para mundos e realidades outras. O encantamento musical provoca em algumas pessoas o desejo de dominar esse universo e as leva a procurarem maior conhecimento em relação a tocar instrumentos, decifração de partituras, realização do canto, entre outras ações correlatas. Entretanto, para muitos indivíduos, ter acesso a essa modalidade de ensino é quase impossível, se considerarmos as condições econômicas e sociais. Desse modo, a educação musical torna-se importante na escola pública, pelo fato de oportunizar algo inovador para alunos carentes de cultura, para que possam ter um significado real em sua formação como cidadão e como ser humano.

Daniel Barenboim (2002, p. 129), pianista e maestro judeu pontua:

Se você estuda música no sentido mais profundo da palavra – todas as relações, a interdependência das notas, das harmonias, do ritmo, e a conexão de todos esses elementos com a velocidade; se você tem em mente a irrepetibilidade essencial da música, o fato de que ela é diferente a cada execução, porque ocorre num momento distinto -, você aprende muita coisa sobre o mundo, a natureza, o ser humano e as relações humanas. E, portanto, a música é, sob muitos aspectos, a melhor escola da vida, realmente. E, contudo, é, ao mesmo tempo, uma via de escape do mundo. E é com essa dualidade da música que chegamos ao paradoxo. Como é possível uma coisa que pode ensinar tanto sobre o mundo, a natureza, o universo – e para as pessoas religiosas, sobre Deus – funcione como avia de escape dessas mesmas coisas que é claramente capaz de ensinar? E, para mim, esse é um pensamento fascinante sobre o efeito da música.

Democratizar o acesso às mais variadas formas de cultura como a música, a dança, o teatro, corais, bandas, orquestras, centros culturais, oficinas culturais em todas as unidades escolares do país, assim como descrita em lei e incentivar toda forma de expressão de Arte são importantes ferramentas de mudança de paradigma para a possibilidade de se formar cidadãos capacitados para atuarem em vários segmentos da sociedade.

No ano de 2014 foram iniciadas também as atividades de musicalização no contraturno, ou seja, ampliou-se a carga-horária com uma aula a mais, oferecida após o encerramento do período integral, das 15h40min às 16h40min.

Com o indicativo de uma ação bem desenvolvida, com ótimos resultados, já no ano seguinte, em 2015, a atividade de musicalização na escola foi destaque na revista *Época*. Tendo em vista as práticas desenvolvidas e as entrevistas com membros da comunidade escolar, foi atribuída ao ensino de Música à diminuição da evasão escolar e a contribuição

efetiva com as demais disciplinas para o aprendizado das crianças do Ensino Fundamental ciclo I. As aulas de música foram inseridas na grade curricular da escola de tempo integral, como uma forma de estimular a frequência escolar; obter maior participação dos alunos nas atividades escolares e como uma forma de auxiliar no ensino e na aprendizagem.

A Educação Musical, modalidade complementar da Educação Básica desenvolvida nos anos iniciais, possui organização curricular própria e pode ser desenvolvida em articulação com o currículo da escola, de modo a capacitar todas as crianças para o exercício de atividades da vida produtiva.

4.2.2 Uma análise comparativa dos resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização: Prova ANA, e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da escola antes e depois do ensino de Música (de 2008 a 2015)

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi determinado, *a priori*, o recorte temporal entre os anos de 2008 e 2015, período que oferece condições para analisar o aumento considerável que a unidade escolar obteve em seu Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), quando saltou de 5,4 em 2008, para 7,6 no ano de 2015.

Primeiramente propomos uma análise por meio de um estudo comparativo com base nos dados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), externa e censitária, ou seja, todos os alunos matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental devem participar. A prova lançada pelo governo federal em 2012 passa a ser considerado um instrumento do Ministério da Educação para diagnosticar anualmente a implementação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que dentro dos seus objetivos propostos, trazia como meta mais relevante a alfabetização plena, em leitura, escrita e matemática de todas as crianças matriculadas no 3º ano do Ensino Fundamental, até os oito anos de idade. A ANA foi aplicada pela primeira vez em todo o território nacional, no ano de 2013.

A formulação do material e responsabilidade pela aplicação e divulgação dos resultados é do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). As questões de Língua Portuguesa e Matemática são elaboradas por acadêmicos que atendem às chamadas públicas abertas no site on line pelo órgão.

Como forma de facilitar a interpretação dos resultados, nos três itens avaliados os dados são divididos em quatro níveis de aprendizagem. A partir da análise sistemática dos resultados obtidos por cada escola, é possível mobilizar a unidade escolar, toda a rede de


ensino e o Ministério da Educação, para que se estabeleçam políticas públicas direcionadas ao foco da proposta inicial da avaliação, cuja meta é alfabetizar todas as crianças ingressantes no 1º ano, até o 3º ano do Ensino Fundamental. Tal propósito foi alterado com a aprovação da BNCC, Ensino Fundamental de 2017, que prevê a alfabetização plena dos alunos até o final do 2º ano do Ensino Fundamental. Teoricamente esse modelo de prova permite avaliar o sistema escolar de modo globalizado, com o intuito de buscar novos métodos ou até mesmo definir políticas públicas que possam contribuir para a melhoria desse grave problema no país, a alfabetização na idade certa.

A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) tem como principais objetivos:

1. Avaliar o nível de alfabetização dos educandos no 3º ano do ensino fundamental;
2. Produzir indicadores sobre as condições de oferta de ensino;
3. Concorrer para a melhoria da qualidade de ensino e redução das desigualdades, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional. (INEP)

É importante salientar a valiosa colaboração da equipe gestora no desenvolvimento da pesquisa, principalmente nesta etapa de análises dos dados da prova ANA, que embora seja composta por textos de domínio público, o acesso a eles foi facilitado pela direção da escola no tocante ao fornecimento do número do INEP da unidade, para possibilitar que todos os documentos pudessem ser baixados e posteriormente analisados – o que agilizou sobremaneira o trabalho de busca. Ao acessar a página on line destinada à escola, pude identificar os resultados da mesma nos anos de 2013, 2014 e 2016. Dentro do recorte temporal da pesquisa, definido até o ano de 2015, optou-se pela análise dos dados entre os anos de 2013 e 2014, quando a escola obteve avanços consideráveis nas três competências avaliadas: leitura, escrita e matemática, conforme constante nos dados apresentados a seguir.

Imagem 15 - Indicadores contextuais. Nível econômico/Formação Docente/Participação na Avaliação - 2013



RESULTADOS DA AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO

2013

HIRAYUKI ENOMOTO COMENDADOR EMEB / MUNICIPAL

PEREIRA BARRETO - SP

35359580

A Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) pretende diagnosticar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e alfabetização Matemática, apontando fatores contextuais sobre as condições do trabalho em cada escola. Os resultados de desempenho apresentados nesta primeira edição, realizada em 2013, devem ser interpretados considerando as informações do contexto escolar.

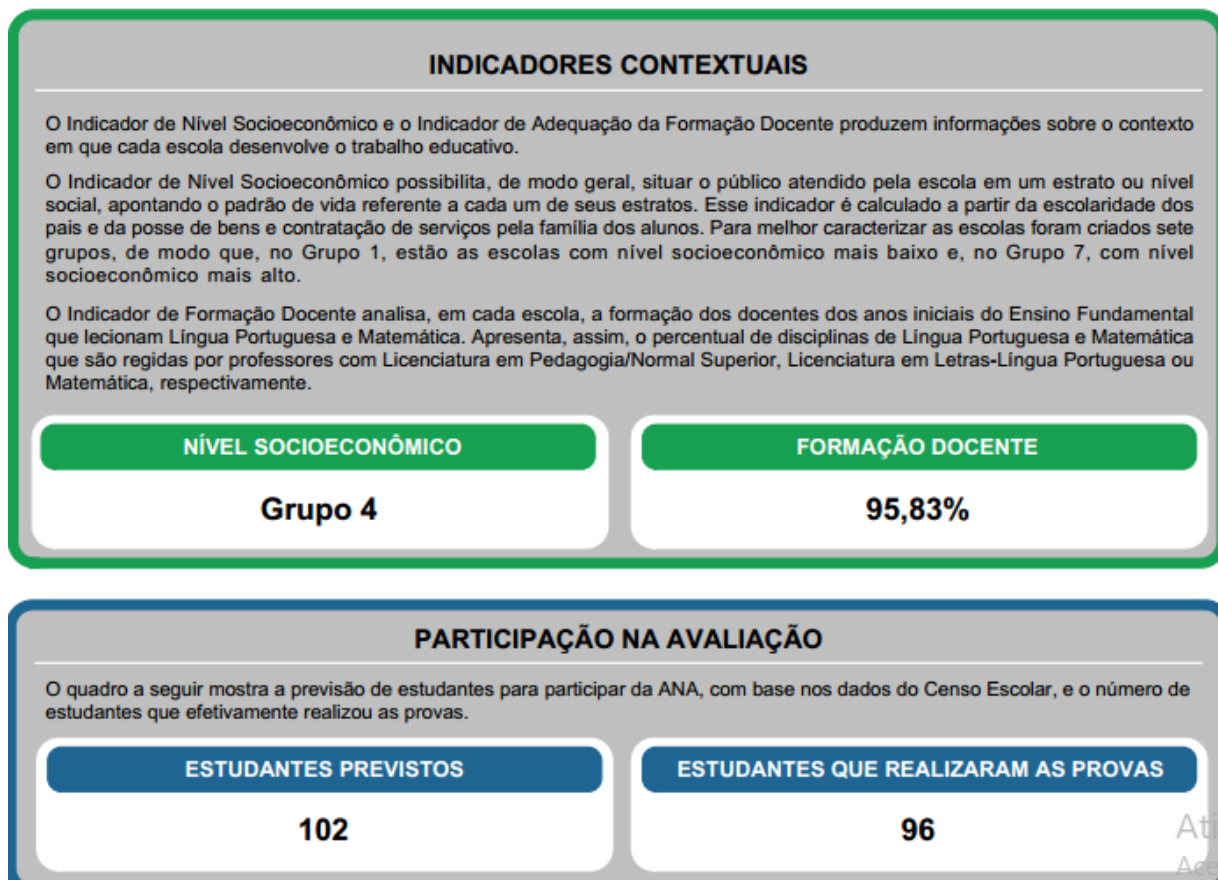
Os resultados de desempenho nas áreas avaliadas são expressos em escalas de proficiência. As escalas de Língua Portuguesa (Leitura) e de Matemática da ANA 2013 são compostas por quatro níveis progressivos e cumulativos. Isso significa uma organização da menor para a maior proficiência. Quando um percentual de alunos foi posicionado em determinado nível da escala, pode-se pressupor que, além de terem desenvolvido as habilidades referentes a este nível, provavelmente também desenvolveram as habilidades referentes aos níveis anteriores.

A escala de proficiência de Língua Portuguesa (Escrita) também é composta por quatro níveis e, no geral, pressupõe a progressão da aprendizagem de um nível para outro. Contudo, é importante ressaltar que o processo de aquisição da escrita não ocorre em etapas lineares.

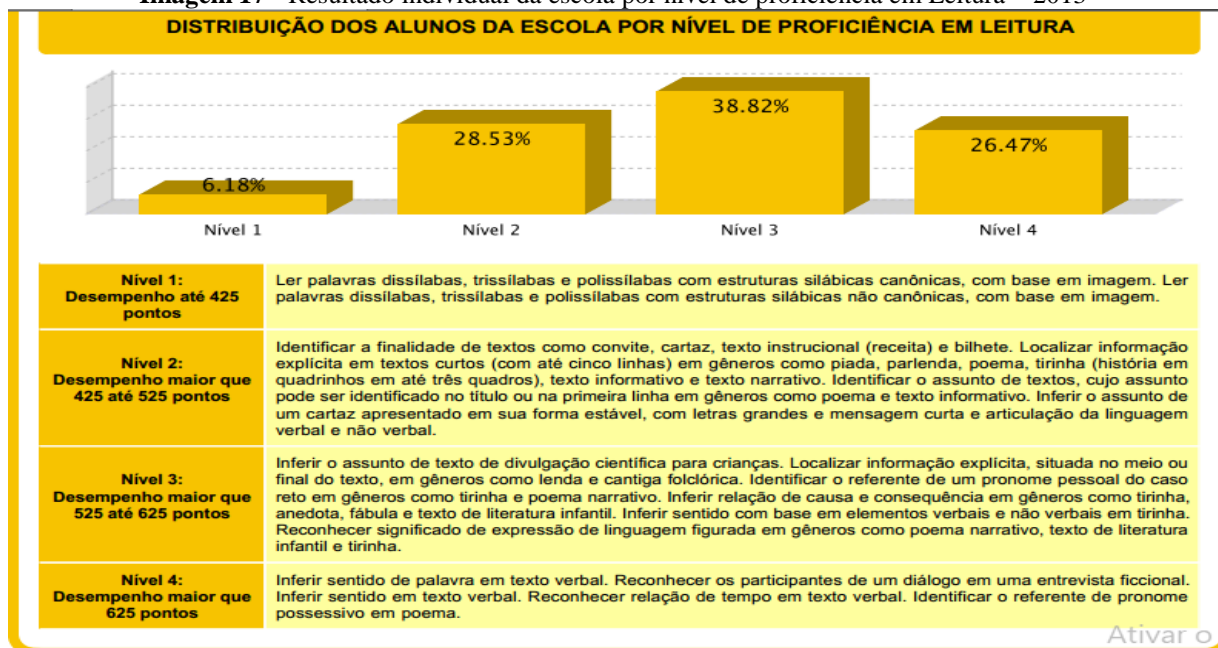
Nos resultados de Língua Portuguesa (Escrita), além dos percentuais de alunos distribuídos nos níveis da escala, apresenta-se o percentual de cadernos de prova que não foram pontuados, por conter a escrita de palavras sem relação semântica com a imagem apresentada ou escrita incompreensível.

Ao analisar os resultados da escola, a equipe escolar poderá verificar o percentual de alunos posicionados em cada nível da escala, bem como a descrição das habilidades referentes a esses níveis para refletir pedagogicamente sobre tais resultados. Poderá, ainda, analisá-los tendo como referência um perfil de "Escolas Similares", que expressa os resultados de um grupo de escolas com características semelhantes, ou seja, que pertencem à mesma microrregião geográfica, localizam-se na mesma zona (urbana ou rural) e possuem valores do indicador de nível socioeconômico próximos.

Fonte: INEP (<http://ana.inep.gov.br/ANA/>)

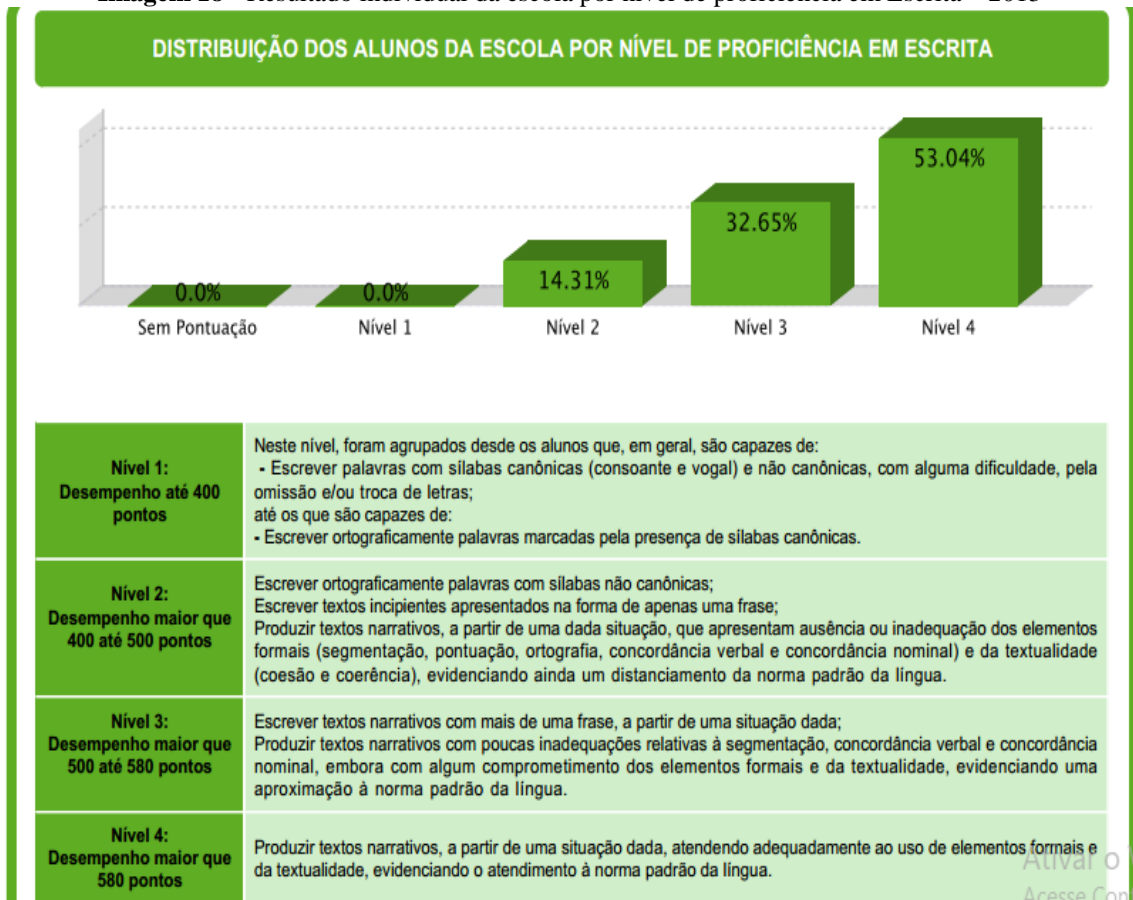
Imagem 16 - Indicadores contextuais. Nível econômico/Formação Docente/Participação na Avaliação - 2013

Fonte: INEP (<http://ana.inep.gov.br/ANA/>)

Imagem 17 - Resultado individual da escola por nível de proficiência em Leitura – 2013

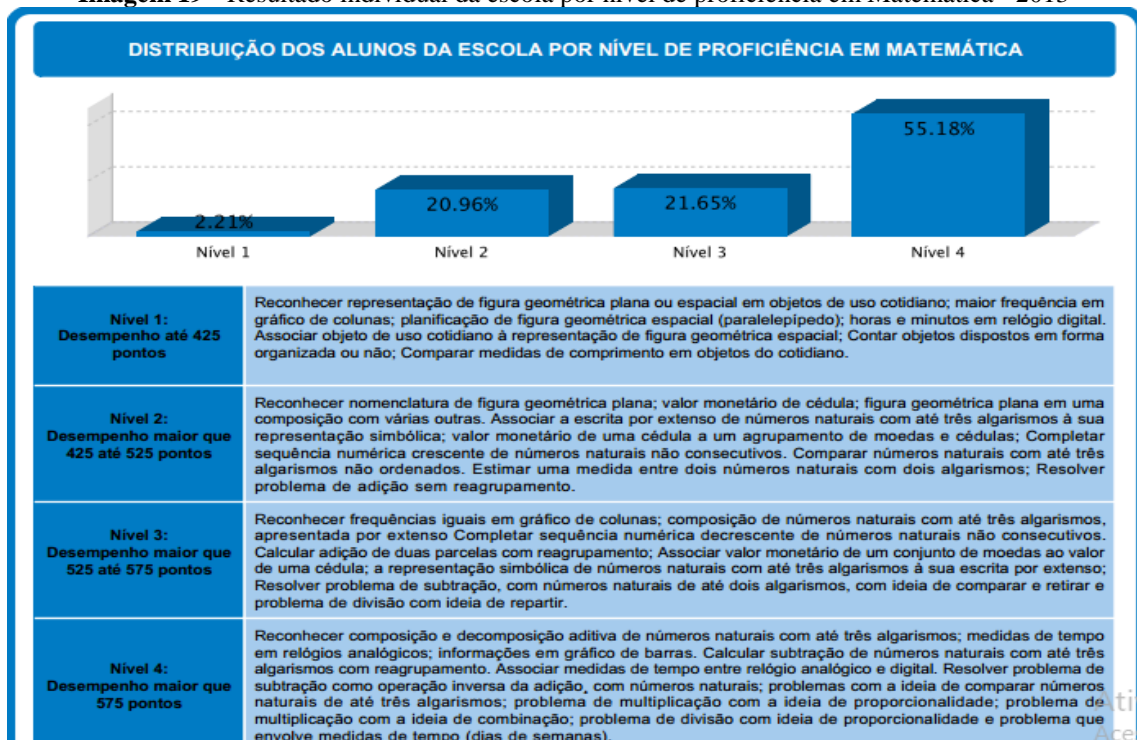
Fonte: INEP (<http://ana.inep.gov.br/ANA/>)

Imagem 18 - Resultado individual da escola por nível de proficiência em Escrita – 2013



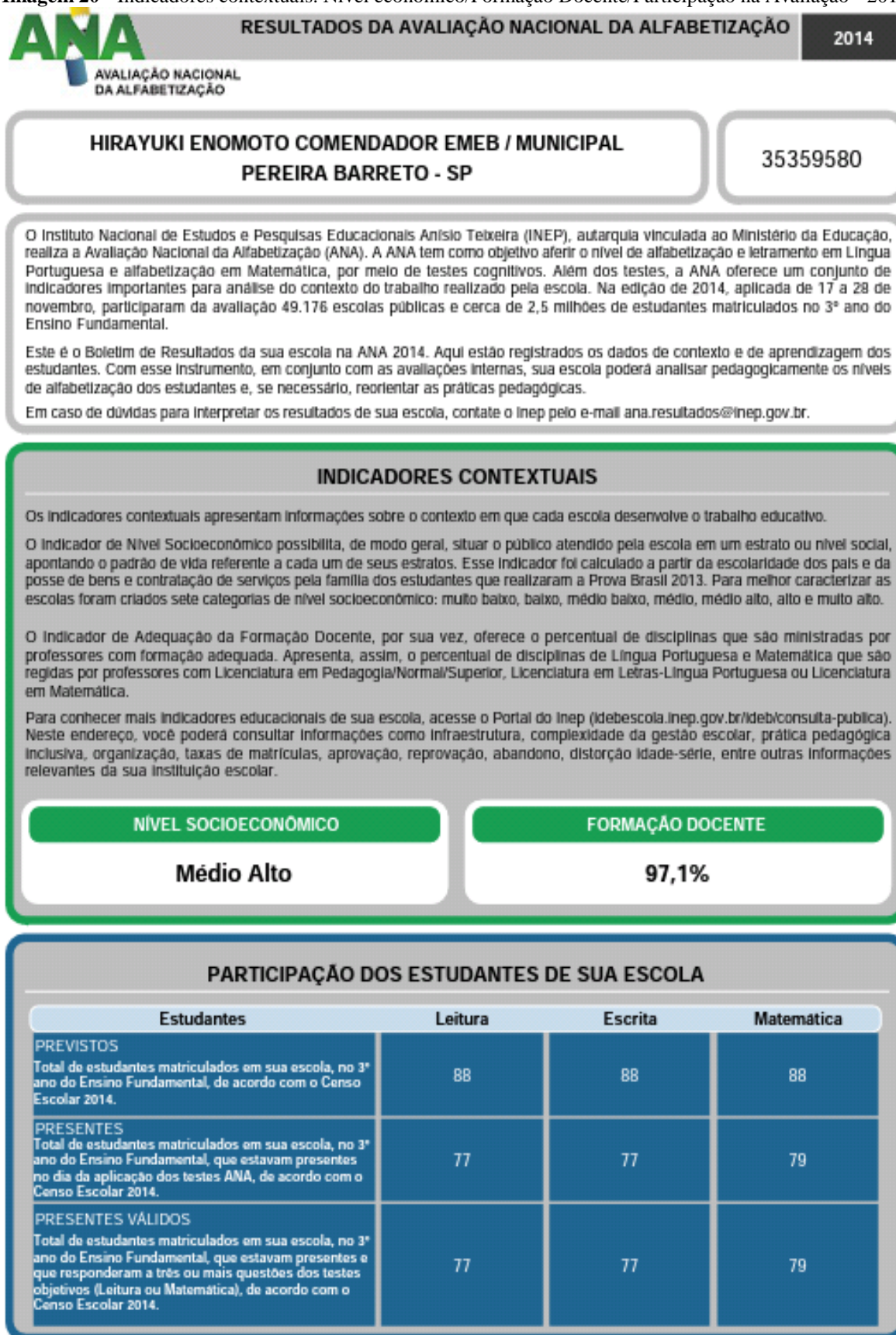
Fonte: INEP (<http://ana.inep.gov.br/ANA/>)

Imagem 19 - Resultado individual da escola por nível de proficiência em Matemática - 2013



Fonte: INEP (<http://ana.inep.gov.br/ANA/>)

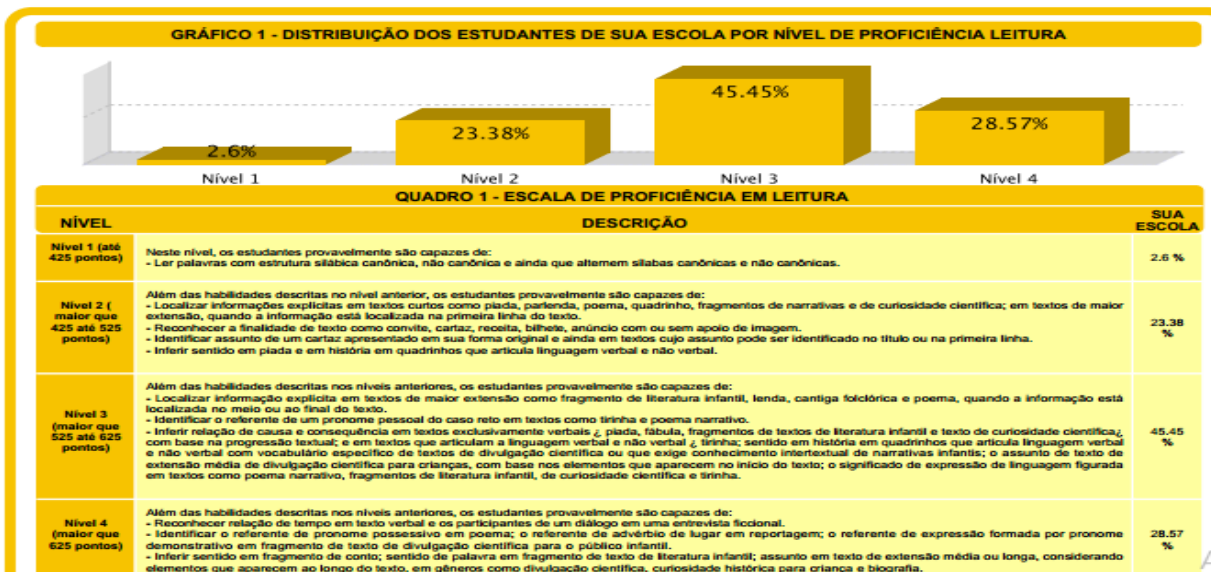
Imagem 20 - Indicadores contextuais. Nível econômico/Formação Docente/Participação na Avaliação - 2014



Fonte: INEP (<http://ana.inep.gov.br/ANA/>)

Imagem 21 - Resultado individual da escola por nível de proficiência em Leitura: Nota-se que comparando com o ano anterior, em leitura a escola obteve avanço nos quatro níveis avaliados - 2014

*Proficiência é capacidade para realizar algo, dominar certo assunto e ter aptidão em determinada área do conhecimento.

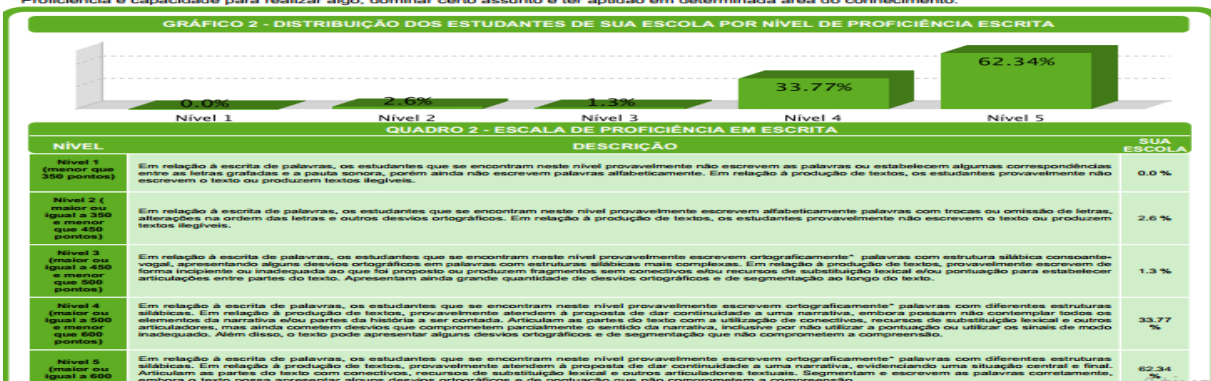


Fonte: INEP (<http://ana.inep.gov.br/ANA/>)

Podemos observar que foi criado para este ano o Nível 5 a ser avaliado em escrita. No Nível 1, a escola manteve o mesmo resultado, ou seja, sem nenhum aluno. No nível 2, encontra-se com 2,6, diminuindo consideravelmente o número de alunos nesta fase. Justifica-se o fato de ter caído consideravelmente a porcentagem de alunos no Nível 3, que demonstrou 1,3 %, pelo fato de ter aumentado um nível a mais a ser avaliado em relação ao ano anterior. A obtenção de um resultado menor no Nível 4, na marca de 33,77%, e no Nível 5, o mais importante, é onde se encontra o maior número de alunos proficientes em escrita, o resultado nesta etapa foi de 62,34%.

Imagem 22 - Resultado individual da escola por nível de proficiência em Escrita – 2014

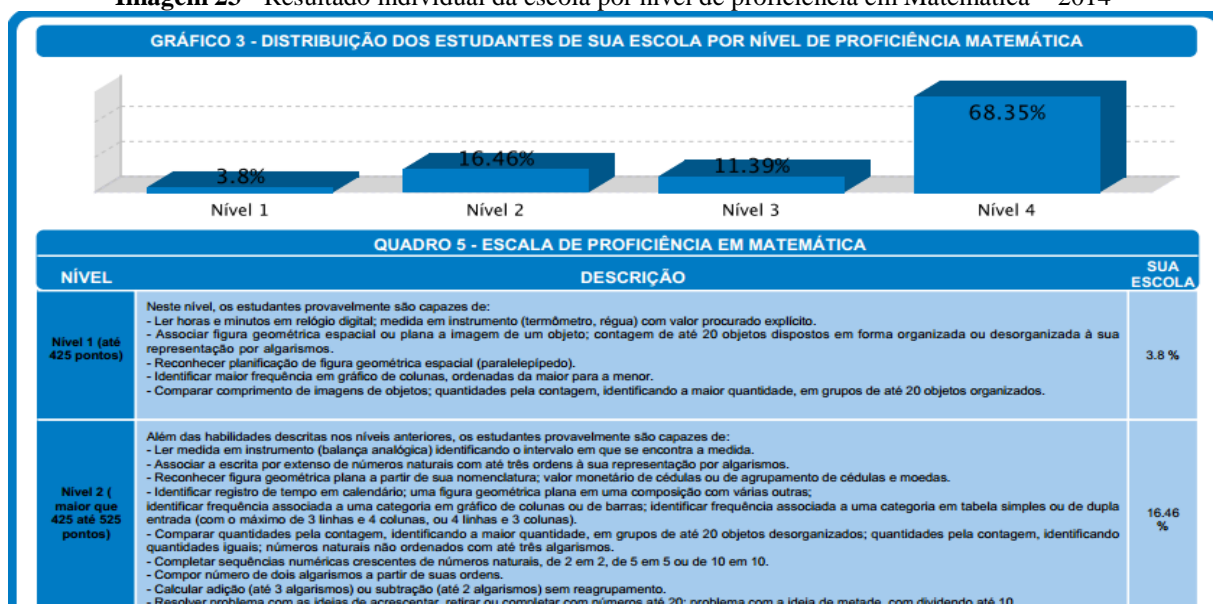
*Proficiência é capacidade para realizar algo, dominar certo assunto e ter aptidão em determinada área do conhecimento.



Fonte: INEP (<http://ana.inep.gov.br/ANA/>)

Nota-se que no Nível 1 houve um resultado negativo em comparação ao ano anterior, subindo para 3,8%, o número de alunos nesse nível, considerado onde se encontram com mais dificuldades em matemática. Nos Níveis 2, 3 e 4 houve avanço considerável.

Imagem 23 - Resultado individual da escola por nível de proficiência em Matemática – 2014



Fonte: INEP (<http://ana.inep.gov.br/ANA/>)

Imagem 24 - Resultado individual da escola por nível de proficiência em Matemática – 2014

Nível 3 (maior que 525 até 575 pontos)	Além das habilidades descritas no nível anterior, o estudante provavelmente é capaz de: - Associar um agrupamento de cédulas e/ou moedas, com apoio de imagem ou dado por meio de um texto, a outro com mesmo valor monetário. - Identificar frequências iguais em gráfico de colunas; identificar gráfico que representa um conjunto de informações dadas em um texto; identificar frequência associada a uma categoria em tabela de dupla entrada (com mais de 4 colunas, ou mais de 4 linhas). - Completar seqüência numérica decrescente de números naturais não consecutivos. - Calcular adição de duas parcelas de até 03 algarismos com apenas um reagrupamento (na unidade ou na dezena); subtração sem reagrupamento envolvendo pelo menos um valor com 3 algarismos. - Resolver problema, com números naturais maiores do que 20, com a ideia de retirar; problema de divisão com ideia de repartir em partes iguais, com apoio de imagem, envolvendo algarismos até 20.	11,39 %
Nível 4 (maior que 575 pontos)	Além das habilidades descritas no nível anterior, o estudante provavelmente é capaz de: - Ler medida em instrumento (termômetro) com valor procurado não explícito; horas e minutos em relógios analógicos, identificando marcações de 10, 30 e 45 minutos, além de horas exatas. - Reconhecer decomposição canônica (mais usual) de números naturais com três algarismos; composição ou decomposição não canônica (pouco usual) aditiva de números naturais com até três algarismos. - Identificar uma categoria associada a uma frequência específica em gráfico de barra. - Calcular adição de duas parcelas de até 03 algarismos com mais de um reagrupamento (na unidade e na dezena); subtração de números naturais com até três algarismos com reagrupamento. - Resolver problema, com números naturais de até três algarismos, com as ideias de comparar, não envolvendo reagrupamento; com números naturais de até três algarismos, com as ideias de comparar ou completar, envolvendo reagrupamento; de subtração como operação inversa da adição, com números naturais; de multiplicação com a ideia de adição de parcelas iguais, de dobro ou triplo, de combinação ou com a ideia de proporcionalidade, envolvendo fatores de 1 algarismo ou fatores de 1 e 2 algarismos; de divisão com ideia de repartir em partes iguais, de medida ou de proporcionalidade (terça e quarta parte), sem apoio de imagem, envolvendo números de até 2 algarismos.	68,35 %

Fonte: INEP (<http://ana.inep.gov.br/ANA/>)

Nesta segunda etapa, será analisado o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do município e da referida escola pesquisada, onde a base de análise é feita dos resultados obtidos entre os anos de 2008 a 2015.

A nota do IDEB é calculada com base no aprendizado dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática levando em conta as médias da Prova Brasil e no fluxo escolar (taxa de aprovação) de alunos matriculados no ensino regular. Em “aprendizado” o município alcançou média de 7,85 (quanto maior a nota, maior o aprendizado, de 0 a 10); em Língua Portuguesa atingiu 252,65 na média e no ensino da Matemática obteve uma média ainda maior, 277,55 (FONTE: Nota Técnica – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB). Proporcionalmente, nessa perspectiva, 92% dos alunos aprenderam o adequado para o ano em Língua Portuguesa, e em Matemática 89% também aprenderam o adequado. Essa é a análise feita somente com os alunos matriculados nos 5º anos do Ensino Fundamental da rede pública municipal, no ano de 2015.

É importante salientar que no ano de 2007, um ano antes do recorte temporal da pesquisa, o município tinha alcançado como índice de IDEB, 5.1, ou seja, obteve uma significativa melhora em seu resultado durante todo esse período até chegar em 2015.

Imagem 25 - Resultado do município que obteve um avanço considerável de 2007 para 2015



Fonte: INEP (<http://ana.inep.gov.br/ANA/>)

O município de Pereira Barreto, interior do Estado de São Paulo, com seu resultado dentro da perspectiva do trabalho, no ano de 2009 alcançou 5.6 como índice o resultado do IDEB, e saltou para 7.8 em 2015, ou seja, um aumento considerável, que o levou a ser classificado como acima da média nacional – 5.5 no ano de 2015. Na imagem abaixo, é possível identificar que o município de Pereira Barreto/SP superou já em 2015, por um ponto,

com o resultado de 7,8, a “Meta Projetada” para o ano de 2021, que estipulava um resultado do IDEB de 6,8.

Imagem 26 - “Meta Projetada” para o ano de 2021



Fonte: INEP (<http://ana.inep.gov.br/ANA/>)

Imagem 27 - Resultado individual da escola observada no percurso de 2009 a 2015

ANÁLISE SISTEMÁTICA DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES DOS ALUNOS.

São adotados mecanismos de monitoramento e avaliação da implementação do projeto pedagógico da escola e propostos planos de melhoria para sua implementação junto aos professores, alunos e pais.

PROVA BRASIL – IDEB

A Prova Brasil é uma avaliação censitária das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino. Participam desta avaliação as escolas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/anos avaliados, sendo os resultados disponibilizados por escola e por ente federativo.

4ª série / 5º ano

Escola	Ideb Observado					Metas Projetadas								
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
HIRAYUKI ENOMOTO COMENDADOR EMEB			5.4	5.7	6.9	7.6			5.6	5.9	6.1	6.4	6.6	6.8

Fonte: www.qedu.org.br. Acesso em:

Imagem 28 - Resultado individual da escola observada no percurso de 2009 a 2015

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IDEB
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDEB - Resultados e

Parâmetros da Pesquisa

Resultado: Escola UF:

Município: PEREIRA BARRETO Nome da Escola:

Rede de ensino: Municipal Série / Ano:

4ª série / 5º ano

Escola ↕	Ideb Observado					
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕
HIRAYUKI ENOMOTO COMENDADOR EMEB			5.4	5.7	6.9	7.6

Fonte: INEP (<http://ana.inep.gov.br/ANA/>)

Podemos identificar representado na imagem, que a unidade escolar superou já em 2015 com o resultado de 7,6, a “Meta Projetada” para o ano de 2021, que estipulava um resultado do IDEB de 6,8.

Imagem 29 - Resultado individual da escola observada no percurso de 2009 a 2015

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IDEB
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDEB - Resultados e Metas

Parâmetros da Pesquisa

Resultado: Escola UF: SP

Município: PEREIRA BARRETO Nome da Escola: HIRAYUKI ENOMOTO COMENDADOR EMEB

Rede de ensino: Municipal Série / Ano: 4ª série / 5º ano

4ª série / 5º ano

Escola ↕	Ideb Observado						Metas Projetadas							
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕
HIRAYUKI ENOMOTO COMENDADOR EMEB			5.4	5.7	6.9	7.6			5.0	5.9	6.1	6.4	6.6	6.8

Fonte: INEP (<http://ana.inep.gov.br/ANA/>)

Imagem 30 - Impacto da música no aprendizado das crianças na unidade escolar:

to na media. (4,2). Severina mesmo com no- do o conteúdo, disse.

Beisano/Editora de Arte

RANKING DO IDEB NA REGIÃO

Anos iniciais			Anos finais		
Cinco Melhores	IDEB 2015	Meta	Cinco Melhores	IDEB 2015	Meta
■ Pereira Barreto	7,8	6,5	■ Sebastianópolis do Sul	6,7	6,2
■ Nhandeara	7,7	6,3	■ Novo Horizonte	6,2	4,7
■ Indiaporã	7,6	6,6	■ Ibirá	6,1	5,6
■ Novo Horizonte	7,6	6,5	■ São Francisco	6,1	6,3
■ Ibirá	7,5	6,2	■ Magda	6,0	5,5

Cinco Piores	IDEB 2015	Meta	Cinco Piores	IDEB 2015	Meta
■ Neves Paulista	5,7	6,2	■ Marapoama	4,3	5,5
■ Pontalinda	5,7	5,5	■ Riolândia	4,3	5,6
■ Severina	5,7	5,8	■ Nova Granada	4,2	5,2
■ Américo de Campos	5,6	6,2	■ Severina	4,2	5,1
■ Altair	5,3	5,3	■ Barbosa	3,8	4,7

Veja lista completa no site do Diário



diariodaregiao.com.br

Anos iniciais vivem situação oposta

Os anos iniciais - 1^o ao 5^o ano - vivem situação oposta a dos anos finais. Dos 102 municípios, 70 superaram a meta do Ministério da Educação (MEC) no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2015.

A nota mais alta foi alcançada por Pereira Barreto, com 7,8. Todas as salas dos anos iniciais são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação. De acordo com a secretária de Educação da cidade, Marialba da Glória Garcia Carneiro, atualmente estão matriculados 1.424 alunos nessa etapa do ensino.

Para ela, o segredo da boa nota está na permanência dos gestores, que fizeram um trabalho a longo prazo com apoio de material didático de uma rede particular de ensino.

"Nossa rede vem com ges-

tores fixos há muitos anos. Fazemos um bom trabalho de alfabetização e já no terceiro ano tem sala reduzida com até 15 alunos para os que têm mais dificuldades. Quando necessário fazemos isso também

no quinto ano. Usamos material apostilado de escola particular, o que deixa todas as escolas niveladas. Ainda desenvolvemos projeto de música que foi destaque nacional", disse. (ER)



Alunos de Pereira Barreto participam de projeto de música

Diante dos resultados positivos alcançados, o IDEB de Pereira Barreto/SP em 2015, na marca de 7,8 superou também o índice do estado de São Paulo, que no mesmo ano alcançou 6,4 pontos. A partir da análise dos dados mencionados, espera-se maior reflexão de governantes e gestores de educação em todo o país a respeito da importância da inserção de diversas disciplinas curriculares, que trabalhem a ludicidade, neste caso, a música, e junto com as demais oficinas curriculares dentro da escola de tempo integral na educação básica, possam trazer resultados positivos para todos os membros da comunidade escolar.

Não cabe aqui avaliar apenas os evidentes resultados positivos obtidos, mas considerar a diferença gigantesca que a música faz na vida desses alunos, tanto nos aspectos culturais quanto emocionais. Tais fatos são comprovados no subitem a seguir, onde toda a comunidade, a partir de seus relatos, enaltece o bem que a educação musical trouxe para todos.

Todos os educadores das diversas áreas, todos os sistemas de ensino e federação devem ter acesso aos resultados obtidos pela escola pesquisada e pelo município, a partir da proposta do ensino de música. Essas informações servirão como norte para se oferecer propostas de ensino semelhantes, que possam contribuir com as várias unidades escolares no país, em suas respectivas redes de ensino. Além desse como um dos principais objetivos, a presente pesquisa preocupou-se também em identificar os procedimentos utilizados pela escola para desenvolver métodos de ensino da música que de alguma forma contribuem no desenvolvimento da aprendizagem significativa dos seus alunos. Afinal, nesta etapa de escolarização, muito mais do que buscar formar músicos com uma técnica mais apurada, esse tipo de ensino tem por objetivo desenvolver a criatividade da criança, sua sensibilidade e por fim contribuir em sua integração com os pares.

4.2.3 Narrativas e reflexões por bloco de amostragens: equipe gestora, professores, educadores musicais, alunos e pais, a partir das situações de ensino/aprendizagem vivenciadas no espaço escolar

No caso desta pesquisa, realizada em um espaço físico apenas, ou seja, uma única escola específica, caracterizada pela complexidade de sua realidade educacional, durante a realização do trabalho buscou-se investigar as representações sociais, que Chartier (1990) define como as possibilidades de cada pessoa interagir com o meio social em que vive e, segundo ele, “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.17). O autor nos

apresenta uma reflexão a respeito da história cultural com foco nas representações do mundo social, determinadas a partir do interesse particular de cada grupo. De acordo com esse pensador:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1990, p. 17).

Todos os participantes se empenharam em ajudar de alguma forma na realização do trabalho proposto. Alunos, professores, pais, educadores musicais, coordenadores de escola, diretor de escola e a Secretária municipal de educação responderam de forma significativa e bem abrangente, quais foram os benefícios que o ensino de música trouxe para o ambiente da comunidade escolar, de tal forma que poderão fornecer subsídios para que novas análises possam ser realizadas a partir da compreensão de todo este processo.

No desenvolvimento da pesquisa, a partir das respostas dos questionários e entrevistas semiestruturadas, os dados serão relacionados aleatoriamente por amostragem de cada segmento, organizados em forma de tabelas ou gráficos, algumas categorias de respostas; ou seja, fatos comprobatórios da contribuição efetiva que o ensino de música trouxe para o ambiente escolar investigado.

Com o intuito de preservar a identidade de todos os participantes da presente pesquisa, os nomes de todos foram substituídos por pseudônimos, ou seja, todos os nomes de determinada função ou segmento, vêm acompanhados por uma letra maiúscula ou por um número, da seguinte forma:

Tabela 1 – Identificação dos participantes

Função/Segmento	Participante
Secretária de Educação	Secretária A
Diretora de Escola	Diretora A
Coordenadora Pedagógica	Coordenadora (1), Coordenadora (2).
Professora Pedagoga	Professora pedagoga (1), Professora pedagoga (2).
Professor Educador Musical	Professor Educador Musical (1), (2), (3), (4), (5) e (6).
Alunos	Aluno (1), até o Aluno (22).
Pais	Pai (1) até o Pai (10).

Fonte: Tabela elaborada pelo próprio pesquisador

Nos três primeiros itens - A, B e C, apresento os dados das entrevistas com a secretária de educação, com a diretora da escola, duas coordenadoras pedagógicas, e duas professoras pedagógicas. Busco esclarecer e interpretar a partir da visão desses sujeitos participantes, de que maneira a música está inserida no sistema municipal de ensino, no currículo e no cotidiano da escola participante da pesquisa.

E nos três últimos itens - D, E e F, apresento os dados das entrevistas com os professores educadores musicais, os alunos e os pais, os quais relatam em suas narrativas a inserção do ensino de música na unidade, discorrem ainda sobre a importância de ter a oferta dessas aulas dentro da escola.

a) Depoimento da secretária de Educação (A)

A Secretária³ de Educação (A), com formação em Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Pedagogia, possui três cursos de pós-graduação: Psicopedagogia, Magistério Ensino Infantil e Ensino Fundamental. De 2009 a 2016, ocupou o cargo comissionado de Supervisora de ensino, a partir de 2017 ocupa o referido cargo de secretária, ou seja, participou de todo o processo de inserção do ensino de música na referida escola de Ensino Fundamental e nas três unidades de Educação Infantil.

Quando questionada se conhecia a Lei nº 11.769/08 que altera a Lei nº 9304/96, a qual dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da Música na Educação Básica, respondeu afirmativamente e completou:

Diante do exposto, informo que a música é oferecida aos alunos de educação básica da rede municipal. Na Educação Infantil é abordada na área da linguagem, como linguagem musical. Já no Ensino Fundamental I, faz parte dos conteúdos programáticos do componente de arte. Além disso, desde o ano de 2010 a AERFAC (Associação Educacional e Recreativa Facmol) é responsável, pelas atividades de musicalização do período integral da rede municipal. O projeto atende também alunos no contra turno, por meio da oferta de oficinas de musicalização infantil (Entrevista. Secretária A. DATA).

A pergunta ‘De que forma a música é ofertada nessa escola de tempo integral?’ foi respondida pela Secretária (A) da seguinte forma:

³ Secretária de Educação (A), formação acadêmica: Ensino Fundamental – 1ª a 8ª série, Ensino Médio – Curso Normal e Graduação, Licenciatura em Ciências, Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Pedagogia. Pós-graduações em: Psicopedagogia, Magistério (Ensino Infantil e Ensino Fundamental), e Gestão Educacional.

A música é oferecida nas escolas de Tempo Integral, através de aulas teóricas e práticas em oficinas ministradas por educadores musicais com o apoio de monitores, que buscam formar e desenvolver competências, contribuindo de forma significativa para a permanência e o sucesso escolar dos alunos. (Entrevista. Secretária A. DATA: 10/08/2017)

Nessas falas enfatiza-se a valorização atribuída às aulas de música como disciplina curricular na escola de tempo integral. Ao mencionar os bons resultados no IDEB que a escola tem alcançado nos últimos anos, foi questionado se o ensino de música em dado momento pode contribuir diretamente para o bom desenvolvimento dos alunos, nas demais disciplinas do currículo. A seguir, apresentamos o depoimento da Secretária (A):

Acredito que o ensino da música contribua para o bom desenvolvimento dos alunos nas disciplinas do currículo, pois exige concentração, disciplina, inteligência, raciocínio, além do envolvimento afetivo e emocional, desenvolve também o trabalho em equipe e a criatividade. O indivíduo com as diferentes formas de linguagem bem desenvolvidas está apto a conhecer as outras áreas do conhecimento, portando a música, enquanto uma das formas de linguagem contribui para que esse desenvolvimento ocorra. (Entrevista. Secretária A. DATA: 10/08/2017)

E por fim, questionada se acredita que o ensino de música pode ser considerado um importante elemento de transmissão de cultura dentro da escola e se pode, de alguma forma agregar novos valores para aqueles alunos que desconhecem esse tipo de ensino, obtivemos a seguinte resposta:

Acredito que o ensino da Música pode ser considerado um importante elemento de transmissão de cultura dentro da escola, desde que possibilite ao aluno o contato com os outros gêneros, diferentes dos que estão acostumados a ouvir, ampliando assim seu repertório e seu conhecimento. A música possui diferentes contextos culturais e históricos que se dá através da expressão musical de vários povos em diferentes épocas e regiões. (Entrevista. Secretária A. DATA: 10/08/2017)

b) Depoimento da equipe gestora: Diretora (A), Coordenadora (1) e Coordenadora (2):

A equipe gestora da escola tem um olhar positivo em relação à aplicação da “Iniciação Musical e Instrumental”, desenvolvida na unidade, não apenas pelos resultados positivos que são evidentes após análises dos índices específicos. De acordo com os gestores, diretora e coordenadores pedagógicos da escola, as contribuições da educação musical foram de grande importância para as crianças, principalmente nos aspectos humano e social desenvolvidos, pelo fato de considerar a realidade vivida por cada uma delas.

A música e as demais atividades extracurriculares oferecidas como disciplina na escola, trouxeram o resgate da dignidade humana, a alegria, a oportunidade de as crianças terem direitos de participar de estudos musicais como um meio de vida, que possibilite mudar toda sua trajetória social e oportunizar-lhes a vivência de magníficas experiências dentro do ambiente escolar. Nessa perspectiva de análise, Hummes (2004) faz um estudo nas escolas de Montenegro/RS e apresenta as principais funções desse ensino sob a ótica da direção escolar. Embora seu trabalho seja anterior à aprovação da referida Lei em 2008, a pesquisadora desenvolve a temática segundo a perspectiva das equipes gestoras das unidades escolares do Rio Grande do Sul, que consideram importante a presença da música no espaço escolar, tendo em vista os estudos realizados no município.

A diretora⁴ (A) tem graduação em Pedagogia e Geografia, com pós-graduação em Gestão Educacional; é professora efetiva de Educação Básica na rede municipal, cargo que ocupou na referida escola de 2008 até 2016. Afastou do cargo de professora para assumir a direção da escola no início de 2017, por conta da vacância da função, e por ser a 2ª colocada no Processo de credenciamento para diretor da unidade escolar, realizado no ano de 2013.

Questionada se tem conhecimento a respeito da Lei nº 11.769/2008, que discorre sobre a oferta do ensino de música na escola pública, a diretora (A) respondeu afirmativamente. Discorreu ainda acerca das reflexões e ações relativas às questões culturais que antes não eram vistas no ambiente escolar. Segundo a diretora (A), “Sim, a música como manifestação cultural permitiu a reflexão sobre a diversidade como expressão de regionalidade, tema recorrente no espaço escolar que recebe crianças de lugares e educação familiar tão diferentes”. (Entrevista. Diretora A, DATA: 24/08/2017).

Ao ser questionado sobre como a música é utilizada em sala de aula, a gestora escolar respondeu: “Na escola existem aulas específicas de iniciação musical na grade das Oficinas Curriculares e nos componentes curriculares do Currículo Básico é utilizada como recurso didático, especialmente na alfabetização, em Artes, Educação Física, Geografia e História”. (Entrevista. Diretora A, DATA: 24/08/2017).

Observando os resultados do IDEB da escola, é possível avaliar que a escola obteve avanços consideráveis a partir de 2008. Perguntou-se à diretora (A) se a educação musical, juntamente com as demais disciplinas do período integral, pode contribuir diretamente para o bom desenvolvimento dos alunos, nas demais disciplinas do currículo. Em seu depoimento,

⁴ Diretora (A), Professora formada em Magistério pelo CEFAM – (Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério). Licenciatura plena em Geografia e Licenciatura Plena em Pedagogia.

ela enfatiza: “Acredito que as aulas de música contribuíram sim para o avanço dos índices, pois trabalha a disciplina, a importância da rotina de estudo, a concentração e, sobretudo a autoestima dos alunos”. (Entrevista. Diretora A, DATA: 24/08/2017).

A diretora (A), conforme demonstrado no capítulo anterior, confirmou a existência de um grupo de canto e coral, e uma orquestra formada somente pelos alunos matriculados na unidade. E relatou em seguida qual a importância da criação desses tipos de grupos musicais para o desenvolvimento no cotidiano da escola e da comunidade:

Sim, para os que apresentam interesse pelo estudo de música e, disponibilidade em permanecer na escola depois do período duas vezes por semana. Um grupo aprende a tocar instrumentos e compõem uma orquestra. Outro grupo participa de um grupo de canto e coral. Os alunos envolvidos nessas atividades desenvolvem sentimento de pertencimento ao ambiente escolar e de cidadania, isso reflete no comportamento cotidiano da escola e desenvolvimento acadêmico. (Entrevista. Diretora A. DATA: 24/08/2017)

Para finalizar, a diretora (A), relata sua opinião a respeito de considerar ou não a música como um elemento ou fator importante de cultura na educação dos alunos, e se de alguma forma agrega novos valores para aqueles que conhecem esse tipo de ensino, uma realidade na escola pesquisada. “Sim, porque eles entram em contato com os aspectos culturais diferentes dos seus, expressam suas emoções através da arte e desenvolvem apreço pelo outro e pela diversidade de opiniões”. (Entrevista. Diretora A. DATA: 24/08/2017).

A coordenadora⁵ (1) tem Magistério, pós-graduação em Educação Especial, pós-graduação em Gestão Escolar e pós-graduação em Alfabetização. É professora efetiva de Educação Básica na rede municipal com seu cargo na referida escola. Afastou do cargo de professora para assumir a função de Coordenadora Pedagógica das Oficinas Curriculares da escola de Tempo Integral no ano de 2014. A princípio, foi convidada pela diretora da época, depois passou por um processo seletivo, com prova teórica e apresentação de proposta.

Dentro das ações diárias que desenvolve dentro da unidade, a coordenadora (1) relatou quais dessas ações dão suporte às aulas de educação musical. “Acompanhar as aulas de música, partilhar ações com os professores que ministram as aulas, são alguns suportes da minha rotina diária”. (Entrevista. Coordenadora 1. DATA: 22/09/2017).

Questionada sobre o papel da educação musical escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a coordenadora (1) diz que “Trazer a música para a sala de aula, acolhendo-a,

⁵ Coordenadora (1), Professora formada em Magistério pelo CEFAM – (Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério). Licenciatura plena em Pedagogia, pós-graduações: em Alfabetização e Letramento, em Educação Especial e em Gestão Educacional.

contextualizando-a e oferecendo acesso a obras para que possam ser significativas para seu desenvolvimento pessoal e coletivo”. (Entrevista. Coordenadora 1. DATA: 22/09/2017). Afirma ainda que o ensino de Música se faz presente no projeto político pedagógico da unidade. “Sim, a partir de 2009. A implantação da Lei nº 11.769/2008 provocou mudanças em nossa escola enriquecendo nosso currículo escolar”. (Entrevista. Coordenadora 1. DATA: 22/09/2017).

Outro aspecto importante é o que pode ser trabalhado nas aulas de educação musical nos anos iniciais, de acordo com a matriz curricular, ela pontua que “Utilizar-se dos elementos básicos da linguagem para expressar-se musicalmente: fazer arranjos simples, interpretar, utilizando a voz, sons feitos com o corpo materiais sonoros convencionais e não convencionais, instrumentos musicais e tecnológicos”. (Entrevista. Coordenadora 1. DATA: 22/09/2017).

A coordenadora (1) justifica o fato de as reuniões pedagógicas semanais com professores monitores de música serem realizadas em outro ambiente, onde todos participam desses momentos de formação e capacitação. Segundo ela, “As reuniões dos professores são feitas com o coordenador específico de música (maestro)”.

Dentro do ambiente escolar os momentos de trocas de informações são constantes entre os professores educadores musicais e a coordenadora pedagógica das Oficinas Curriculares, e com os professores de sala de aula, que semanalmente cumprem 2 horas semanais de Hora de Trabalho Pedagógico Individual (HTPI), destinados à preparação de aulas, correção de atividades e para socializar com os demais professores de outras áreas e os monitores de música, a respeito do desempenho e participação dos alunos nas diversas atividades curriculares do período integral.

E para finalizar, a coordenadora (1) aponta os recursos disponibilizados para a oferta das aulas de música na unidade, e comenta ainda a respeito da ótima relação que toda a comunidade tem com esse tipo de ensino ofertado na escola. Segundo ela:

Todo o espaço escolar e materiais estão disponíveis para as aulas de música como: anfiteatro, sala de informática, sala de leitura, quadra, pátio, sons, cds, televisão, caixa de som etc. A música faz parte do cotidiano da escola, todos os funcionários, pais, professores estão envolvidos diretos ou indiretamente no desenvolvimento das aulas de música. (Entrevista. Coordenadora 1. DATA: 22/09/2017)

A coordenadora⁶ (2) tem Licenciatura Plena em Pedagogia, Licenciatura Plena em Matemática, e pós-graduação em Gestão Educacional. É professora efetiva de Educação Básica na rede municipal com seu cargo na escola pesquisada. Afastou do cargo de professora para assumir a função de Coordenadora Pedagógica do Ensino Regular (currículo básico) da escola de Tempo Integral no ano de 2014. Inicialmente foi convidada pela diretora que ocupava o cargo na época, e logo após esse período, foi aprovada em processo seletivo interno, para provimento de função gratificada de coordenador pedagógico, de acordo com o Plano de Carreira do magistério público municipal.

Questionada se tem formação musical, a coordenadora (2) respondeu: “Não, tentei por várias vezes aprender a tocar violão, mas não consegui”. Esse fato torna-se interessante, afinal a profissional da educação presencia uma oferta de tipo de ensino pelo qual já se interessou no passado, sem ter conseguido acesso a ele.

Sobre o papel da educação musical escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a coordenadora (2) avalia: “É apreciação e o gosto pela música e este gosto faz com que a criança tenha um comportamento mais tranquilo”. (Entrevista. Coordenadora 2. DATA: 22/09/2017).

A coordenadora (2) atenta para o fato de as reuniões pedagógicas semanais com professores monitores de música serem realizadas fora do ambiente da escola, onde todos participam desses momentos de formação e capacitação, ou seja, capacitar os professores especialistas em música, não cabe às coordenadoras pedagógicas. Segundo a coordenadora, “Os educadores musicais fazem parte de uma banda, onde há um maestro que faz as reuniões, a formação deles, são com o maestro”. (Entrevista. Coordenadora 2. DATA: 27/09/2017).

Por fim, a coordenadora (2) discorre a respeito dos espaços físicos, materiais, enfim, todos os recursos importantes para o bom desenvolvimento da aula, e dá sua opinião sobre a importância da música na vida de todas as crianças participantes:

Sim, a equipe escolar auxilia no espaço físico e algum apoio no que se diz a respeito da vida escolar da criança. Acredito que o espaço físico, o material, enfim tudo o que se refere às práticas de educação musical é adequada. E a educação musical é fundamental na vida das crianças, pois isto a tornará crianças mais aptas a enfrentar o dia a dia. (Entrevista. Coordenadora 2. DATA: 27/09/2017).

⁶ Coordenadora (2), Professora com Licenciatura plena em Matemática, Licenciatura plena em Pedagogia e com pós-graduação na área de Gestão Educacional.

A partir dessa perspectiva, a educação musical é considerada parte do processo formativo dessas crianças envolvidas na prática de ensino, ou seja, sua função vai além de tentar auxiliar na alfabetização, com propostas de atividades lúdicas ou teorias, pois na prática tem um significado muito importante, que é o de humanizar todos os sujeitos participantes do processo.

c) Depoimento das professoras pedagogas (1) e (2)

A professora pedagoga⁷ (1) tem Licenciatura plena em Pedagogia, Licenciatura Plena em Letras e pós-graduação em Educação Especial, é professora Efetiva de Educação Básica na rede municipal com seu cargo na escola pesquisada. Já a professora pedagoga⁸ (2) tem Licenciatura plena em Pedagogia, Licenciatura Plena em Letras, formada em Direito e com pós-graduação em Ensino Superior, também é professora efetiva na escola. Optou-se pela escolha das duas profissionais da educação, pelo fato de lecionarem na unidade desde o primeiro ano de inserção do ensino de música. Questionadas a respeito do sentido e do significado da educação musical na escola de Ensino Fundamental, mesmo partindo de pressupostos diferentes, ambas descreveram a relevância que este tipo de ensino tem, como são valorosas todas essas experiências realizadas com os alunos, como contribuem para o seu desenvolvimento humano.

Ambas relataram a respeito de suas vivências musicais, ou seja, a educação musical informal, momentos marcantes em suas vidas com a presença da música. A Professora pedagoga (1) relata:

As minhas lembranças desde a infância são os momentos relacionados com a música, é desde criança meus pais gostavam muito de música caipira e sempre cantarolava para os filhos. A partir daí sempre fui desenvolvendo meu trabalho buscando sempre através da música, mesmo que informalmente trabalhar alguns conceitos que colabore no desenvolvimento das atividades juntos aos meus alunos. (Entrevista. Professora pedagoga 1. DATA: 06/10/2017)

A professora pedagoga (2), sobre esse aspecto justifica:

⁷ Professora pedagoga (1), possui Licenciatura plena em Pedagogia, Licenciatura plena em Pedagogia, e pós-graduações na área de Alfabetização e Letramento e em Educação Especial.

⁸ Professora pedagoga (2), possui Licenciatura plena em Pedagogia, Licenciatura plena em Letras, Faculdade de Direito, e pós-graduação na área de Alfabetização e Letramento.

Tenho formação e vivência musical informal. Estudei piano na infância, porém não concluí o curso, gosto muito de música e percebo claramente sua influência sobre meu humor e emoções. Gosto de música com boa melodia, com harmonia e letras edificantes ou que mexam positivamente comigo. (Entrevista. Professora pedagoga 2. DATA: 09/10/2017).

As duas professoras presenciam a inserção do ensino de música na escola, desde 2009, e dessa maneira relatam a importância do ensino de música no Ensino Fundamental, anos iniciais. A Professora pedagoga (1), diz que “A música auxilia no desenvolvimento das crianças, fazendo com que eles interagem com os conceitos básicos do ensino aprendizagem, melhorando sua autoestima, despertando e motivando cada um nas suas peculiaridades à aprender”. (Entrevista. Professora pedagoga 1. DATA). Em seguida, a Professora pedagoga (2) justifica que: “A educação musical nos anos iniciais é muito importante, pois através da melodia, conseguimos trabalhar valores, princípios e emoções das crianças, desenvolvendo plenamente o ser humano”. (Entrevista. Professora pedagoga 1. DATA: 06/10/2017).

Sobre a forma como ocorre a participação dos alunos no desenvolvimento das atividades musicais em sala de aula, a professora pedagoga (1) descreve que:

No processo de explicitação da aula, orientando as atividades proposta em aula, ouvindo e participando das atividades em que envolve a música, despertando para um mundo prazeroso, tanto para a mente e também para o corpo, e essa inserção de sons está melhorando o desempenho no ensino aprendizagem. (Entrevista. Professora pedagoga 1. DATA: 06/10/2017).

A visão das duas professoras é extremamente relevante, quando relacionam a contribuição do ensino de música juntamente com as demais disciplinas das oficinas curriculares para a obtenção dos resultados positivos que a unidade escolar tem alcançado a partir do ano de 2008. A Professora pedagoga (1) justifica que “É notório e visível os avanços extremamente positivos, pois através da música, eles estão dispostos e são instigados à assimilar os demais conteúdos apresentados no currículo”. (Entrevista. Professora pedagoga 1). A professora pedagoga (2) pontua: “Certamente, o ensino de música contribui positivamente no bom desempenho da escola, pois motiva o aluno a aprender e querer melhorar, também auxilia na capacidade de atenção e concentração dos alunos”. (Entrevista professora pedagoga 2. DATA: 09/10/2017).

Em seguida, a partir da experiência como pedagogas, foram questionadas a respeito do ensino de música, se ele pode trazer contribuições significativas nas demais disciplinas escolares, como por exemplo, Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática. A

Professora 2 opina: “A música auxilia na aprendizagem das demais disciplinas, despertando o interesse e maior envolvimento, concentração dos alunos”. (Professora pedagoga 2. DATA: 09/10/2017)

Acerca desse tema, a Professora pedagoga 1, justifica que:

A música com suas linguagens e gêneros, estão sendo relevante em todo o processo da leitura e escrita, facilitando os alunos no discurso oral com expressividade na memória cognitiva dos conceitos matemáticos, refletindo o bom desempenho em todas as disciplinas escolares. (Entrevista. Professora pedagoga 1. DATA: 06/10/2017).

Nesse contexto, relacionam a música com as demais disciplinas do currículo escolar. A Professora pedagoga 2 aponta: “Podemos utilizar a música popular para ensinar Língua Portuguesa através da análise da letra, cantigas de roda são excelentes para serem utilizadas em sala de aula”. (Professora pedagoga 2. Entrevista. DATA: 09/10/2017). A professora pedagoga 1 relata:

Como a educação deve ser vista como um processo comum, permanente e progressivo, a música também deve fazer parte desse processo, e este é relacionado com o currículo acrescentando essa musicalidade que cada aluno tem; quando é motivado, nos surpreende enriquecendo as relações entre professor e aluno agregando valores significativos. (Entrevista. Professora pedagoga 1. DATA: 06/10/2017).

A música se faz presente no cotidiano da escola, seja nos intervalos (recreios), em comemorações cívicas, em apresentações externas, como relatam as professoras. A professora pedagoga 1 diz: “Sim, a música, nas aulas para deixar um ambiente acolhedor e agradável, nos intervalos para a diversão e descontração das crianças e nas datas comemorativas”. (Entrevista. Professora pedagoga 1. DATA: 06/10/2017). Na opinião da professora pedagoga 2, “A música está presente em comemorações cívicas, reuniões de pais, homenagens as mães, festa de encerramento letivo e festa junina”. (Entrevista. Professora pedagoga 2. DATA: 09/10/2017).

Em continuidade aos questionamentos, ambas concordam que existe apoio da comunidade escolar em geral, acerca da presença e continuidade do ensino de música na escola, pelos benefícios que trouxe a partir de sua inserção. Afirmam ainda a participação efetiva dos pais e responsáveis e enaltecem o total apoio que a equipe gestora oferece como suporte para o bom desenvolvimento das aulas de educação musical na unidade.

Por fim, questionadas se têm algo a mais a relatar a respeito do ensino de música na escola, como críticas, elogios, opiniões, sugestões, se posicionam com as seguintes palavras: “Quero agradecer e elogiar este projeto de educação musical na escola”. (Entrevista. Professora pedagoga 2. DATA: 09/10/2017). E encerrando sua participação na pesquisa, a professora pedagoga 1 diz que “A continuidade do projeto está trazendo benefícios eficazes no ensino aprendizagem, como sugestão: Que o início da educação musical seja um projeto estendido também para educação infantil”. (Entrevista. Professora pedagoga 1. DATA: 06/10/2017).

Cabe aqui salientar a respeito da sugestão da professora pedagoga 1 acerca da oferta de ensino de música a partir do Ensino Infantil, pelo fato de existirem no município oito unidades dessa modalidade de ensino, e somente em três unidades, também de Tempo Integral, são oferecidas as aulas de educação musical nesta etapa de ensino; ou seja, a maioria não tem presente em sua grade curricular a música. Justifica-se essa proposta de ampliação de oferta do ensino para as demais unidades locais como algo que enriqueceria ainda mais o currículo escolar.

Dessa maneira, diante da atual situação do país, principalmente em relação à economia e repasses de verbas públicas provenientes da União, fica evidente que têm se tornado cada vez mais escassos, como uma demonstração de descaso dos administradores em relação à parcela da população mais carente de recursos financeiros.

d) Depoimentos dos Professores educadores musicais (1), (2), (3), (4), (5) e (6)

A visão dos professores educadores especialistas em educação musical sobre o ensino de Música na escola de Ensino Fundamental, a partir da perspectiva da Lei nº 11.769/08, suas ideias, concepções, seus conhecimentos teóricos e práticos trouxeram informações importantes para esta etapa do trabalho, pois possibilitaram melhor entendimento de como é o trabalhado o ensino de música na unidade escolar em consonância com a referida lei federal. Todos os professores educadores musicais, como citado em capítulo específico, são contratados pela AERFAC, para lecionarem na rede pública municipal na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Os dois participantes, Professor educador musical (1) e Professor educador musical (2) possuem graduação em Pedagogia; o Professor educador musical (3) é aluno dos 6º semestre de Licenciatura em Música (Piano Erudito); o Professor educador musical (4) possui o curso

Aperfeiçoamento em instrumentos de sopros, e capacitações musicais; e os Professores Educadores musicais (5) e (6) possuem cursos no Conservatório de Tatuí/SP. Todos eles são músicos, e também fazem parte da Orquestra de Sopros e Percussão – FACMOL, e Orquestra Caipira (violão, viola e canto), e demais projetos culturais desenvolvidos no município, tais como: ‘Projeto de bem com a Vida I e II’, sob a gestão da Secretaria Municipal de Educação, e o ‘Projeto Guri’, que pertence à pasta da Secretaria Municipal de Cultura. Todos os anos participam de cursos e capacitações musicais oferecidas pela AERFAC, que investe muito em seus profissionais a cada ano, para que o resultado final seja positivo.

A clientela atendida pelos Professores Educadores musicais de 4 anos e 5 anos de idade na Educação Infantil, e de 7 anos até 10 anos no Ensino Fundamental anos iniciais são crianças pertencentes a toda rede municipal. Alunos a partir dos 11 anos de idade, matriculadas em escolas estaduais ou particulares também são atendidas pelos professores.

Nos demais projetos citados acima, toda pessoa residente no município, seja qual for sua idade, pode fazer a matrícula e participar de todas as oficinas musicais, pois ofertar esse importante meio de transmissão de cultura para toda comunidade é essencial para o desenvolvimento do ser humano. Para a realização dessas atividades é formada uma equipe de trabalho com profissionais treinados e preparados, aptos para atender todos os alunos.

Algumas narrativas dos profissionais envolvidos no trabalho, selecionadas aleatoriamente, descrevem a importância da música em suas vidas, o que foi determinante para se tornarem professores na atualidade: “A música está presente em minha vida desde os 9 anos de idade, hoje é minha profissão”. (Entrevista Professor educador musical 1. DATA: 10/11/2017); “Música é reflexão de afetos, artes e psicomotora”. (Entrevista. Professor educador musical 2. DATA: 10/11/2017); para outro:

A música se faz presente em minha vida desde criança, onde tive a oportunidade de participar de projetos musicais que me incentivaram e me prepararam para seguir em frente com a música, até aos dias de hoje, onde faço da música uma realização profissional. (Entrevista Professor educador musical 3. DATA: 10/11/2017)

Ainda sobre qual a função e quais aspectos podem ser priorizado, um deles relatou que:

A educação musical para o ensino fundamental deve assumir a responsabilidade de construir um firme alicerce na vida musical dos alunos, para que sejam pessoas com suas capacidades cognitivas a floradas, de forma que possam ser futuros

instrumentistas sensíveis aos elementos musicais. (Entrevista Professor educador musical 4. DATA: 17/11/2017)

A função de despertar essa habilidade é reforçada por todos: “Apresentar a música de forma lúdica, desenvolvendo o interesse do aluno pela matéria, na qual contribui para mais concentração, foco e disciplina”. (Entrevista. Professor educador musical 5. DATA: 17/11/2017). O Professor educador musical 1 prioriza desenvolver “Sociabilidade, integração, compartilhamento”. (Entrevista. Professor educador musical 1. DATA: 10/11/2017). Os conteúdos de cada aula devem ser transmitidos “De forma específica que as crianças entendam a atividade proposta”. (Entrevista. Professor educador musical 2. DATA: 10/11/2017)

A presença do ensino de música no Ensino Fundamental I se justifica tendo em vista que “A música é um complemento de melhoria comprovada”. (Entrevista. Professor educador musical 6. DATA: 17/11/2017)

Questionados a respeito de quais alunos participam das atividades musicais na escola, todos foram unânimes em responder que são todos os alunos matriculados do 2º ano ao 5º ano do Ensino Fundamental. “Alunos que se identificam com a música e gostam de estar aprendendo”. (Entrevista. Professor educador musical 2. DATA: 10/11/2017)

Os entrevistados foram questionados a respeito de fatos relevantes que despertam certa curiosidade, por exemplo: a) como são desenvolvidas as atividades musicais durante as aulas; b) de que forma ocorre a participação das crianças na execução dessas atividades?; c) qual a sequência didática normalmente utilizada? Para tais questionamentos obtivemos as seguintes respostas aleatórias: “São desenvolvidas músicas, atividades escritas, corporais que abordam elementos principais e fundamentais para o desenvolvimento da criança”. (Entrevista. Professor educador musical 1. DATA 10/11/2017) “As aulas de musicalização são feitas através de atividades de música e movimento, onde o aluno desenvolve ritmo, coordenação e aprende sobre notação musical”. (Entrevista. Professor educador musical 3. DATA 10/11/2017) “De forma dinâmica onde todos alunos possam participar de forma prazerosa nas atividades”. (Entrevista. Professor educador musical 4. DATA 17/11/2017); “Os alunos participam oral e corporalmente, a partir de perguntas feitas a eles sobre temas relevantes da música, ou através de gestos e movimentos que cabem para o momento da atividade proposta na aula”. (Entrevista. Professor educador musical 5. DATA 17/11/2017). E por fim o Professor educador musical 2 justifica que suas aulas são “80% prática, e 20% teórica, com

interação entre os colegas e prática de conjunto”. (Entrevista. Professor educador musical 2. DATA 10/11/2017).

Na concepção dos Professores educadores musicais, as aulas de música vão além das notas musicais; várias atividades práticas, escritas, corporais, podem ser desenvolvidas na aula, de modo a cativar os educandos para o desenvolvimento pleno proposto.

Em relação às músicas que podem ou não fazer parte do repertório e serem trabalhadas na aula de educação musical, ficou evidenciado, segundo a visão dos educadores que tocar diversas músicas, apresentar aos alunos os mais variados estilos musicais, desenvolver habilidades musicais e senso crítico musical das crianças, são práticas diárias realizadas com todos. “Trabalhamos todos os tipos de música e ritmos, mais procuramos resgatar as músicas que os alunos geralmente não conhecem”. (Entrevista. Professor educador musical 1. DATA: 10/11/2017).

Assim, o tipo de música pode ser utilizada: “sem apologia pesada e adequada para as crianças ”. (Entrevista. Professor educador musical 2. DATA: 10/11/2017). E nessa mesma perspectiva:

Podem ser usadas músicas que fazem parte da nossa cultura, músicas de culturas diferentes como objeto de apreciação, músicas que somem para o contexto da aula, sendo assim, não convém usar músicas que não vão somar de alguma forma para o aprendizado da criança. (Entrevista Professor educador musical 4. DATA 17/11/2017).

Pelo fato de a música ter uma forte tendência no município e ser executada diariamente na unidade escolar, todos os professores foram unânimes em responder que a música também é utilizada em diversos momentos específicos, com a presença e participação de toda comunidade escolar, ou seja, os grupos musicais formados pelos alunos normalmente se apresentam em comemorações cívicas, dia das mães, dias dos pais, dia do índio, dia das crianças, festa junina, saraus, desfile de aniversário da cidade, entre outros. Geralmente a música é utilizada nessas datas comemorativas, em apresentações dentro da escola ou em ambientes públicos externos, e dessa forma tornam-se momentos marcantes com a presença do protagonismo das crianças.

A música exerce várias funções específicas em cada aula. Trata-se de uma nova descoberta, pois os alunos buscam, a partir da compreensão dos signos, novos caminhos para se chegar ao resultado final, ou seja, a aprendizagem musical. Dentro dessas funções, nos é revelado que: “Uma contribuição imensa da música é quando a usamos como instrumento de

apreciação, onde os alunos podem ouvir e tirar suas conclusões mediante o que já foi aprendido, fazendo despertar e aguçar seus sentidos musicais”. (Entrevista. Professor educador musical 6. DATA 17/11/2017).

O Professor educador musical 1 relata que “A música serve para dar noção de lateralidade, noção de espaço e rítmica do aluno”. (Entrevista. Professor educador musical 1. DATA 10/11/2017).

Como a música pode se relacionar com as demais disciplinas do currículo escolar, com intuito de investigar qual a visão dos especialistas neste tipo de ensino acerca deste tema, foi elaborado um questionamento aos professores educadores musicais. O Professor educador musical 3 relaciona a música com brincadeiras divertidas, prazerosas; desenvolve atividades lúdicas desde o início da escolarização das crianças com determinados fundamentos previstos:

A música já faz parte das outras disciplinas desde muito cedo. Nos primeiros anos da escola, aprendemos algumas “musiquinhas” como... “o sapo não lava o pé, não lava porquê não quer”... fazendo da música, um instrumento para o bom convívio de sala de aula, e até mesmo para criar um clima harmonioso de aprendizagem. (Entrevista. Professor Educador musical 3. DATA 10/11/2017).

Ainda sobre a temática, o Professor educador musical 5 disse utilizar o seguinte exemplo: “A música se relaciona com a matemática, pois para tocar uma música o aluno precisa dividir e somar valores de notas”. (Entrevista. Professor educador musical 1. DATA 10/11/2017).

A partir de experiências que não deram certo, considerando que muitas vezes professores não especialistas em música assumem essa função, os participantes relatam o que é necessário para um professor trabalhar a música na escola, ou seja, o que é preciso considerar, em termos de conhecimento, experiência, condições de trabalho, materiais e até mesmo recursos técnico-pedagógicos. O primeiro relata que necessita ter “Paciência, muita criatividade, conhecimento musical”. (Entrevista. Professor educador musical 4. DATA 17/11/2017). O Professor educador musical 2, diz que:

O professor precisa conhecer a música de forma que possa passá-la adiante por intermédio das aulas, fazendo com que haja interesse dos alunos pela matéria em questão, fazendo uso de materiais didáticos e explorando o espaço de sala de aula para diversas possibilidades de aprendizagem. (Entrevista. Professor Educador musical 2. DATA 10/11/2017).

E para concluir esse questionamento, o Professor educador musical 3 responde que é preciso ter “Preparação, cursos didáticos, materiais específicos”. (Entrevista. Professor educador musical 3. DATA 10/11/2017).

Como confirmado também por outros sujeitos da pesquisa, os Professores educadores musicais afirmam existir dois grupos musicais formados dentro da escola, onde os alunos são os protagonistas: “Existe uma orquestra e um coral no contraturno”. (Entrevista. Professor educador musical 5. DATA 17/11/2017).

Ao concluir esta fase do trabalho de pesquisa, os professores relatam que os registros são realizados diariamente nas salas de aulas, são feitas as chamadas em diário de classe, relatórios diários da participação dos alunos, e as avaliações são a partir de seu desempenho, por meio de atividades, avaliações escritas, e por naipes, ou seja, todo o percurso desenvolvido durante o ano letivo é considerado e avaliado pelo professor.

Para finalizar, seleciono a fala do Professor educador musical 3, sobre os desafios e a influência positiva que pode ocorrer a partir do seu trabalho em sala de aula. O educador musical reafirma a importância do ensino da música dentro da escola, que oferece suporte para a educação:

Dessa forma, podemos observar tamanha importância do ensino da música em sala de aula, onde a música tem o papel de influenciar de forma efetiva no desenvolvimento do aluno, fazendo com que tenha maior rendimento e melhor desenvoltura em outras disciplinas como também em tantas outras áreas de sua vida. (Entrevista. Professor Educador musical 3. DATA 10/11/2017)

Encerrada esta etapa do estudo, descrita a partir dos relatos a partir da perspectiva dos educadores musicais, passamos para a análise das respostas dos questionários dos alunos – o foco da presente pesquisa.

e) O ensino de Música e a visão dos alunos

Os 22 alunos participantes desta etapa da pesquisa estão devidamente matriculados na escola, e 10 deles participam das duas aulas complementares de instrumentos oferecidas na unidade após o fim do período escolar e por serem considerados musicistas, por terem domínio de teorias musicais e habilidades para tocar determinados instrumentos; frequentam demais projetos musicais na cidade desenvolvidos pela AERFAC como “Orquestra de Sopros e Percussão” – FACMOL e “Orquestra Popular Caipira”.

Observamos que as crianças foram espontâneas ao responderem os questionamentos, expressaram sua satisfação, alegria em poder participar das aulas de música – teóricas e práticas, tocar um instrumento, experiências inéditas nunca vivenciadas fora do ambiente escolar.

Iniciamos o trabalho com esse segmento, com uma questão que consideramos relevante referente ao tema proposto, a respeito de quantas aulas de Arte os alunos têm semanalmente na escola. Todos foram unânimes em responder que têm três aulas semanais, ou seja, duas aulas de Arte no período da manhã no ensino regular, e mais uma aula de Iniciação Musical e Instrumental, na parte da tarde, durante o período integral. Em seguida relacionaram as principais atividades artísticas desenvolvidas por eles na escola, quais sejam: música, canto, teatro, dança, pintura, brincadeiras, pintura de desenhos, entre outras.

Na sequência, foi perguntado se gostam das aulas de educação musical, e como demonstrado no gráfico abaixo, apenas um (1) aluno assinalou que “*Não*” gosta das aulas, questão que foi justificada, como veremos a seguir.

De um total de 474 alunos matriculados no ano de 2017, foi selecionado para esta amostra um total de 22 alunos de 7 a 10 anos de idade, do 2º ao 5º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Gráfico 1- Relação de alunos que gostam ou não das aulas de música

Você gosta das aulas de educação musical?

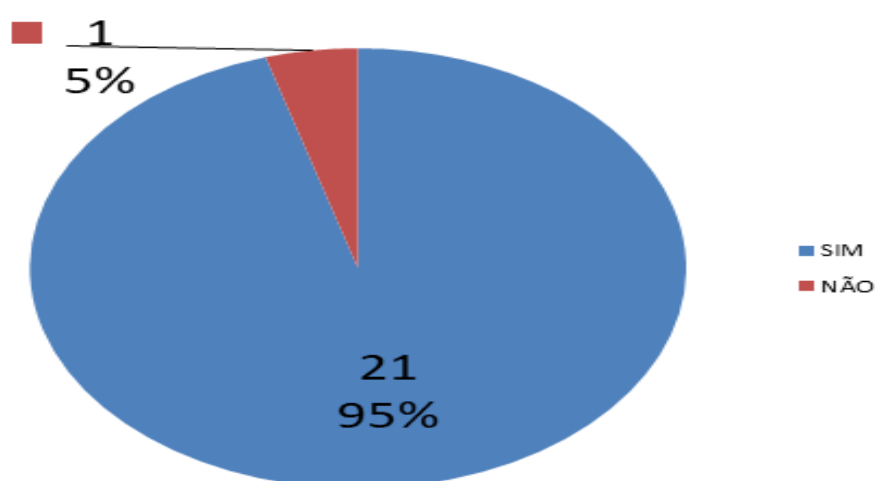


Tabela 2- Respostas à pergunta 1 (questionário do aluno) - aplicado a crianças de 8 a 10 anos de idade matriculados do 3º ao 5º ano

Você gosta das aulas de educação musical? () Sim. () Não. Por quê?
“Sim, porque é muito legal aprende a tocar a cantar, dançar e fazer brincadeiras muito divertidas”. (Aluno 1).
“Porque, não só eu mais várias pessoas também gostam da música seja de qualquer jeito você se diverte e entra na brincadeira” (Aluno 2).
“Sim, porque eu gosto de ouvir músicas”. (Aluno 3).
“Porque ensina música e ensina também apresentar” (Aluno 4).
“Sim, porque é legal divertida privilegiada”. (Aluna 5).
“Porque a gente se diverte cantando e tocando” (Aluno 6).
“Porque ela ensina a cantar, dançar, ouvir músicas legais e tocar instrumentos.” (Aluno 7).
“Sim, porque a gente faz brincadeiras, canta, dança e também a gente tem mais oportunidades de aprender a ler partitura, porque em outras escolas não tem aula de música”. (Aluno 8).
“Porque elas são legais”. (Aluno 9).
“Porque é divertido você aprende a música no caso você conforme o tempo, você se acostuma e acaba se divertindo também.”. (Aluno 10).
“Porque é muito legal”. (Aluno 11).
“Porque música é legal”. (Aluno 12).
“Porque eu aprendo o que é música”. (Aluno 13).
“Sim, porque é legal cantar música”. (Aluno 14).
“Porque é muito bom temos que aproveitar porque a gente é a única escola que tem aula de música”. (Aluno 15).
“Porque ajuda melhorar minha voz e meu conhecimento com os instrumentos”. (Aluno 16).
“Porque a gente aprende muito”. (Aluno 17).
“Sim, porque é muito legal cantar e tocar” (Aluno 18).
“Sim, porque nós brincamos e dançamos” (Aluno 19).
“Sim, porque aprende todas as notas musicais”. (Aluno 20)
“Não, porque eu não aprendo tocar um instrumento”. (Aluno 21).
(Aluno 22). Não justificou a resposta.

Tabela 3 - Respostas à pergunta 5 (questionário do aluno) - aplicado a crianças de 8 a 10 anos de idade matriculadas do 3º ao 5º ano

Quais suas preferências em relação à música? (gêneros, estilos)	
Gêneros/estilos musicais	Total de votos
Sertanejo	10
Funk	08
Samba	05
Rap	04
Rock	04
Música eletrônica	03
Música orquestrada	02
Pop	02
Country	01
Forró	01

Cabe salientar que nesta questão o aluno poderia citar mais de uma opção de preferência por gênero musical. Na questão abaixo, foram enumeradas algumas atividades constantes nos planos de trabalho dos professores educadores musicais, realizadas com os alunos em sala de aula no dia a dia. Foi solicitado para os educandos assinalarem – uma ou mais opções - de atividades das quais gostam de participar.

Tabela 4 - Respostas à pergunta 6 (questionário do aluno) - aplicado a crianças de 7 a 10 anos de idade matriculadas do 2º ao 5º ano

Das atividades a seguir quais você mais gosta de praticar em sala de aula, durante as aulas de música? assinale com um (x)	
Atividade	Quantidade de votos
1- Ouvir	07
2- Cantar	12
3- Dançar	06
4- Tocar	15
5- Compor	02
6- Escrever músicas	02

Aleatoriamente foram escolhidas algumas justificativas descritas pelos alunos, que explicam o motivo de terem escolhido as três opções mais assinaladas: tocar – 15 votos; cantar – 12 votos; ouvir – 7 votos.

A seguir, apresentamos o depoimento de alguns alunos a respeito de suas escolhas: “Tocar porque eu me inspiro muito. Cantar porque é muito legal”. (Respostas do Aluno 10);

“Eu gosto de tocar porque o professor coloca um ritmo e nós tocamos com o instrumento de garrafa”. (Respostas do Aluno 5); “Porque tocar é legal e eu gosto”. (Respostas do Aluno 14); “Cantar me faz ficar feliz, tocar me faz aprender e escrever música faz eu mostrar meu sentimento”. (Respostas do Aluno 13); “É muito legal cantar e dançar, eu queria ser cantora”. (Respostas do Aluno 11); “Porque aprende as músicas e eu gosto de cantar”. (Respostas do Aluno 4); “Eu fico ouvindo para aprender e eu toco para apresentar”. (Respostas do Aluno 9); “Porque me ajuda a escutar melhor, ou seja, prestar atenção e melhorar a coordenação motora”. (Respostas do aluno 16); “Eu gosto de ouvir músicas porque nós ficamos quietos”. (Respostas do Aluno 2).

As respostas positivas em relação à perspectiva dos alunos apontam para a questão de concentração que acabam por refletir no aprendizado das demais disciplinas escolares, e até mesmo na questão disciplinar na sala de aula.

Quando questionados se estão satisfeitos com o trabalho que a escola vem desenvolvendo com a música em sala de aula, dos vinte e dois alunos participantes, apenas um (1) respondeu que ‘*Não*’ está satisfeito, e justifica seu descontentamento: “Porque devia falar mais de instrumentos”. (Questionário do aluno 16). Abaixo, temos algumas justificativas aleatórias de alguns alunos que assinalaram ‘*Sim*’: “Porque esse lugar me alegra e me diverte”. (Respostas do Aluno 6); “Porque as aulas ajudam nós a tocar, cantar e dançar, também a ler partituras que são bem difíceis”. (Respostas do Aluno 7); “Sim, porque nas outras escolas eles não têm aula de música, então eu estou muito satisfeita”. (Respostas do Aluno 8); “Porque eu aprendo a ler partituras”. (Respostas do Aluno 13); “Porque tocar dentro em sala de aula é legal”. (Respostas do Aluno 14); “Porque essa é a única escola que tem aula de música e eu estou muito satisfeita”. (Respostas do Aluno 15); “Porque você aprende mais uma atividade só que de um jeito diferente mais divertido”. (Respostas do Aluno 17).

Quando questionados se querem que as aulas de música continuem sendo ofertadas no próximo ano na escola, todos eles assinalaram que ‘*Sim*’; portanto, com a unanimidade ficam evidentes os bons resultados do trabalho realizado, tendo em vista a satisfação dos alunos por fazerem parte dessa unidade escolar a qual realiza essas atividades tão prazerosas.

Chamamos a atenção para o fato de que assinalou ‘*sim*’ até mesmo o aluno cuja preferência por música não foi afirmativa; o que pode ser entendido como um sinal de boas expectativas para o seguinte ano, tendo em vista sua justificativa, em conversa informal, quando alegou que talvez por ainda frequentar o 3º ano do Ensino Fundamental não esteja

maduro o suficiente e por isso tem esperança de aprender a tocar algum instrumento no próximo ano letivo.

A seguir, apresentamos algumas justificativas que defendem a permanência do ensino de música para o ano seguinte.

Tabela 5 - (questionário do aluno) - aplicado a crianças de 8 a 10 anos de idade, matriculadas do 3º ao 5º ano

Justificativas que defendem a permanência do ensino de música para o ano seguinte
“Só porque a gente vai para o 6º ano não pode parar a música, tem que continuar”. (Respostas do Aluno 2). Observação: O aluno deu sua opinião dessa forma, porque as duas escolas do município que oferecem o Ensino Fundamental ciclo II, são estaduais e ambas não oferecem o ensino de música.
“Porque não só eu mais várias pessoas também gostam da música seja de qualquer jeito, você se diverte e entra na brincadeira”. (Respostas do Aluno 4).
“Para que os outros alunos tenham oportunidade”. (Respostas do Aluno 5).
“Sim, porque as pessoas aprendem a ler partitura, tem criança que não sabia cantar, hoje sabe, mas foi através da aula de música”. (Respostas do Aluno 8).
“Para adquirir mais conhecimentos musicais”. (Respostas do Aluno 16).
“Sim, porque se os outros querem também tocar”. (Respostas do Aluno 20).
“Sim, porque as outras crianças podem querer tocar instrumentos e aprender sobre música”. (Respostas do Aluno 22).

Ao relacionar o ensino musical com as demais disciplinas, quando questionadas se realmente acreditam que ao aprenderem a música também aprendem leitura (Língua Portuguesa) e raciocínio lógico (Matemática), as crianças responderam: “Sim, além de aprender música eu estou aprendendo várias matérias” (Respostas do Aluno 1); “Sim, porque você fica concentrado e consegue ler” (Respostas do Aluno 5); “Sim, porque nosso aprendizado se desenvolve” (Respostas do Aluno 6); “Sim, porque aprender as notas de música é muito difícil é igual a matéria de matemática, porque essa matéria é muito difícil igual umas contas” (Respostas do Aluno 8); “Sim, porque a música faz nós aprendermos ritmo, a intensidade, a altura, as partituras e os instrumentos” (Respostas do Aluno 10); “Sim, porque a partir do momento que eu aprendo música, eu consigo aprender outras coisas” (Respostas do Aluno 13); “Sim, porque a música, matemática e leitura tem que ter raciocínio” (Respostas do Aluno 14); “Bom é diferente mas, é um momento que a gente para de escrever para se divertir cantando, é uma forma legal de aprender” (Respostas do Aluno 17); “Sim, porque a partir da música eu acho que entra ciências e português” (Respostas do Aluno 21);

“Sim, porque ela dá o poder da gente aprender matemática, língua portuguesa e outros tipos de atividades” (Respostas do Aluno 22).

De acordo com aspectos levantados a partir das respostas dos alunos, podemos identificar que relacionam a aprendizagem musical com as disciplinas escolares, como a Língua Portuguesa, Ciências e principalmente a Matemática, as quais, segundo eles, apresentam semelhante nível de dificuldade, já que para desenvolver essas habilidades é necessário empenhar muita atenção, concentração, raciocínio lógico e às vezes silêncio. Dessa maneira, destacam a importância do ensino de música, que contribui para o bom rendimento escolar, nas demais disciplinas do currículo.

Tabela 6 - Respostas à pergunta 10 (questionário do aluno) - aplicado a crianças de 7 a 10 anos de idade

Você participa de algum grupo de música, formado apenas pelos alunos da escola?	
Sim () Não () Quais grupos?	
Sim	Não
16 alunos	06 alunos
Quais grupos?	
	-
Canto e coral	03
Orquestra da escola	10
Orquestra caipira	03
Total de alunos	22

Tabela 7 - Respostas à pergunta 11 (questionário do aluno) - aplicado a crianças de 7 a 10 anos de idade, matriculadas do 3º ao 5º ano

Os alunos foram solicitados a responder se em outros lugares, tais como casa, igreja, comunidade, outros projetos, participam de atividades ou têm contato com a música	
Onde participam?	Número de alunos
Em casa (ouvir, cantar)	06
Igreja	06
Facmol	06
Orquestra caipira	04
Total de alunos	22

Para finalizar esta etapa desenvolvida com os alunos, fizemos a seguinte pergunta: ‘Tem algo a declarar sobre o ensino de música em sua escola? (Críticas elogios, opiniões, sugestões)’ e apresentamos aleatoriamente as seguintes respostas:

Tabela 8 – (questionário do aluno) - aplicado a crianças de 8 a 10 anos de idade, matriculadas do 3º ao 5º ano

Críticas, Elogios, Opiniões E Sugestões
“Elogio aos professores”. (Respostas do Aluno 2).
“Sim, é legal merece nota 10”. (Respostas do Aluno 3).
“Sim, elogio as aulas de música”. (Respostas do Aluno 4).
“Elogio as aulas e os professores”. (Respostas do Aluno 5).
“Eu elogio o professor por ensinar e a me ensinarem a tocar e dançar também”. (Respostas do Aluno 7).
“Elogios, porque os professores são muito educados e não são mal educados”. (Respostas do Aluno 11).
“Elogio aos professores que são especiais”. (Respostas do Aluno 12).
“Eu elogio os professores de música pelo trabalho com nós”. (Respostas do Aluno 14).
“Elogios porque eu gosto da aula”. (Respostas do Aluno 15).
“Elogios as aulas”. (Respostas do Aluno 16).
“Bom são elogios que continue a aula de música, pois é uma diversão na escola”. (Respostas do Aluno 17).
“Agradeço os professores e a escola pelas aulas de música, que são demais”. (Aluno 18).
“Só elogios para o professor do 5º ano, que sabe ensinar a todos”. (Aluno 19).
“Só agradecer, porque a música já faz parte de minha vida, obrigado”. (Aluno 20).
“Só elogios, porque tem que continuar par ao ano que vem”. (Aluno 21).

Ao considerarmos a opinião dos alunos, podemos evidenciar que os vários argumentos favoráveis, o respeito e a admiração exaltam a qualidade e o valor das aulas oferecidas diariamente na unidade, assim como demonstram sobremaneira o merecido reconhecimento pelo trabalho dos profissionais monitores de música.

f) O ensino de Música segundo a visão dos pais

Iniciado o trabalho de pesquisa com pais, mães ou responsáveis definida na tabela a seguir como ‘Respostas pais’ do número 1 ao 10 (quantidade de pais participantes). Foi proposta uma questão importante para iniciar esta etapa da pesquisa: ‘Você sabia que no período vespertino, no tempo integral, a escola oferece aulas de Iniciação Musical e Instrumental?’. Os dez pais responderam que ‘*Sim*’, pelo fato de ser algo muito presente na

realidade da escola, até mesmo do município todos têm o conhecimento do desenvolvimento das práticas musicais desenvolvidas.

Em seguida aos pais foram questionados sobre o motivo pelo qual matricularam o(a) filho(a) em uma escola de Tempo Integral. As justificativas apontam para o fato de que essa modalidade de ensino proporciona atividades extras, e a maioria dos pais se revelaram atraídos principalmente pelo fato de os filhos poderem desfrutar das atividades musicais oferecidas, por terem mais tempo de aprendizado na escola, e terem a oportunidade de aprimorar os seus conhecimentos, pois o aluno matriculado no período integral pode participar de atividades acadêmicas, esportivas, artísticas, de extrema importância para sua interação social.

O envolvimento dos pais na vida escolar da criança propicia inquestionável contribuição para seu desenvolvimento. Todos foram indagados se os(as) filhos(as) comentam em casa a respeito das aulas de música, se eles gostam, se participam de todas as atividades propostas em sala. Essa questão torna-se pertinente, pelo fato de se investigar se realmente existe esse diálogo entre as crianças e os pais dentro de casa. Isso pode ser observado nas respostas ao questionário, onde os pais evidenciaram que existe uma interação com os filhos sobre o que é aprendido durante as aulas de música. Os progenitores relataram os comentários dos filhos acerca de sua participação nas atividades propostas; ademais, pontuam que os mesmos demonstram gostar imensamente das aulas de música; mencionam haver ali aprendizado constante, com relevantes e diversificadas formas de ensinamento. Importante destacar: a satisfação dos educandos é tamanha que, ao chegarem a suas casas, sentem-se entusiasmados a ponto de quererem ensinar aos pais os novos conceitos musicais adquiridos em sala de aula.

A escola investigada valoriza muito o desempenho de cada aluno, de tal modo que convida os alunos destaques a participarem de grupos formados dentro da escola, ou até mesmo externamente. Foi perguntado aos pais, se o(a) filho(a), toca algum instrumento musical, e participa de grupos musicais, banda, orquestra, grupo de canto coral. Ocorreram as seguintes respostas: Três pais justificaram que pela idade, e por ainda estarem no 2º ano do Ensino Fundamental, as três crianças ainda não aprenderam a tocar um instrumento específico, e dessa maneira ainda não participam de determinados grupos. Outros sete pais responderam que ‘Sim’, as crianças sabem tocar instrumentos como, por exemplo: violão, viola, violino, saxofone, clarinete, flauta transversal e percussão. Todos participam da Orquestra formada pelos alunos da escola, são integrantes da ‘Orquestra de Sopros e

Percussão’ – FACMOL, e também da ‘Orquestra Caipira’ (violão e viola), do município. Todos os pais afirmaram acompanhar os filhos em apresentações na escola, ou em outros lugares públicos na cidade. Até mesmo os pais de alunos que ainda não são integrantes de algum grupo, pois acreditam que estar presente e prestigiar todos os eventos musicais é uma forma de incentivar todas as crianças envolvidas no projeto de musicalização.

É inegável que a música exerce a função de fonte de prazer em todos os lugares, para pessoas de qualquer idade, mas esse tipo de ensino para as crianças trata-se de algo que pode contribuir para seu desenvolvimento pessoal e emocional. A seguir, apresentamos a tabela 7, onde constam as opiniões dos pais acerca da educação musical:

Tabela 9 – Opinião dos pais acerca da educação musical

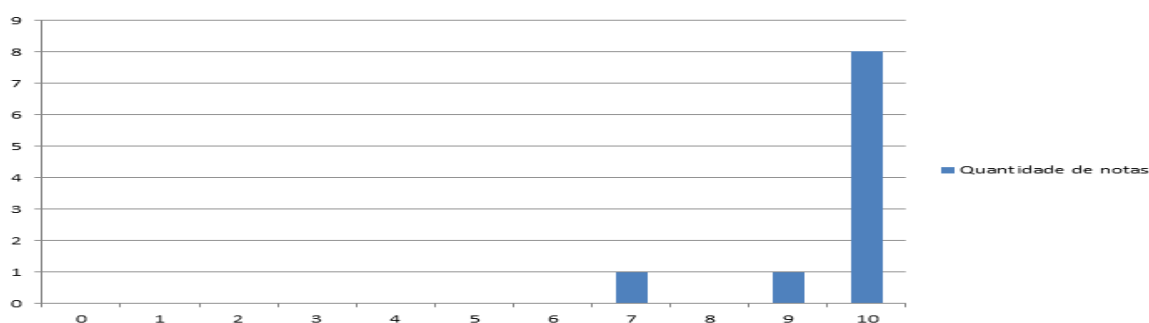
Respostas dos pais	
Em sua opinião, qual a importância da educação musical para o desenvolvimento das crianças?	É importante no desenvolvimento em vários aspectos individuais e sociais. (Respostas pais. 1).
	Ajuda no desenvolvimento das crianças e aprende várias atividades no seu dia a dia. (Respostas pais. 2).
	Ajuda bastante no desenvolvimento e crescimento intelectual e comportamental. (Respostas pais. 3).
	Para o desenvolvimento da criatividade, sensibilidade, raciocínio, inter-relações, além de promover relaxamento das crianças. (Respostas pais 4).
	A música é um poderoso instrumento que aumenta na criança além da sensibilidade a audição, qualidades como: concentração, coordenação motora, respeito a si próprio e aos outros e inúmeras qualidades. (Respostas pais. 5).
	Ajuda muito eles aprender mais se dedicar bastante nas aulas. (Respostas pais. 6).
	Aprendizagem para o futuro. (Respostas pais. 7).
	Muito bom para a coordenação motora. (Respostas pais. 8).
	Super importante, a música é um dos melhores caminhos para a nossa juventude. (Respostas pais. 9).
	A educação musical é importante sim. Não deixa de ser também uma das culturas de nosso país. (Respostas pais. 10).

Alguns pesquisadores mencionados em citações de capítulos anteriores afirmam que as crianças as quais conseguem desenvolver certas habilidades musicais, como por exemplo, tocar um instrumento, têm mais facilidade para aprender as demais disciplinas escolares, como Língua Portuguesa (leitura e escrita) ou Matemática. Os pais foram inqueridos se tinham conhecimento a respeito dessas informações, e cinco responderam não conhecer. Já

outros cinco pais, justificaram que ‘*Sim*’ e acrescentaram: “Sim, tenho, e isso é muito bom para o desenvolvimento deles” (Respostas pais. 2); “Acredito que sim, pois precisa de bastante atenção e dedicação como para aprender tais matérias” (Respostas pais. 8); “Eu concordo, a música como forma de propiciar aos alunos o entendimento e o desenvolvimento geral” (Respostas pais.4); “Com certeza, desenvolve o raciocínio” (Respostas pais. 1); “Sim, o raciocínio, a disciplina, equilíbrio emocional e outros atributos” (Respostas pais. 5).

Propomos nesta questão que os pais contabilizassem uma nota de 0 a 10, assim como poderá ser observado claramente no gráfico a seguir. Essa pergunta foi pertinente para medir o nível de satisfação dos envolvidos na pesquisa, em relação à qualidade da oferta do Ensino de Música oferecida na unidade. Cada participante assinalou a nota que acha coerente de acordo com sua opinião, tendo ainda, a possibilidade de justificar o motivo de ter dado a nota escolhida, sem que fosse obrigado a fazer isso.

Gráfico 2- Relação das notas dadas por cada pai, mãe ou responsável para o ensino de música
Dê uma nota de 0 a 10 para o ensino de música que é oferecido na escola.



Ao Analisar as respostas dos pais, podemos identificar as seguintes justificativas, de acordo com a quantidade de notas descritas pelos participantes que formaram o gráfico apresentado, e podemos perceber que apenas um assinalou nota sete (7), com a seguinte justificativa: “Com objetivo de mais envolvimento principalmente nas comemorações cívicas ou religiosas” (Respostas dos pais 4). A única nota (9), assinalada para o ensino de música ofertado tem a seguinte justificativa por parte do pai: “Acho bom as crianças aprender ter mais conhecimentos porque muitos dos pais não pode pagar aulas particular” (Respostas dos pais 6).

E por fim, foram assinaladas oito notas 10, todas elas no sentido de apoiar a oferta do ensino, justificado com os seguintes argumentos: incentivo a autoestima dos alunos; oferecer o ensino da cultura nacional do país; auxílio considerável no ensino-aprendizagem nas demais disciplinas do currículo escolar.

Destacam o comprometimento dos professores educadores musicais; exaltam o tipo de ensino de alto nível, transmitido de maneira eficaz e eficiente, para todos os alunos, de tal modo a contribuir sobremaneira para a melhoria das questões disciplinares; favorecer a interação entre todos os envolvidos no processo e por fim, apresentar a real possibilidade de, futuramente, os aprendizes exercerem a função de professor de música e retirarem seu sustento da profissão.

Em relação ao questionamento acerca da permanência do ensino de música na escola no próximo ano, a opinião dos participantes é de extrema importância, pelo fato de 100% dos pais terem respondido sim, e terem justificado os motivos pelos quais votaram pela permanência das aulas de música na escola.

Abaixo, todas as respostas dos pais que justificam o porquê de optarem pela permanência do ensino de música na escola para o próximo ano.

Tabela 10 - Respostas dos pais que optaram pela permanência do ensino de música na escola

Respostas dos pais	
O ensino de música deve continuar ser oferecido o ano que vem na escola?	Sim às vezes nem todos os alunos teria condições de pagar uma faculdade de música, e muitos mestres da música começaram assim. (Respostas pais. 1)
	As crianças gostam bastante, e somente aqui a maioria dos alunos terão esta oportunidade. (Respostas pais. 2).
	Sim, é muito importante para todas as crianças. (Respostas pais. 3).
	Sim, com mais disciplina, expansão do conhecimento através da experimentação das sonoridades, como elemento formador do indivíduo. (Respostas pais 4).
	Sim, nota dez. (Respostas pais. 5).
	Sim, pois estimula bastante eles no aprendizado. (Respostas pais. 6).
	Sim para que meu filho e outras crianças possam ter aprendizagem de tocar esses e outros instrumentos musicais e ter melhoras na educação. (Respostas pais. 7).
	Sim, pois segundo o meu filho a partir do 4º ano eles começam a aprender tocar os instrumentos. E ele não vê a hora de chegar o próximo ano. (Respostas pais. 8).
	Educação musical deveria ser obrigatória para toda escola. Pois melhora o raciocínio e entrosamento. (Respostas pais. 9).
	Sim, para incentivar as crianças a participar do aprendizado para sua vida. (Respostas pais. 10).

Ao finalizar esta etapa da pesquisa com os pais, todos foram solicitados para deixar elogios, críticas, sugestões, a respeito do trabalho desenvolvido pelos professores monitores de educação musical da escola. Oito pais deixaram sua opinião sobre esse item questionado.

Tabela 11 - Elogios, Críticas, Sugestões, a respeito do trabalho desenvolvido pelos professores monitores de educação musical da escola

Respostas dos pais	
CRÍTICAS, ELOGIOS, E SUGESTÕES, A RESPEITO DO TRABALHO DOS PROFESSORES MONITORES DE	“Eu deixo aqui o meu muito obrigado. Parabéns pelo empenho e dedicação apresentado para o meu filho”. (Respostas pais. 1).
	“Deveria iniciar junto com ás aulas, pois tem anos que demora um pouco, e ter professores substitutos em caso de faltas”. (Respostas pais. 2).
	“Estão todos de parabéns, pois as crianças aprendem e gostam das aulas”. (Respostas pais. 3).
	“Utilizar a música como parceria, investindo nas suas características mobilizadoras para atrair e fazer crescer, trabalhando a memória, imaginação, comunicação verbal e corporal”. (Respostas pais. 4).
	“Não tenho o que reclamar pra mim tá ótimo”. (Respostas pais. 6).
	“Nota 10 para os professores”. (Respostas pais. 7).
	“Muito bom ótimo”. (Respostas pais. 8).
	“Eles deveriam dar instrumento ou pedir para as crianças levarem para eles estarem participando das aulas de música, as aulas deveriam ser mais vezes durante a semana”. (Respostas dos pais. 10).

Observa-se na ‘*Resposta dos pais 2*’, que relatou o fato de as aulas de música não iniciarem juntamente com as aulas do ensino regular. A primeira observação é justificada pelo fato de necessitar anualmente da renovação do contrato firmado com a empresa, já mencionado anteriormente. Dessa forma é necessário aguardar a aprovação da verba, pela câmara municipal e pelo prefeito. E em seguida atenta para o fato de não ter professores substitutos quando ocorrem as faltas dos monitores de música. Isso ocorre porque todos os professores são músicos da Orquestra, e dentre os objetivos propostos no contrato, um deles é que devem se apresentar no município em determinadas festividades locais - fato não muito corriqueiro - e dessa maneira as crianças não são prejudicadas, pois ocorre a reposição dessas aulas.

Para finalizar, foi solicitado aos pais dos alunos que deixassem mais algum comentário, críticas, elogios, sugestões que pudessem acrescentar algo para auxiliar no processo de oferta do ensino de música na rede municipal de ensino de Pereira Barreto/SP. Como forma de contribuição, e com autorização dos participantes, a partir de uma perspectiva

de uma proposta de ensino público com gestão democrática e participativa, as respostas foram entregues à Secretária Municipal de Educação e à equipe gestora da escola pesquisada. Abaixo, apresentamos os comentários dos pais.

Tabela 12 - Elogios, Críticas, Sugestões que possam contribuir para a oferta do ensino de música.

Respostas dos pais	
Críticas, elogios, sugestões, que possam contribuir para a oferta do ensino de música	Apenas que continuem com as aulas, porque a partir deles surgirá novos músicos, cantores, professores etc. (Respostas pais. 1).
	Agradecer e parabenizar, pois tratam com bastante carinho, e ensinam valores aos alunos, levam muito a sério este trabalho. Obrigada. (Respostas pais. 2).
	Apenas acho que a música tem que ser desenvolvida para alunos que gostem espontaneamente, sem obrigatoriedade, quanto ao ensino esta muito bom. (Respostas pais. 3).
	Os alunos devem sentir que estão “fazendo música”, e o quanto é prazeroso colocar suas personalidades nestas produções, sentir-se envolvidos nesse processo musical, brincando se divertindo e aprendendo. (Respostas pais 4).
	Hoje dependemos muito de rede sociais e jogos eletrônicos, crianças jovens e adolescentes precisam muito de disciplina, atitude e entrosamento. Através da música acredito que aprendemos ter respeito ao próximo. (Respostas pais. 6).
	Seria bom se as empresas de nossa cidade pudessem colaborar com doações de instrumentos para que pudessem ser sempre renovados, e disponibilizados para as crianças das séries iniciais. (Respostas pais. 8).
	Acredito que as aulas contribuem muito par ao aprendizado das crianças, mas desde pequenas elas deveriam ser incentivadas a tocar instrumentos musicais, no 2º ano eles não tocam. (Respostas pais. 10).

Acerca sobre a necessidade de continuidade das aulas de educação musical na escola e até mesmo, sua possível ampliação para demais unidades escolares do município, dependerá principalmente de investimentos na Educação pública, que deverá ter o orçamento previsto para o próximo ano. Diante da atual conjuntura política e econômica em que o país se encontra, fica difícil afirmar se este tipo de investimento permanecerá como prioridade para a administração pública local. Fatos que não prejudicam em nada a opinião dos pais e responsáveis pelos alunos, que são enfáticos em defender a permanência desse tipo de ensino.

Acredita-se que a aprovação da Lei nº 11.769/08 sobre o ensino de música trouxe vida nova para todo o contexto escolar da unidade pesquisada, pois foi praticamente uma unanimidade, conforme se observa nos relatos analisados neste item. A oferta dessa importante política pública dentro da escola tenta sanar ou pelo menos minimizar a carência

cultural que a classe mais baixa sofria nessa localidade. A esperança é que propostas semelhantes a essa possam ser compartilhadas cada vez mais, para o bem da escola pública brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo precípua do presente trabalho foi analisar a oferta do Ensino de música em uma escola pública municipal de Educação Básica, anos iniciais do Ensino Fundamental – EMEB. Comendador Hirayuki Enomoto, na cidade de Pereira Barreto, interior do Estado de São Paulo. A pesquisa focou a “Iniciação Musical e Instrumental” como disciplina escolar do currículo da referida escola, com intuito de discutir a importância da inserção dessa modalidade de ensino no processo de escolarização de crianças.

A construção desta dissertação permitiu conhecer, a partir de uma nova ótica, a importância da música dentro do espaço escolar; as muitas contribuições teóricas para o campo da educação, cultura e arte. Foi ainda possível analisar todas as vantagens que o Ensino de música ofertado de forma lúdica, ao lado de várias disciplinas curriculares, apresenta resultados significativos dentro da escola de Educação Básica.

Por meio de aplicações de questionários, entrevistas semiestruturadas e observações em sala de aula, buscou-se compreender de que forma o ensino de música se relaciona com os princípios da Educação Integral no Ensino Fundamental, que faz parte do currículo da escola, e assim como as demais disciplinas buscam contribuir para o ensino aprendizagem de todos os alunos.

Toda a equipe gestora, a Secretária de Educação e as professoras pedagogas relataram todos os benefícios que esse tipo de ensino trouxe para o ambiente escolar, pois acreditam que assim como as demais disciplinas curriculares, o ensino de música contribui para a alfabetização e a construção de valores sociais nas crianças. Consideram ainda que o ensino de música integra outras disciplinas e pode ser trabalhada a interdisciplinaridade, algo tão almejado dentro do espaço escolar, e que traz contribuições significativas quando é proposta de forma coerente, organizada e bem planejada.

Gardner (1983), quando descreve em seu trabalho as inteligências múltiplas, justifica que a música auxilia no desenvolvimento e na compreensão das demais disciplinas escolares; assim, essa escola objeto de estudo comprova essa perspectiva do autor. Nesse sentido, os professores educadores musicais apontaram como a Música pode desenvolver a sensibilidade humana, a inteligência musical, a desinibição e principalmente a contribuição cultural que pode trazer para os sujeitos participantes de todo esse processo, ou seja, todo o desenvolvimento da subjetividade da criança é construído a partir de sua inserção nas atividades musicais, pois essa prática tem como intento contribuir para constituição do ser

humano, por meio do processo de ensino/aprendizagem, pelo fato de trabalhar a interdisciplinaridade do currículo escolar.

Dessa maneira, foi possível constatar que a partir do ensino de Música, as crianças passaram a ter mais noções de higiene, de Matemática e de leitura, ou seja, essa metodologia contribui sobremaneira para promover a formação da criança de forma mais holística; desenvolver a sua capacidade criativa de se expressar e de se constituir como sujeito pertencente à determinada cultura.

As opiniões dos educadores musicais, os fatos relatados e suas narrativas coadunam com as suas próprias histórias de vida, ou seja, advindos de famílias carentes muitas vezes com muitas dificuldades, apostaram todo seu conhecimento e talento no desenvolvimento da prática musical. Essa trajetória, de certa forma, serve como parâmetro para seus alunos, os quais se miram no exemplo dos mestres com o pensamento voltado para o futuro próximo.

Nesta investigação, buscaram-se informações sobre o ensino de música ofertado no Ensino Fundamental; foram observadas quais as atividades significativas e quais suas finalidades dentro da escola; foram questionados diretamente os sujeitos envolvidos em todo este processo. O que mais ficou em evidência na escola observada é a questão de toda comunidade escolar apoiar o ensino de música ali ofertado, pelo fato de mudar a realidade de muitos alunos, e principalmente de suas famílias que há alguns anos atrás, não tinham conhecimento desse importante meio de transmissão de cultura desenvolvido a partir da música. Em síntese, todos os dados apresentados revelam uma diversidade de opiniões, que não divergem em seu resultado final, a exaltação a essa importante prática de ensino.

É importante ressaltar neste momento, que os dados levantados e apresentados neste trabalho, que tem como foco as aulas de música no ambiente da escola pesquisada, são frutos de opiniões e narrativas de caráter extremamente pessoais de participantes que, conforme já foi explicado anteriormente, se propuseram a contribuir com o trabalho e apresentarem seus relatos e opiniões sobre as atividades musicais realizadas dentro da escola pública.

Desde o ano de 2009 o acesso ao ensino de música foi garantido aos alunos da unidade escolar e atingiu de forma significativa os educandos das classes mais baixas, os mais necessitados desse tipo de oferta. Cabe aqui salientar, que houve a intersecção dessa oficina de música com as demais oficinas, no intuito de oportunizar a inserção dos alunos em atividades práticas e corriqueiras de sua cultura regional e local, tendo em vista o fato de terem sido identificadas, em estudos realizados no período de 2000 a 2014, claras evidências de implementação de políticas públicas dos governos federal, estaduais e municipais, voltadas

para a formação da cidadania desses sujeitos, que por longos períodos foram impedidos de participarem ativamente de atividades culturais dentro da escola.

Podemos pensar neste trabalho inserido em um processo histórico desenvolvido a partir de modelos de políticas públicas que interferiram diretamente na área de humanas: das artes, da literatura, da Sociologia, da Filosofia, ou seja, esse processo adotado pela escola é caracterizado dentro de um contexto da social democracia, caracterizada por investimentos do Estado voltados para as questões social, cultural, do desenvolvimento estrutural do país, e de direitos a diversos grupos sociais com intuito de fomentar sua humanidade.

A qualidade do ensino ofertado foi primordial para que pudéssemos chegar a este momento da pesquisa levando em consideração todo o trabalho desenvolvido pelos professores educadores musicais, os quais se destacaram como excelentes profissionais durante toda a etapa de análise sistemática das narrativas dos participantes.

O percurso histórico da Educação musical no Brasil demonstrou claramente as dificuldades que perpassaram durante anos essa prática escolar retirada em várias épocas da população mais pobre. Hodiernamente esse fato ainda ocorre, pois as legislações não são cumpridas de modo a beneficiar a parcela mais carente da população. Na contramão dessa situação, os governantes e os legisladores, em sua maioria, trabalham com o pensamento voltado para si, com o propósito de angariar benefícios em prol de seus próprios interesses.

Vale salientar que vivenciamos um tempo em que os direitos das crianças de escolas públicas têm sido retirados, sobretudo em relação às atividades expressivas de arte e cultura. Do ano de 2016 pra cá, é possível perceber que têm sido ignorados pelos governantes, os quais não têm se preocupado com a classe economicamente mais carente do país. Essa perspectiva de ensino diante da atual conjuntura política do país pode ser considerada um processo de ‘resistência’ da escola diante dessa esteira ultraliberal que cada vez mais tem adquirido forças, ou seja, tem se intensificado o retrocesso das políticas públicas educacionais no tocante à retirada de direitos que irá impactar no campo da arte, onde se faz presente o ensino de música.

No contexto contemporâneo, para os legisladores adeptos do neoliberalismo, essas disciplinas relacionadas à constituição do ser humano têm sido consideradas elementos que atrasam a inserção do sujeito no mercado de trabalho; portanto, fica evidente a intenção de mudança dos referenciais curriculares na educação básica, como: ensino a distância, Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio (BNCC) que propõe claramente em seus textos a retirada dos conteúdos disciplinares da área de humanas.

Contrário a essa perspectiva de retrocesso na educação pública, podemos considerar esse processo desenvolvido dentro da referida escola como uma ação que visa à formação integral holística do indivíduo, preocupada com a questão de sua humanidade, de seus espaços de liberdade, mas também comprometida com a sua inserção na sociedade de uma forma humanizada, não pautada somente em uma racionalidade instrumental.

Diante do exposto, defendemos a continuidade da “Iniciação Musical e Instrumental” na escola pública de Pereira Barreto/SP, sobretudo pelas contribuições reais que a música trouxe para dentro da escola; pelos resultados positivos obtidos na execução do projeto ao longo dos anos e também pela importância em garantir aos alunos da rede municipal de ensino, uma forma diferenciada de ensinar e aprender. A partir dos resultados obtidos, poderemos propor mecanismos que possam garantir a permanência, ou até mesmo a ampliação da oferta do ensino de música em demais anos, ou níveis da educação básica.

Fato que justifica a continuidade do projeto de musicalização na escola são as aulas desenvolvidas dentro do espaço escolar, após o encerramento do horário regular, ou seja, no contraturno escolar, ter em suas listas de chamada cerca de 100 alunos matriculados espontaneamente, pois se trata do número máximo de vagas ofertadas para essas aulas, que ocorrem toda semana as terças e quintas-feiras, das 15h30min às 16h20min. É oferecida apenas essa quantidade de vagas, proporcional à quantidade de professores monitores de música contratados. Caso fosse aumentado o número de alunos, haveria prejuízo para a qualidade das aulas.

Diante do exposto, o envolvimento dos pais e alunos com todo este processo educacional, é imensurável, pelo fato de existir uma lista de espera de alunos que têm interesse em participar dessas oficinas complementares de musicalização instrumental; portanto, podemos afirmar que essa prática de ensino tornou-se uma realidade dentro da comunidade local.

Propomos aqui que sejam oportunizados outros espaços para suprir o período de atendimento da escola pública e ao mesmo tempo contribuir para promover a educação musical e artística, seu ingresso e, principalmente sua permanência e sucesso na escola, de acordo com a perspectiva da Lei federal nº 11.769/08, de 18 de agosto de 2008, que embora tenha sido alterada, foi considerada pelos especialistas e estudiosos dessa área como o marco mais importante para esse tipo de ensino no Brasil.

Divulgar o trabalho realizado na escola municipal de Pereira Barreto/SP e utilizá-lo como exemplo a ser seguido referente à oferta do Ensino de música passa ser um importante

desafio para o futuro, pois como um pesquisador iniciante, devo dar continuidade a essa divulgação, com a intenção de demonstrar a todos o sucesso ocorrido na unidade escolar. Dessa maneira, práticas semelhantes poderão ser criadas nos diversos ambientes escolares do país que não ofertam esse tipo de ensino. O modelo qualitativo de análises de dados desenvolvido neste trabalho pode ser considerado também como base para futuras pesquisas relacionadas ao campo de estudos.

O estudo foi considerado importante para a área e atual momento do ensino da Arte no Brasil, inclusive da Música, como componente curricular obrigatório nos diversos níveis da Educação Básica, de forma a favorecer o desenvolvimento cultural dos estudantes.

A pesquisa com essa temática é de suma importância, tendo em vista a obrigatoriedade da implantação do ensino de música em todas as unidades de educação básica do país, pelo fato de ter ficado evidente que na maioria das unidades escolares de Ensino Fundamental não está sendo cumprida a determinação legal; ou seja, o presente estudo irá contribuir para que pessoas ou órgãos federativos apreciem de forma coerente todas as práticas descritas durante todo o trabalho. O estudo tem por objetivo fornecer, a partir do texto final, dados para posteriores análises e discussões para especialistas da área de música, pesquisadores, professores, equipes gestoras de escolas municipais, estaduais, federais ou particulares, e gestores públicos que tenham o interesse de apreciar uma leitura significativa acerca da oferta do ensino de música na escola pública.

Para que essa situação seja revertida de forma eficaz em prol da população, será necessária vontade política dos novos gestores públicos que foram eleitos, e quiçá façam empenho frente às novas instituições de ensino e dos sujeitos da educação.

Por fim, espero ter conseguido demonstrar as práticas musicais presentes dentro das aulas na escola de Educação Básica, com o intento de fortalecer e incentivar cada vez mais a presença desse tipo de ensino, por acreditar cada vez mais que a música precisa ser fortalecida dentro do ambiente escolar, para cumprir seu papel efetivo na formação cultural e integral do aluno da rede pública.

REFERÊNCIAS

- ALVES- MAZZOTI, Alda Judith, GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais**. Pesquisas Quantitativa e Qualitativa. 2. ed. São Paulo: Editora Pioneira; Editora Thomson Learning, 2001.
- AMATO, R. C. F. **Capital cultural versus dom inato**: questionando sociologicamente a trajetória musical de compositores e intérpretes brasileiros. *Opus*, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 79-97, jun. 2008.
- AZEVEDO, Fernando de. O Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 65, 1984.
- BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. **A educação musical nas séries iniciais do ensino fundamental**: olhando e construindo junto às práticas cotidianas do professor. 2000. 180 f. Tese (Doutorado em Música) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- _____. A formação profissional do educador musical: algumas apostas. **Revista da ABEM**. Porto Alegre, v. 8, 17-24, mar. 2003.
- _____. **Formação de professores e educação musical**: a construção de dois projetos colaborativos. *Revista Educação*, Santa Maria, UFSM, v. 28, n. 2, 2003. p. 32.
- BOURDIEU, P. **Capital cultural, escuela y espacio social**. Siglo XXI editores, México, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versão.revista.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2017.
- BRASIL. Série Mais Educação. **Educação Integral**. Texto referência para o debate nacional. Brasília, 2009d.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: arte**/ Secretaria de Educação Fundamental – Brasília? MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes curriculares para os cursos de formação de professores - CNE**. [on line]. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>, [2001].
- BRASIL. **Manual de Educação Integral para Obtenção de Apoio Financeiro Através do Programa Dinheiro Direto na Escola** – PDDE. Brasília, 2009.
- _____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. **Lei nº 11.769**, de 18 de agosto de 2008. Brasília, DF, 2008, que trata da obrigatoriedade do ensino de música na educação básica. Educação Musical Escolar. **Salto para o futuro**. Ano XXI. Boletim 08. Jun. 2011.

_____. **Lei nº 13.278**, de 2 de maio de 2016. Brasília, DF, 2016, que altera o Art. 26. §6º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRITO, Teca. **Música na educação infantil**. São Paulo: Peiropolis, 2003.

CAVALIERE, A. M. Educação Integral: uma nova identidade para a escola brasileira? In: **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 23, n. 81, p.247-270, dez. 2002a.

COSTA, Yuri Coutinho Ismael da. Marxismo e educação musical: primeiras aproximações. In: **Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo**. 5, 2011, Florianópolis. Anais. Florianópolis, 2011.

FONTEERRADA, Marisa. T. O. **De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação**. São Paulo: 2 Ed. Unesp, 2008.

_____. **A Música na Escola. Educação Musical: propostas criativas**. São Paulo: Allucci & Associados Comunicações, 2012.

FREIRE, Paulo, (2000). **A educação na cidade**. 4º ed. São Paulo: Cortez.

GAINZA, V. H. de. **Estudos de psicopedagogia musical**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1982.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC. 2008 (Trabalho original publicado em 1973).

_____. **Nova luz sobre a antropologia**. (V. Ribeiro, Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001 (Trabalho original publicado em 2000).

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS – Série Educação à Distância, 2009.

HENTSCHKE, Liane; DEL BEM, Luciana, (2003). **Aula de música: do planejamento e avaliação à prática educativa**. In: _____. HENRSCHKE, L. DEL BEM, L. (Orgs.). *Ensino de música: propostas para pensar e agir em sala de aula*. São Paulo: Ed. Moderna. Cap. 11.

JANNIBELLI, E. D. **A Musicalização na escola**. I. ed. Estado da Guanabara, abril.1972.

JARDIM, Vera Lúcia Gomes. **Os sons da república: o ensino da música nas Escolas Públicas de São Paulo na Primeira República - 1889- 1930**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 2003.

_____. **Da arte à educação - a música nas escolas públicas 1838 – 1971- Tese de Doutorado em Educação: História, Política e sociedade**. São Paulo, 2008. PUC SP.

LOUREIRO, A. M. A. **O Ensino de Música na Escola de Ensino Fundamental**. Campinas: Papyrus, 2003.

MANZINI, Eduardo. José. A entrevista na pesquisa social. São Paulo: **Didática**, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MATEIRO, Teresa da Assunção Novo. **Educação musical nas escolas brasileiras: retrospectiva histórica e tendências pedagógicas atuais**. **Revista Arte-Online**, v.3, mar./ago. 2000.

MOLL, Jaqueline. **A agenda da educação integral: compromissos para a sua consolidação como política pública**. In: MOLL, Jaqueline, et al. Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2009.

MORILA, A. P. **Dando o tom: música e cultura nas ruas, salões e escolas da cidade de São Paulo (1870-1906)** 2004. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho antropológico**. 2. ed. Brasília, Editora UNESP, 2000.

PARO, Vitor Henrique. **A escola de tempo integral: desafio para o ensino público**. Cortez Editora/Autores associados. São Paulo/SP, 1988.

PENNA, Maura. Não basta tocar? Discutindo a formação do educador musical. **Revista da Abem**, Porto Alegre, v. 16, p. 49-56, mar. 2007.

SAVIANI, Dermeval. A educação musical no contexto da relação entre currículo e sociedade. In: **Revista HISTEDBR [On-line]**, n. 1, 2000.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

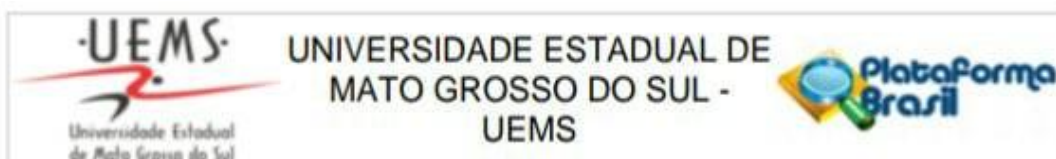
SEBBEN, E. E. **Concepções e práticas de música na escola na visão de alunos da 8ª série do ensino fundamental: as contradições entre o legal e o real**. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Ponta Grossa/PR, 2009.

SNYDERS, George. **A escola pode ensinar as alegrias da música?** São Paulo: Cortez, 1992.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação para a democracia: introdução à administração educacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

_____. **Educação não é privilégio**, Companhia editora Nacional, São Paulo, 1971.

APÊNDICE A – Plataforma Brasil



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O ENSINO DA MÚSICA NA PERSPECTIVA DA LEI 11.769/2008: FAZENDO UMA ANÁLISE DE IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA EMEB. COMENDADOR HIRAYUKI ENOMOTO

Pesquisador: PAULO CEZAR PARDIM DE SOUSA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 65627617.6.0000.8030

Instituição Proponente: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.105.835

Apresentação do Projeto:

O projeto apresenta todos os itens necessários para ser avaliado, com introdução, justificativa, objetivos, fundamentação teórica, cronograma adequado ao tempo, etc.

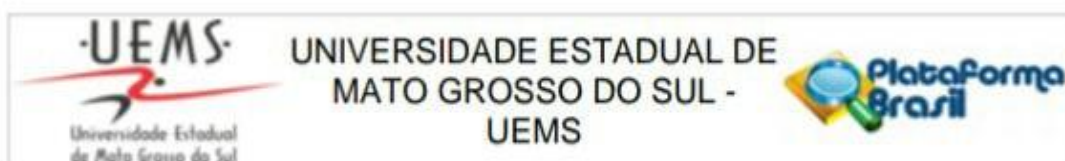
Objetivo da Pesquisa:

Geral: Trazer contribuições para área de educação musical escolar, a partir dos métodos e práticas que auxiliam no desenvolvimento do ensino e aprendizagem dos alunos, a partir das atividades musicais realizadas em sala de aula.

Específicos: 1) Identificar as atividades práticas de expressão cultural, presentes nas aulas de educação musical entre alunos e professores de uma escola de educação básica da rede pública de ensino do município de Pereira Barreto/SP; 2) Produzir subsídios aos docentes, para serem utilizados em outros espaços escolares com ações práticas de educação musical em sala de aula, visando garantir a expressão da música como forma de cultura no meio escolar; 3) Contribuir para a história da educação, dada a importância da educação musical escolar nos anos iniciais da educação básica.

Os objetivos mostram-se adequados à proposta geral do projeto e a sua justificativa de execução.

Endereço: Rodovia Dourados Itahum - Km 12 - Cx:351
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **E-mail:** cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 2.105.835

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios foram apresentados no projeto, no TALE e nos TCLEs previstos para pais e professores.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é extremamente importante, tendo em vista que a obrigatoriedade da implantação do ensino de música não está sendo cumprido na maioria das escolas da educação básica, e conhecer a perspectiva de uma escola que está atendendo a legislação por meio dos envolvidos (alunos, professores, monitores) fornecerá subsídios para uma melhor compreensão deste processo, em um momento em que todos os direitos para as crianças das escolas públicas estão sendo diminuídos. Outro foco e desafio da pesquisa é obter dados que correlacionem o ensino de música com a melhoria dos índices educacionais da escola.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória para a presente pesquisa (TALE, TCLEs) foram apresentados atendendo o que consta na legislação, e ainda o questionário que será aplicado a alunos e professores.

Recomendações:

Atentar para somente entregar o questionário para os alunos responderem após a autorização dos pais/responsáveis por cada criança.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

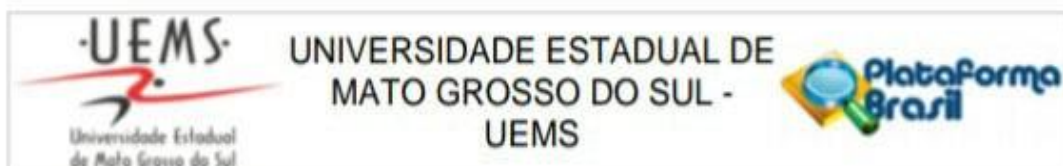
O projeto apresenta todos os dados necessários que atendem ao que está previsto na legislação sobre ética na pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_856389.pdf	23/05/2017 13:06:39		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Tcle.doc	23/05/2017 13:04:24	PAULO CEZAR PARDIM DE SOUSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	Tccle.doc	22/05/2017 18:18:55	PAULO CEZAR PARDIM DE SOUSA	Aceito

Endereço: Rodovia Dourados Itahum - Km 12 - Cx:351
 Bairro: Cidade Universitária CEP: 79.804-970
 UF: MS Município: DOURADOS
 Telefone: (67)3902-2699 E-mail: cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 2.105.835

Ausência	Tccle.doc	22/05/2017 18:18:55	PAULO CEZAR PARDIM DE SOUSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Questionarios.doc	22/05/2017 18:14:34	PAULO CEZAR PARDIM DE SOUSA	Aceito
Outros	Tale.doc	22/05/2017 18:10:39	PAULO CEZAR PARDIM DE SOUSA	Aceito
Brochura Pesquisa	brochura.doc	22/05/2017 18:04:11	PAULO CEZAR PARDIM DE SOUSA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	22/05/2017 17:44:50	PAULO CEZAR PARDIM DE SOUSA	Aceito
Folha de Rosto	F.docx	29/01/2017 15:26:13	PAULO CEZAR PARDIM DE SOUSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

DOURADOS, 07 de Junho de 2017

Assinado por:
Cynthia de Barros Mansur
(Coordenador)

Endereço: Rodovia Dourados Itahum - Km 12 - Cx:351

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 79.804-970

UF: MS

Município: DOURADOS

Telefone: (67)3902-2699

E-mail: cesh@uems.br

APÊNDICE B – Solicitação de autorização para a realização da pesquisa científica

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA MARIA JOSÉ CARNEIRO
DD. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE PEREIRA BARRETO – ESTADO DA SÃO PAULO**

PAULO CÉZAR PARDIM DE SOUSA, portador da cédula de identidade, RG. nº 33.712.407-3 SSP/SP, devidamente cadastrado no CPF sob o nº 338.429.418-11, residente e domiciliado à rua Orlando Milanezi, nº 4307, bairro Colinas do Tietê, neste Município, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, *solicitar autorização para realização da Pesquisa Científica que será desenvolvida na Escola Municipal de Educação Básica (EMEB). Comendador Hirayuki Enomoto.*

Justificativa:- A presente pesquisa fará parte do Trabalho Acadêmico obrigatório (dissertação de Mestrado), com o seguinte título: **O ENSINO DA MÚSICA NA PERSPECTIVA DA LEI Nº 11.769/2008: FAZENDO UMA ANÁLISE DE IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA EMEB. COMENDADOR HIRAYUKI ENOMOTO**, considerando que o Projeto de Pesquisa, foi devidamente autorizado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), e pela Plataforma Brasil, com o parecer substanciado nº 2.105.835 (anexo).

Nestes termos,

Pede e aguarda deferimento.

Estância Turística de Pereira Barreto/SP, aos 4 dias do mês de agosto de dois mil e dezessete.


PAULO CÉZAR PARDIM DE SOUSA
RG. nº 33.712.407-3 SSP/SP

Deferido
04/08/17
M. J. Carneiro

Maria José Carneiro
RG - 5.662.926
Secretária Municipal de Educação


22/08/2017

Meire Cássia da Costa M. Neves
RG. 42.792.900-3
Diretora de Escola

APÊNDICE C – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE**TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TALE**

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa **O ENSINO DA MÚSICA NA PERSPECTIVA DA LEI 11.769/08: Fazendo uma análise de implantação de políticas públicas na Escola Municipal de Educação Básica EMEB. Comendador Hirayuki Enomoto em Pereira Barreto/SP**. Seus pais e/ou responsáveis permitiram que você participasse. Queremos verificar junto aos professores e alunos, se fazendo parte da rotina da escola de Ensino Fundamental ciclo I, o ensino de música contribui para aprendizagem, com novos conhecimentos e valores culturais importantes para o desenvolvimento dos alunos, capaz de contribuir também para a História da educação musical escolar no Brasil.

Todas as crianças que participarão dessa pesquisa têm de 7 a 10 anos de idade aproximadamente. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu não terá nenhum problema se desistir. A pesquisa será feita na própria escola, as crianças irão conversar com o pesquisador onde ele irá explicar que terão que responder alguns questionários e realizarão entrevistas gravadas na própria aula de Educação Musical. Para isso, serão usados questionários e um aparelho de gravador. O uso desse material é considerado seguro, mas é possível que alguns riscos possam ocorrer, como: cansaço, estresse, irritação e outros incômodos.

Para minimizar estes riscos será permitido pausar a entrevista quantas vezes forem necessárias, sempre conversando, orientando, o entrevistado, para que possa assim se acalmar, tomando todas as providências necessárias até que se retome normalmente seu bem estar físico e psicológico para o bom andamento do trabalho, com todas as pessoas envolvidas em totais condições para participação.

Caso aconteça algo errado, você pode me encontrar nos telefones (18) 991500500 e (18) 3704 3079 (Paulo Cezar Pardim de Sousa).

Mas, coisas boas que podem acontecer como, socialização, troca de informação com os colegas e professores sobre o que você sabe sobre o ensino de música. Ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos às outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar as crianças que participarão da pesquisa. Quando terminarmos a pesquisa, será entregue uma cópia da dissertação para a instituição escolar pesquisada. Se você tiver alguma dúvida, você pode me perguntar. Eu escrevi meus telefones na parte de cima desse texto.

Eu _____ aceito participar da pesquisa **O ENSINO DA MÚSICA NA PERSPECTIVA DA LEI 11.769/08: Fazendo uma análise de implantação de políticas públicas na Escola Municipal de Educação Básica EMEB. Comendador Hirayuki Enomoto em Pereira Barreto/SP**, que tem os objetivos acima descritos. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas, que a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir que ninguém vai ficar bravo.

O pesquisador tirou minhas dúvidas e conversou com meus pais e/ou responsáveis. Recebi uma cópia desta via de assentimento, li e concordo em participar da pesquisa.

Pereira Barreto, ____ de _____ 2017.

Assinatura do menor

Assinatura do Pesquisador

Paulo Cezar Pardim de Sousa

Telefone para contato: (18) 991500500 ou (18) 3704 3079

E-mail: paul_01sd@hotmail.com

Comitê de Ética com Seres Humanos da UEMS, fone: (67) 3902-2699 ou cesh@uems.br.

APÊNDICE D – Roteiro de entrevistas dos pais

DATA/.....2018.

NOME COMPLETO: _____

TELEFONE: CELULAR: _____

RESIDENCIAL: _____

EMAIL: _____

- 1) Escolaridade – Até que ano você estudou?
- 2) Estudou somente em escolas públicas municipais e estaduais? Ou frequentou escolas particulares?
- 3) Por que matriculou seu filho (a) em uma escola de Tempo Integral?
- 4) Você sabia que a escola na parte da tarde no período integral, oferece aulas de Iniciação musical e instrumental, semanalmente para seu filho (a)?
- 5) Seu filho (a), comenta em casa sobre as aulas de música? Se ele gosta das aulas? Conta se participa de todas as atividades desenvolvidas?
- 6) Seu filho(a), sabe tocar algum instrumento musical? Qual?
- 7) Ele (a), participa de algum grupo musical na escola, ou até mesmo na cidade? Por exemplo: grupos de canto e canto, grupos de instrumento de cordas: violão, viola, violino ou até mesmo de orquestras. Justifique.
- 8) Você incentiva seu filho (a), participar das aulas? Quando tem apresentação na escola ou em outro lugar no município costuma acompanhar?
- 9) Na sua opinião, qual a importância da educação musical para o desenvolvimento das crianças?
- 10) Tem conhecimento que a criança que aprende tocar um instrumento, ou seja, tem facilidade em aprender música, também terá mais facilidade em aprender leitura, escrita e até a matemática? (Essa informação é comprovada por pesquisadores que afirmam que isso realmente ocorre).
- 11) Dê uma nota de 0 a 10, para o ensino de música que é oferecido na escola.
1- () 2- () 3- () 4- () 5- () 6- () 7- () 8- () 9- () 10- ()
Justifique o porquê deu essa nota:
- 12) O ensino de música deve continuar ser oferecido o ano que vem na escola?
() Sim () Não. Justifique sua resposta.
- 13) Deixe aqui sua opinião a respeito do trabalho desenvolvido em sala de aula, pelos professores monitores de educação musical. (Elogios, críticas, sugestões etc).
- 14) Caso tenha algo mais para acrescentar, para finalizar deixei aqui seu comentário que possa auxiliar no processo de oferta deste tipo de ensino na rede municipal de Educação de Pereira Barreto/SP. (Críticas, elogios, sugestões etc).

APÊNDICE E – AERFAC como: Utilidade Pública Municipal

**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PEREIRA BARRETO**

CNPJ 44.446.904/0001-10 - INSCR. EST. ISENTO

L E I Nº 3.038

“ Declara de Utilidade Pública Municipal a **AERFAC** – Associação Educacional e Recreativa Facmol, órgão representativo da Fanfara Celda Mello Oliveira e dá outras providências. “

WASHINGTON LUIZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal da Estância Turística de Pereira Barreto, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei :-

ARTIGO 1º -Fica declarado de Utilidade Pública Municipal a **AERFAC** – Associação Educacional e Recreativa Facmol, órgão representativo da Fanfara Celda Mello Oliveira, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.130.349/0001-07, com sede na Rua Ceará nº 1.284, Centro, em Pereira Barreto, Estado de São Paulo.

ARTIGO 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.




Prefeitura Municipal da Estância Turística de Pereira Barreto, 29 de Maio de 2001.

WASHINGTON LUIZ DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

APÊNDICE F - Matriz Curricular para o Ensino Fundamental Ciclo I – 2017

	<p>EMEB. COMENDADOR HIRAYUKI ENOMOTO Rua Missao Akissue, 2126 - Pereira Barreto/SP - CEP: 15370-000 Bairro: Jd. Urubupungá - Telefone: 18 3704 4577 - 3704 4767 Prefeitura da Estância Turística de Pereira Barreto</p>
---	--

MATRIZ CURRICULAR PERÍODO INTEGRAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MATRIZ CURRICULAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL – CICLO I – 1º AO 5º ANO

CURSO: ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS – 1º AO 5º ANO - PERÍODO INTEGRAL													
ANO DO EXERCÍCIO: 2017			TURNO: Diurno			MÓDULO: 40 semanas – 200 dias de efetivo exercício							
Carga Horária: 1º ano: 960 h/a anuais – 24 horas / aulas semanais - 2º, 3º, 4º e 5º ANOS: 1.800 h/a anuais – 45 h/a semanais - 09h/aula dia													
Fundamento Legal: Lei nº 9394/96 (LDB)													
BASE NACIONAL COMUM	ÁREA DE CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	NÚMERO DE AULAS					CARGA HORÁRIA/ANO					
	Linguagens e Códigos	Língua Portuguesa	08	08	08	07	07	320	320	320	280	280	
		Arte	02	02	02	02	02	80	80	80	80	80	
		Educação física	02	02	02	02	02	80	80	80	80	80	
	Matemática	Matemática	06	06	06	06	06	240	240	240	240	240	
	Ciências da Natureza	Ciências Físicas e Biológicas	03	03	03	03	03	120	120	120	120	120	
	Ciências Humanas	História	01	01	01	02	02	40	40	40	80	80	
Geografia		02	02	02	02	02	80	80	80	80	80		
Total de aulas da Base Comum			24	24	24	24	24	960	960	960	960	960	
PARTE DIVERSIFICADA	Língua Estrangeira Moderna: Inglês		Total	24	25	25	25	25	960	1000	1000	1000	1000
	Oficinas Curriculares	Estudo Monitorado - EM		-	05	05	05	05	-	200	200	200	200
		Atividades Matemática - AM		-	04	04	04	04	-	160	160	160	160
		Hora da Leitura - HL		-	04	04	04	04	-	160	160	160	160
		Formação de Hábitos de Higiene - FHH		-	05	05	05	05	-	200	200	200	200
		Atividade Esportiva e Motora		-	01	01	01	01	-	40	40	40	40
		Iniciação Musical e Instrumental		-	01	01	01	01	-	40	40	40	40
Total de aulas Parte Diversificada			-	20	20	20	20	-	800	800	800	800	
Total da Carga Horária			24	45	45	45	45	960	1800	1800	1800	1800	
Unidade Escolar			Secretaria Municipal de Educação										
Autorização de instalação do Curso - Ato de Criação: Lei nº 9.717/67 alterada pela Lei nº 3004 de 17/09/81 alterada pela Lei Municipal nº 3.576 de 31 /01/2008.			PARECER DO SUPERVISOR DE ENSINO					HOMOLOGAÇÃO – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
			Face à legislação, o presente quadro curricular encontra-se em condições de ser homologado.					HOMOLOGO					
DATA			DATA			DATA							
03/02/2017	 Meire Cassia da C. M. das Neves RG: 42.792.9000-3 Diretor de Escola		05/02/2017	 Magali Ap. Ferreira Aio RG: 16427639-7 Supervisor de Ensino		05/02/2017	 Maria José Carneiro RG: 5.662.926 Secretária Municipal de Educação						